

===== **ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM TRINTA DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E QUINZE:** =====

===== *Aos trinta dias do mês de abril do ano dois mil e quinze, pelas dezoito horas, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **António Luís da Fonseca e Grifo** – Primeiro Secretário e **Helga Alexandra Freire Correia** – Segunda Secretária e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 12 e 13;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Certificação legal das contas do Município - Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2014;* =====

===== **Ponto cinco:** *Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 - Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *1.ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2015 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2014 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =*

===== **Ponto oito:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2014 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação;* =====

===== **Ponto nove:** *9.1. Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de competências – Contrato de Educação e Formação - Aprovação; =====
9.2 Alteração do mapa de pessoal de 2015 – Aprovação. =====*

===== **Ponto dez:** *Adendas aos acordos de execução celebrados com as Freguesias de Cesar, Macieira de Sarnes e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz – Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação de Serralves – Aprovação;* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a AMA I.P. (Agência para a Modernização Administrativa) – Ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto treze:** *Combiperformance – Promoção de Eventos, Lda. – Pedido de isenção de pagamentos de taxas “Testes em viatura de rali” – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Prestação de serviços de higiene e limpeza em diversos edifícios municipais – Autorização de assunção de repartição de encargos em mais do que um ano económico.* =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:**=====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão Oliveira, Carla Sofia Esteves Barreira Nunes da Silva, Carlos Manuel Costa Gomes, Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, António Castro Alves da Cruz, António Ilídio Martins Godinho, José Filipe da Silva Carvalho, António Manuel Fernandes Aguiar, André Lourenço Pereira Ribeiro e José Rodrigues Santos.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Rosa Maria de Castro Rodrigues, Bruno Armando Aragão Henriques, Manuel José Tavares Soares, José António Domingues Marques Lourenço, Ana Sofia Ferreira Pinho, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, Pedro Luís Paiva Dias, Nuno Miguel Soares de Jesus, Cristina Maria Valente de Pinho, António Marques Silva, Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Bernardo Amaro Moreira Simões, Simão da Costa Godinho, Armindo Fernando Martins Nunes e Agostinho Tavares.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Pinto Moreira, Jorge Paulo de Melo Pereira e Jorge Fernando Rocha Pinto Paiva.* =====

===== **Independente:** *Augusto Moreira.* =====

===== **Ausência dos Membros:** Carlos Manuel Pinho e Silva – Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis/ Santiago de Riba-Ul/ Ul/ Macinhata da Seixa/ Madail, Partido Social Democrata (PSD); Helena Maria Dinis dos Santos e Ana Raquel Simões Teixeira, Do Partido Socialista (PS). =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes Membros: Carla Sofia Esteves Barreira Nunes da Silva, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido José Domingos Campos da Silva; António Ilídio Martins Godinho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Nuno Ricardo Fernandes Pires; José Filipe da Silva Carvalho, que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de Maria Helena Soares Oliveira Lestre e Rosa Maria de Castro Rodrigues, que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de Partido Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia, deu início à Sessão. =====

===== Boa tarde a todos. Vamos então dar início à esta sessão da Assembleia Municipal. Eu ficaria imensamente grato aso senhores deputados que ainda não assinaram a folha (livro de ponto) para o fazerem. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal atrasou-se um pouco e deverá chegar dentro de breves momentos. Mas para não ficarmos muito tepo à espera iremos iniciar esta sessão da Assembleia Municipal. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia, comunicação social, excelentíssimo público: Boa tarde a todos. Vamos então dar início aos trabalhos de hoje. E começamos pelo período de “Antes da Ordem do Dia” e dou a palavra à deputada Ana Sofia, do PS. =====

===== Muito boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente. Vou contar-vos uma estória. Era uma vez um edifício cheio de vida, pessoas a entrarem e a sair, médicos, enfermeiros, auxiliares, pacientes, bombeiros, pessoal administrativo, com a evolução dos tempos esse edifício tornou-se pequeno, frio e obsoleto. Preocupados com o envelhecimento do edifício e as com as suas parcas condições, foi assinado um contrato-programa que visava a construção de um novo edificado, propriedade então ARS-Centro, cedendo em contrapartida ao Município de Oliveira de Azeméis a propriedade do edifício antigo. Corria o ano de 2003. E, como já todos perceberam, estamos a falar do Antigo Centro de Saúde. Desde então, muitas reuniões entre a Câmara Municipal e a agora ARS-Norte têm acontecido, inclusivamente já se realizou um levantamento de todas as necessidades para

levar a cabo a reabilitação do mesmo, note-se: Obras prontas a iniciar com a entrega da chave. Mas afinal, onde está a chave? Em maio de 2013, dizia o Senhor Presidente Herminio Loureiro, em reunião do Executivo: “Amanhã vou reunir com a ARS para ultimar todas as ações para ser entregue a chave.” Disse ainda o Senhor Presidente, desta vez, em junho do mesmo ano, em sede de Assembleia Municipal: “Que só se poderia começar a cobra alguma coisa ao Executivo Camarário quando a Câmara Municipal recebesse, efetivamente, a chave, do Ministério da Saúde.” Suponha que, sendo a Câmara Municipal um dos interessados em resolver esta questão, importa cobrar desenvolvimentos na sua resolução: Não, Senhor Presidente - com todo o respeito que tenho por si - não quero que rebente a porta do Centro de Saúde e seja detido. Mas também, acredite, que não quero continuar a ver mais um edifício a degradar-se. E, acima de tudo, não quero que os jovens oliveirenses continuem sem uma estrutura de raiz onde possam realizar as mais diversas atividades e onde se sintam em casa. Reconheço que a Loja Ponto Já faz um ótimo trabalho tal como o CMJ (Conselho Municipal da Juventude), do qual faço parte e que muito me orgulho. Mas também sei que, por muitos dinâmicos que sejamos, não chega. E mais, a juventude oliveirense merece um espaço condigno e anfitrião de todos os seus anseios. Agora, Senhor Presidente, cerca de 5 (cinco) anos passaram desde que o edifício foi encerrado e 2 (dois) desde que estava a ultimar todas as ações para a entrega da chave. Até quando a juventude oliveirense vai continuar à espera que esta situação seja desbloqueada definitivamente? A juventude oliveirense precisa de uma resposta concreta e objetiva. E em que pé estão objetivamente essas reuniões? A nossa cidade foi distinguida, recentemente, entre outras 7 (sete) cidades Portuguesas, como a cidade amiga da juventude. Imagine-se o que era se a nossa cidade fosse já dotada de um Fórum da Juventude, possivelmente, estaríamos nos lugares cimeiros. Gostaria de poder terminar esta estória com - E foram felizes para sempre. Mas, até quando continuaremos à espera de um Fórum da Juventude. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =

===== Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, caros colegas, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Há quatro décadas instaurava-se em Portugal o regime democrático, depois da revolução do 25 de Abril de 1974 que pôs fim, como sabemos, a quase meio século de ditadura. A democratização do País surge de forma diferente e a vários ritmos e, de variáveis, de distrito em distrito, de concelho em concelho, de cidade em cidade e mesmo de aldeia em aldeia. A democracia depois do 25 de Abril, progrediu, quer no espaço, quer no tempo, em todos os lugares de Portugal. Hoje, como é lógico, em alguns territórios surgem com ideologias mais à esquerda e noutros mais à direita. O País tornava-se desta forma mais plural, mais aberto ao diálogo de ideias. No entanto, se, por um lado, esta pluralidade que é positiva para os princípios democráticos, trouxe este diálogo, por outro lado, também se endureceram as querelas as

rivalidades pela ocupação de cargos de poder. A alternância democrática pelo voto do povo nem sempre é sinonimo de alternativa, nem sempre traduz em benefício e precisamente aqui, em Oliveira de Azeméis, os munícipes perceberam muito bem que a alternância não significa alternativa e durante 40 anos deram sempre a governação ao órgão executivo e ao órgão deliberativo do Partido Social Democrata mas, acima de tudo, deram a governação às pessoas que o representam. Para nós, este é um sinal claro da sabedoria do povo. Não são os cargos que fazem as pessoas, mas a pessoa que faz o cargo. O PSD nestes 40 anos soube, como sempre, como espero que aconteça no futuro, ouvir e escutar a sabedoria do povo. Contrariamente a outros partidos, que procuram os cargos para as pessoas. O PSD, Senhor Presidente, tem tido a capacidade de renovação e de uma renovação inovadora. Tem ao longo dos 40 anos uma arguta inteligência e força mobilizadora para congregar junto a si, vontades, dinâmicas e energias positivas quer do ponto de vista político, económico, social, cultural, desportivo, recreativo e educacional. Tem tido, como disse, arguta inteligência de congregar as forças vivas do concelho, incluindo, até, mesmo, a Igreja Católica fator determinante na educação moral e mesmo formal, se não de todos nós, na maioria dos oliveirenses. Mas, meus senhores e minhas senhoras, também é verdade que o período que atravessamos é um período difícil, é um período que não tem sido nada fácil, os constrangimentos financeiros que o País atravessa e atravessou com o início da década, mas que agora, como vemos, dá sinais positivos. Não são novos. Na década de 80, depois de um período idêntico ao que estamos a viver, era então governo PS, só a capacidade da política reformuladora do PSD determinou a saída constrangedora de que fomos submetidos, retomada a economia, o desenvolvimento, depois de um período favorável voltamos de novo pelas mãos do mesmo partido no governo a reviver um passado ainda não esquecido. Agora, outra vez, pela batuta do PSD, uma nova esperança dá a clarividência ao povo português. Espero que, à imagem do povo oliveirense, o povo português tenha a sabedoria de compreender que alternância não significa alternativa. O poder pelo poder, não é uma visão, é sim uma visão redutora. O povo oliveirense sabe que ao dar o poder ao PSD, não o dá para ter poder mas para fazer coisas boas e a história diz-nos que Oliveira de Azeméis sempre o soube representar. O PSD soube sempre representar a vontade do Concelho e, fê-lo de formas diversas: Fê-lo na área da educação. Hoje temos um concelho competitivo nesta área quer ao nível básico, quer ao nível secundário, aliás, quer ao nível Universitário até com duas Escolas Superiores de grande nível, uma na área da saúde, outra na área da indústria. Fê-lo também na área cultural: E, sabemos que o concelho de Oliveira de Azeméis representa um tecido cultural e associativo muito dinâmico, daqui a uns dias iremos estar a participar num dos maiores eventos da região que é o Mercado à Moda Antiga. Fê-lo na área social, cuja resposta são exemplos das mais variadas instituições e as mais de 30 instituições na área social. E falo também nas Juntas de Freguesia que muito se têm empenhado em combater alguma pobreza escondida, dou exemplo: Junta de Freguesia de Cesar que, nesse aspeto, tem tido um trabalho meritório congregando todas as associações e entidades a esse respeito que têm tentado ajudar aquele que mais precisam. Temos um concelho que coloca no ranking industrial mais de 30

empresas nos 10 primeiros lugares de 20 áreas económicas diferentes. Enfim, somos um concelho reconhecido dentro e fora. Mas nem todos. Muitas vezes, o PS, teima em não considerar o que se faz de bom no concelho, alimentado sempre pelo pior, procurando muitas vezes a agulha no palheiro para dizer o que está mal, porque quanto pior melhor. E com certeza, ainda hoje, nesta Assembleia, a cartilha voltará a ser descartilhada. Senhor Presidente é por isto, nestes 40 anos devemos continuar a fazer aquilo que o povo oliveirense tem sempre sabido escolher que é: trabalhar para as pessoas; trabalhar para o concelho. E porque, o seu Executivo, Senhor Presidente, trabalha para o concelho, aqui há uns tempos atrás, -como já foi várias vezes aqui referido -, lançamos uma proposta que foi aprovada por maioria e por unanimidade de todos os presentes: a questão da IC2. A IC2: Senhor Presidente, sabendo o esforço que tem feito nesta matéria para resolver a situação, gostaria, mais uma vez, interpela-lo para saber como é que estão o estado das coisas e quando vamos ter connosco o Secretário de Estado da Obras ou a reunião com as Estradas de Portugal? Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Boa tarde. Senhores Secretários da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público presente, imprensa. São três pequeninos apontamentos, irrelevantes para Câmara, mas para a Junta de Freguesia de S. Roque, para nós, muito importantes. O primeiro tem a ver com a Zona Industrial da Costa Má. O Plano de Urbanização desta Zona Industrial foi aprovado a 15 de junho de 2009. Em tempo útil, por intervenção dos serviços da Câmara e muito bem, providenciamos as diligências que nos foram sugeridas de modo a que os seus efeitos não caducassem a 15 de junho de 2014. Em reunião com os proprietários e técnicos, que se propuseram a colaborar, e posteriormente em assembleia de freguesia, concluiu-se, mais uma vez, sensibilizar e apoiar a Câmara Municipal na sua dinamização já que outro modelo de desenvolvimento alternativo conflitua com dois ou três proprietários indisponíveis para cooperar. Outros já não acreditam. Foi com muita expectativa que acolhemos a recolocação desta Zona Industrial no Orçamento da Câmara. Qual é, neste momento, o ponto da situação? E em que é podemos ir colaborando? Outro assunto tem a ver com a Rua da Lomba. Por derrocadas sucessivas e acentuado perigo de mais desmoronamentos de terras, há mais de cinco anos que esta rua está condicionada e intransitável a veículos pesados. Lembramos que esta rua é a principal acessibilidade de Bustelo e das freguesias do nordeste à Zona Industrial e norte de Oliveira de Azeméis. Pediram-nos para identificar o proprietário, que pode disponibilizar uma alternativa mais económica, fizemo-lo. Podemos acrescentar mais alguma colaboração, Senhor Presidente? Terceiro assunto tem a ver com remarcação de passadeiras. Por evidentes razões de segurança solicitamos a remarcação das passadeiras no entroncamento de Samil, Escola e Capela de Bustelo.

Disponibilizamos para o efeito, se for necessário, a tinta. Senhor Presidente, pedimos simplesmente o básico: Uma pequena Zona Industrial, para consolidar as boas empresas e atrair novas rejuvenescendo a nossa economia, e ruas transitáveis e seguras. Só mais um apontamento: Queria saudar o 25 de Abril, o 1 de Maio e repudiar a greve da TAP e do sindicato dos Pilotos. Muito obrigado. Boa tarde. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== Boa tarde. Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. A sociedade tem sofrido, nas últimas décadas, uma profunda alteração na sua estrutura demográfica evidenciando um forte envelhecimento na base e no topo da pirâmide etária, com impactos diversos. Neste contexto, emergem grandes preocupações e desafios nomeadamente ao nível das políticas sociais que obrigam a uma visão integrada do processo de envelhecimento. As necessidades são diversas e diferentes, por exemplo: a adaptação dos territórios ao envelhecimento da população residente, a promoção da participação das pessoas idosas nas decisões que lhes dizem respeito, o aumento da oferta quantitativa e qualitativa dos serviços, respostas e ações que devem ser inovadoras para uma melhor adequação das necessidades e desafios nesta área. Como Azeméis é Vida e é Social, mais uma vez, a Câmara Municipal tem estado na linha da frente no que toca ao desenvolvimento de medidas de envelhecimento ativo, são exemplos as seguintes iniciativas: O primeiro congresso “Bem Viver, Bem Envelhecer”, no dia 20 de março, realização conjunta do Município com a consultora de lares enfermeira Joana Ferreira, ação relevante permitindo a partilha de conhecimentos cruzando a visão de várias áreas; A reflexão temática sobre o bem viver bem envelhecer, tendo como objetivos mudanças efetivas ao nível da intervenção técnica das organizações e das pessoas face a esta temática, em prol de um envelhecimento ativo participativo e feliz, estimulando uma maior coesão familiar e social. Este congresso integrou assim um conjunto de painéis relevantes na abordagem desta temática. Contando com a participação de reputados especialistas na matéria e também com a presença do jovem cantor D8 que, sensibilizou os presentes, com a sua eloquente intervenção. A participação no evento superou as expectativas, pois, contou com 420 presenças das quais se destacam os dirigentes, profissionais, técnicos de diversas instituições, estudantes do ensino superior e um número bastante significativo de seniores. Sublinha-se o flash mob, que abriu o último painel, que teve a participação de um grupo de 30 seniores do programa desportivo Viver Melhor com a mensagem - Eu escolho saudável” associando-se á atividade que assinalou o dia comemorativo do dia municipal das escolhas saudáveis que decorreu nas escolas do concelho, cuja atividade foi dinamizada pelos jovens. Durante o congresso esteve patente uma exposição de trabalhos realizados pelos clubes seniores concelhios, envolvendo e estimulando uma participação mais ativa na iniciativa dando a conhecer à comunidade a dinâmica destes clubes.

Aproveitando o evento foi celebrado um protocolo com as Termas das Caldas de S. Jorge acrescentando assim uma maior resposta na saúde e melhoria no bem-estar dos seus munícipes, nomeadamente das pessoas seniores oliveirenses. Continuando na mesma senda do envelhecimento ativo, a Câmara Municipal levou a cabo a realização de uma iniciativa no Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, no dia 7 de abril, assinalando o Dia Mundial da Atividade Física, o Dia Mundial da Saúde e o Dia Mundial da Luta Contra o Cancro. Mais de 400 pessoas participaram nas sessões de aeróbica, ginástica localizada e em sessões formativas relacionadas com a cardiologia e manutenção da saúde. Como esta Câmara Municipal não para, ontem mesmo foi comemorado o Dia Mundial da Dança. E para a comemoração desta data foi realizado no Cine Teatro Caracas o espetáculo viver melhor em palco. O programa desportivo municipal viver melhor apresentou 17 atuações estando em palco 26 entidades, onde o programa está implementado. Mais de 300 pessoas atuaram neste magnífico palco do nosso município que contou com uma plateia repleta. Todos estes tipos de eventos permitem que a nossa população envelheça de uma forma mais saudável e ativa o que se traduzirá numa maior longevidade com mais qualidade e vida. Mais uma vez a Câmara Municipal, atenta às dificuldades do nosso município e das suas instituições e para atenuar essas dificuldades, ofereceu 74 kits de proteção individual às duas corporações de Bombeiros do Concelho, significando: 50 kits para os Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e 24 para os Bombeiros Voluntários de Fajões. Este é o reconhecimento do trabalho efetuado pelos nossos Bombeiros que assim ficam com 50% do “Corpo Ativo” melhor preparado para o combate a incêndios naturais. Esta ação resultou de uma candidatura da Área Metropolitana do Porto a fundos comunitários no valor de 800 mil euros para os 17 municípios da Área Metropolitana. Aos Bombeiros Voluntários, sempre, o nosso bem-haja pelo esforço e dedicação. Passando para uma área um pouco diferente mas de enorme importância para Oliveira de Azeméis, em geral, mas em particular para Cucujães o ano de 2015 ficará marcado pelas comemorações dos 900 anos de local de culto, 415 anos da edificação da Igreja, 350 anos da Capela-mor e 220 anos da fachada da Igreja do então Couto de Cucujães. Datas simbólicas que fazem a história do nosso Município. Pois, por aqui passaram muitos Abades de enorme relevância à época o que nos deve encher de orgulho por um passado rico e importante. Pois, que tem um passado assim garantidamente terá um bom futuro. Em nome da bancada do PSD, desejamos as maiores felicidades e sucessos a todos aqueles que lutam e se esforçam para que este Convento seja um Convento de referência local e nacional. =====

===== O Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Boa tarde, Senhor Presidente em exercício, Senhora Secretária, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, colegas Deputados Municipais, público, comunicação social,

funcionários da autarquia. Venho aqui falar de dois assuntos muito simples, são duas questões simples. Mas, o caminho também se faz grão a grão e assim o vamos construindo. Uma delas é relativamente ao Parque Molinológico de Ul. É indesmentível que foi feita lá uma grande intervenção de recuperação de um património que muito se perdeu efetivamente no nosso concelho. Mas aquele foi recuperado e serviu depois de semente para outras valorizações, serviu de semente para uma requalificação ambiental, quer a montante, quer a jusante do próprio rio, da área envolvente. Serviu de semente, também, e de incentivo para que muitos proprietários passassem a olhar com outros olhos para aquilo que têm. E há bons exemplos de requalificações, de proprietários, visíveis em todo o nosso Concelho. Muito património antigo se perdeu, mas tenho dúvidas que neste momento, do que temos, se perca mais alguma coisa. E nesta circunstância o CDS/PP o ano passado apresentou aqui uma proposta, que foi aprovada por todos, para a elaboração de um plano estratégico para os moinhos de Oliveira de Azeméis. Portanto, queremos ser mais ambiciosos e não ficar apenas por ali mas projetar uma visão de futuro abrangente para o concelho de Oliveira de Azeméis. E as razões são mais do que óbvias atendendo a notoriedade daquele Parque Temático, obviamente não é o Parque da La-Salette que será sempre o nosso ex-libris, mas aquele como Parque Temático é um parque de referência à escala nacional. Senhor Presidente, se nos pudesse dar o ponto de situação, relativamente ao plano estratégico uma vez que, como vamos ver á frente no relatório de gestão os objetivos deste ano, obviamente não é uma situação suficiente para condicionar o nosso sentido de voto, mas saber o ponto de situação? O outro tem a ver com a suposta Zona Industrial de Rebordões – Cucujães. Há um conjunto de empresas que lá se instalaram. É grande a atividade, muitos trabalhadores que lá trabalham em turnos rotativos, portanto, vê-se que está com dinâmica. Mas, depois, temos a questão dos acessos, aquela área industrial está perfeitamente encravada. Para quem conhece o sítio onde eu moro e também a Ana Neves, o nosso portão entrada é comum, há dias encontrei lá um camião semi-trailer à minha porta. Como é que o desgraçado vai dali sair? Esta semana, segunda-feira, em Loureiro, no cruzamento de Água Levada para a Póvoa, vinha do lado de Aveiro e apanhei um semi-trailer e apanhei-o a “varrer” toda aquela zona de Macieira e, portanto, deixou-me a estrada livre. Ainda hoje, a seguir ao almoço, apanhei um do lado de Ovar. Aquilo não tem dignidade. É perfeitamente indigno. Senhor Presidente, havia um traçado de uma via nascente/poente que passava ali em baixo, havia inclusivamente um traçado de proteção que foi estabelecido em PDM de 250 metros, que depois se considerou exagerado e essa área de 250 metros passou para 100 metros. Neste momento, nem os proprietários desses terrenos podem utilizar ou valorizar os seus terrenos para fins construtivos, se assim o entenderem, nem aquela zona industrial está devidamente servida. No nosso Concelho é a indústria a riqueza. E portanto nós estamos, neste caso, - como o senhor Amaro veio aqui falar há bocado -, a complicar um bocado em certas situações. Portanto, Senhor Presidente: Se pode adiantar alguma coisa relativamente a este assunto de desencravar esta zona? Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente em exercício António Luís Grifo – Primeiro Secretário da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Cumprimento o senhor Presidente em exercício, restante Mesa, os Senhores Vereadores, membros da Assembleia Municipal, comunicação social, público presente, funcionários da Câmara Municipal que dão apoio à Assembleia Municipal. A primeira questão foi colocada pela senhora deputada Ana Sofia Pinho, que nos veio contar uma estória. Eu não vou contar nenhuma estória. Porque isto não se faz de estórias da carochinha, isto faz-se de factos. E eu continuo a dizer, senhora deputada, a senhora tem todo o direito que cobrar o que quiser, a partir do momento em que a Câmara Municipal tenha a chave na mão. E, a partir daí, reconheço-lhe autoridade para poder cobrar e poder até por um relógio - um countdown a dizer já passaram não sei quantos dias. Portanto estou a dar uma ideia irreverente para a área da juventude. Mas, deixe-me dizer-lhe senhora deputada, e sei que a senhora é, e é verdade, e reconheço que é uma jovem empenhada que participa no Conselho Municipal da Juventude, e bem, e sabe perfeitamente que no Concelho de Oliveira de Azeméis e têm desenvolvido um conjunto de políticas de juventude importantes, envolventes a fomentar a participação de todos os jovens. E não é, ter uma casa ou deixar de ter uma casa, ter um fórum ou deixar de ter um fórum que as políticas de juventude são implementadas. Porque, ainda, recentemente teve a “Queima das Fitas”, durante uma semana em Oliveira de Azeméis direcionada, obviamente, para a juventude, juventude académica, mas que envolveu também a comunidade, a sociedade civil e o comércio e a indústria. Temos a decorrer, no Pavilhão Municipal Prof. António Costeira, o “Aqui há Futuro” uma iniciativa que se dirige objetivamente para a juventude. E são dois pequenos exemplos e podia dar-lhe agora uma série deles e a senhora deputada conhece como eu reconheço também participa ativamente no Conselho de Juventude e sabe aquilo que se tem feito, e bem em minha opinião, em prol da juventude oliveirense. Efetivamente há um diferendo na área da saúde entre a ARS-Norte e a ARS-Centro e o Município de Oliveira de Azeméis está a levar por tabela. Efetivamente, o Fórum da Juventude ainda não arrancou por causa disso. É verdade. Temos que reconhecer. Mas isto tem muito a ver com o mau funcionamento do Estado. O Estado funciona muito mal em muitas coisas. Quando eu digo o Estado, não é o Governo ou os Governos. Funciona mal. E é inacreditável que, duas entidades do mesmo Ministério não se entendam. E depois todas aligeirem responsabilidades e, todas empurrem com a barriga para a frente – quem quiser que resolva. E a senhora deputada na estória que contou, contou só parte da estória. Porque efetivamente a Câmara Municipal envolveu-se no início da construção do Centro de Saúde, cedendo um terreno gratuitamente e comprometendo-se no cofinanciamento da infraestruturas da construção do novo Centro de Saúde. Depois disso, o Centro de Saúde parou, o empreiteiro faliu e a obra esteve abandonada. E a ARS-Centro não decidia nem para a frente, nem para trás. E a própria Assembleia Municipal, da altura, foi a Coimbra ao Senhor Presidente da ARS- Centro, Dr. Fernando Regateiro –

distinto profissional na área da saúde da Universidade de Coimbra, onde fomos por o problema: Como é que é, isto não anda, não ata, não desata? E o senhor, nunca nos deu solução. Até que, depois, há uma decisão política interessante e que resolveu o problema, que foi: Com as alterações do território, com a questão das NUTS e da entrada, nós fomos empurrados para o norte, para a Área Metropolitana do Porto e passamos a pertencer à ARS-Norte. Em boa hora isso aconteceu, porque a ARS-Norte pegou no processo e recomeçou as obras. E o Município de Oliveira de Azeméis sempre a colaborar com a ARS fez um conjunto de investimentos, na parte final da construção deste Centro de Saúde, que também não estavam previstos em lado nenhum. Mas entendemos que não era correto ter o Centro de Saúde novo e não ter acessos, não ter iluminação, não ter parque de estacionamento para os utentes do Centro de Saúde. Mas isso, nada estava contratualizado, nem era obrigação do Município. Mas nós fizemos, logicamente, a pensar nas pessoas. E portanto, nós tivemos sempre uma colaboração muito próxima com as entidades da área da saúde. Sabemos que há um problema e já o identificamos depois de inúmeras reuniões com as entidades próprias. Já colocamos a questão num patamar superior. É uma situação incomodativa. É uma situação que me revolta a mim e a todos, naturalmente, porque nós estamos a levar por tabela por uma coisa que não temos responsabilidade nenhuma, não temos culpa. Eu agradeço a sua solidariedade do “arrombar a porta”. Mas nós nem precisamos de “arrombar a porta”, sabe porquê? Eu disse isso em tom de brincadeira na última reunião de Câmara: - Se quisermos a gente vai lá. Nós até temos a chave e sabe porquê? Porque a chave foi-nos dada. Foi-nos dada porque havia lá uma série de material que ia para o lixo e nós dissemos: - Não mandem para o lixo. Está a ver, mais uma coisa que o Estado faz mal. Fez um Centro de Saúde novo, tinha ali material, agora é uma casa nova e tudo o que lá estava vai para o lixo. Como acontece em algumas coisas que, se nós não vamos a tempo, o material vai todo embora. Então a Senhora Vereador Dr.^a Gracinda Leal, foi lá catalogar o material todo, tirou o material que lá estava; mostrou o material às IPSS. As IPSS escolheram o material. E ele já está instalado nas diferentes IPSS do concelho. E nós ainda temos chave. Agora, não me parece, também, correto nós iniciarmos alguma obra sem termos, formalmente, qualquer documento que provo que já estamos de real direito em poder abrir e fechar a porta. Está-me a compreender? Mas, deixe-me dizer-lhe o seguinte, já agora, não querendo meter mais ruído nesta matéria: Nós não temos nenhum documento que nos permita dizer que podemos começar as obras. Até porque, se for objeto de uma candidatura, nós temos que provar que aquilo é nosso. Mas deixe-me dizer-lhe o seguinte: Também o Ministério da Saúde, - Pode procurar por onde quiser, quase que aposto -, não têm nenhum documento que prove que aquilo é do Ministério da Saúde. Está a ver? Portanto, nós estamos perante um problema que temos que resolver. Porque, se o Ministério da Saúde tivesse tanta certeza: eu acredito que já tivesse optado por outras soluções. Portanto: Tem razão que é uma coisa que se arrasta; É uma coisa que urge. E não tenha dúvidas que o nosso empenho é tão grande ou maior que o seu, mas é no mínimo igual ao seu, para resolvermos aquele problema e para dotarmos aquele espaço de um Fórum da Juventude. Eu ontem até fiquei estupefacto, porque ontem uma pessoa disse-me que

não tinham começado as obras porque aquilo já não ia ser Fórum da Juventude ia ser outra coisa. Eu disse: Oh meus caros – por amor de Deus – Aquilo vai ser Fórum da Juventude. E esperemos que seja Fórum da Juventude ou Casa da Juventude o mais rápido possível. E portanto, eu agradeço também a sua intervenção que permitiu dar estes esclarecimentos e, eu espero poder muito rapidamente ter boas notícias, relativamente a essa matéria. O senhor deputado Carlos Costa Gomes fez uma intervenção relativamente aos 40 anos do 25 de Abril. Eu acho que não há ninguém, aqui, dentro desta sala, público, comunicação social, que não diga, - aliás o senhor Amaro Simões também o fez -, que não diga 25 de Abril sempre. Somos eleitos democraticamente; Participamos; Somos autarcas; E só somos autarcas eleitos democraticamente porque houve 25 de Abril. E também assinalamos com dignidade o 25 de Abril em Oliveira de Azeméis. A história constrói-se de muitos episódios, o professor Costa Gomes contou alguns. Mas cada um dos partidos, na sua vivência partidária, tem a sua história, tem a sua visão. Mas não há duvida nenhuma que vivemos num Concelho onde a democracia impera e onde, naturalmente, todos, temos orgulho nessa mesma democracia. O professor (Costa Gomes) falou também na questão do IC2. A senhora diretora das Estradas de Portugal-Aveiro tinha ficado de entregar até ao final do mês (final do mês é hoje) uma questão relativamente a uma inspeção ao pavimento, inspeção técnica. Porque muitos dos acidentes que ocorrem no IC2, são numa pequena parte do troço e normalmente e condições climatéricas adversas. A técnica da Estradas de Portugal e equipa que já esteve cá em Oliveira de Azeméis antes de apresentar qualquer solução e de a discutir connosco, quer efetivamente perceber porque é que há elevados índices de sinistralidade ali numa pequena parte do IC2. Numa outra questão, já está mais adiantada, portanto nós já temos neste momento um anteprojecto da instalação de uma Rotunda na zona de Cavaleiros – Ponte de Cavaleiros. Também ali aquele entroncamento que dá acesso ao IC2, para S. João da Madeira e também para a antiga estrada Nacional Nº 1, Cucujães, esse entroncamento é complicado, onde já tem havido alguns acidentes. Nós chamamos a atenção e a Estradas de Portugal concorda connosco. Há ali terreno para se fazer uma Rotunda que vai evitar ou, pelo menos, reduzir, atuar de forma preventiva a sinistralidade naquela zona. Ainda não temos uma das outras situações que tínhamos pedido e tinha a ver com acesso à Autoestrada na zona de Loureiro, na primeira saída para Loureiro, que tinha a ver com a falta de iluminação. Sendo certo que, na estrada de Loureiro tem poste de iluminação pública, portanto, não seria muito difícil. Mas é uma área que não é da nossa responsabilidade e tem que ser a Estrada de Portugal a fazer. A senhora diretora comprometeu-se a fazê-lo. Não será também uma obra muito cara. Mas a tramitação burocrática numa empresa como a EDP é muito difícil. E aqui os senhores presidentes de junta sabem bem do que é que eu estou a falar. E, portanto, é as informações que eu lhe tenho a dar da IC2. Logo que haja alguma novidade nos falaremos à Assembleia Municipal e reuniremos a respetiva comissão para podermos, naturalmente, acompanhar ou tomar outras decisões se for caso disso. O senhor Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, falou na questão da Rua da Lomba. A Rua da Lomba está em plano de ação das nossas empreitadas. É

verdade que e eu agradeço essa disponibilidade, no encontrar de uma solução que possa, de alguma forma, resolver o problema. Fazendo um ligeiro desvio, não é um desvio, é um ligeiro afastamento da estrada, se houver ali uma cedência que não tem que ser uma cedência muito grande de terreno, para passarmos para um terreno mais firme que seguramente sem peso das viaturas que ali passam diariamente não terá problemas de aluimento de terras como teve. Até porque há ali uma zona muito exposta a minas de água. E a inclinação é uma inclinação brutal. Sinceramente: O senhor Amaro conhece muito bem a situação; Se nós tivéssemos que quantificar ao orçamento um muro de betão para sítio: Seria assustador para todos e lá ia o Orçamento da Junta e lá ia o Plano de Investimentos da Câmara. Mas o que é efetivamente necessário é resolver o problema. Eu, aí estou de acordo. E parece-me que do ponto de vista técnico nós vamos chegar à conclusão. Sabe que depois os técnicos há sempre várias opiniões. Mas parece-me que, aquela solução que o senhor Amaro Simões aqui apontou e eu também já falei com o senhor presidente da junta relativamente a essa matéria, se consegue encontrar solução e o mais rápido possível e está em plano por parte das nossas empreitadas. A questão das passadeiras. Nós temos vindo a fazer em diversas freguesias um reavivar de passadeiras. Algumas alterações que são pedidas pelas Juntas de Freguesia. Também sobre essa matéria nós temos que nos entender definitivamente sobre essa matéria: Vem um pedido que diz que a passadeira deve ficar num sítio, depois o vizinho reclama e já se vem a seguir dizer que a passadeira deve estar noutra; Também temos que nos entender sobre isso. Eu acho que se deve reconhecer que estamos a fazer um esforço grande de reavivar todas as passadeiras. Neste momento, no concelho, são muitas e não está tudo feito. Posso vos dizer que a prioridade foi dada e o Senhor Vice-presidente Ricardo Tavares ordenou aos serviços fazer um levantamento e um plano de ação imediato para as proximidades das escolas; todas as escolas em todas as freguesias. E em muitas situações ainda não estão resolvidas. Temos algumas questões pendentes não só de passadeiras, mas de criação de elevações da estrada, como é caso de Carregosa. Está ali o senhor presidente da junta de Carregosa que sabe bem do que é que estamos a falar. E portanto é uma questão de segurança e é uma questão que é importante. Quer as autoridades; quer a GNR; quer a FAPCOA – Federação das Associações de Pais; quer dos diretores dos Agrupamentos, têm pedido o máximo empenho para que haja marcação de passadeiras nas zonas escolares. E todos vocês sabem o que isso representa para as famílias e para as crianças que às vezes atravessam a estrada sozinhas. E nem sempre a passadeira resolve o problema mas, vamos ser objetivos, minimiza e é uma forma dissuasora para evitar acidentes trágicos. Mas também precisamos de contar com o civismo dos condutores que é muito importante. Falamos sempre nas passadeiras; às vezes as Juntas que são acusadas; a Câmara Municipal é acusada; mas está lá placa a dizer que o carro não pode andar a mais de 50, mas a pessoa passa lá a 140; E ninguém fala no que vai lá a 140. O problema é a passadeira. Sendo certo que, a gente pinta a passadeira e o carro passa lá a 120 ou 140 e ninguém liga nenhuma. Eu acho que, também é uma questão de pedagogia, temos de chamar à atenção para os condutores que não cumprem o Código da Estrada e colocam em perigo

peessoas. O senhor Amaro falou também na Zona Industrial da Costa Má. É um processo com uma história. O senhor Amaro falou em 15/06/2009. Efetivamente este é um processo que se arrasta algum tempo. Nós tivemos um problema muito grave, que tivemos que vencer a resistência, uma vez mais eu não tirei o dia para criticar as instituições públicas seguramente, mas, nós tínhamos um parecer negativo da Autoridade Nacional da Proteção Civil. Eu vejo muitas vezes e o senhor Amaro conhece bem a história, muito bem a história, e às vezes diz-se: Zona Industria de S. Roque e a Câmara Municipal não faz nada. E isto não é assim. Não é valido para Câmara como não é valido para a Junta. E a Autoridade Nacional da Proteção Civil não aprovou a Zona Industrial da Costa Má, S. Roque, e mandou para trás porque havia uma empresa que não estava em Oliveira de Azeméis, estava em s. João da Madeira, e era uma empresa que tinha um risco elevado de explosão e contaminação da envolvente. Portanto, por aquela zona estar próximo de uma empresa de S. João da Madeira a Autoridade Nacional da Proteção Civil não aprovava rigorosamente nada e chumbava. Nós tivemos inúmeras reuniões e conseguimos vencer esse obstáculo. Mas demorou muito tempo vencer esse obstáculo. Depois foram iniciados os planos respetivos que precisam naturalmente de serem feitos. Nós tínhamos falado também muitas vezes que aqui: “nós tínhamos um cutelo em cima do pescoço” – que era ou se faz, ou terreno volta a ter outra tipologia do ponto de vista do PDM. E nós também procuramos e estivemos na expectativa de haver, do ponto de vista local, impulsos, vontades. E deixem-me dizer que as vontades são: A Junta de Freguesia tem manifestado, sempre, inequivocamente, a vontade de equipar a freguesia de S. Roque numa freguesia fortemente industrializada com um espaço para proporcionar que as atuais empresas possam crescer ou aumentar as suas instalações, mas também para atrair novas empresas. Os nossos serviços e a arquiteta Filomena Farinhas têm-se disponibilizado permanentemente para encontrar soluções. Há uma empresa que voltou a manifestar intenção de concretizar e de ser nossa parceira nesse processo de instalação da Zona Industrial, que é uma empresa chamada – C.R.A.L. – Operações Imobiliárias Ld.^a. Essa mesma empresa mostrando interesse, nós conseguimos parar ou retirar o cutelo que tínhamos em cima do pescoço que era: ou fazem ou o terreno muda outra vez de tipologia. E portanto, continuamos a trabalhar. A Junta de Freguesia pediu a ajuda de um distinto académico e já agora permita que possa fazer uma saudação especial a esse distinto académico Carregosense, que é o mais recente Comendador do nosso Concelho que é o professor doutor Jorge Gonçalves, que está ligado à Universidade do Porto e foi distinguido pelo Senhor Presidente da República muito recentemente com a Comenda da Educação (grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública). Portanto é mais um Comendador que temos no Município de Oliveira de Azeméis. E o professor Jorge Gonçalves tem trabalhado também com a Junta de Freguesia no sentido de encontrar soluções, tal como com a Câmara Municipal, para este sonho. Não é um sonho do senhor Amaro, é um sonho da freguesia de S. Roque, é um sonho do Município de Oliveira de Azeméis possa ser transformado em realidade. E portanto, nós continuamos a trabalhar. Agora, precisamos também de sentir e sentimos isso, sim, ainda hoje, o impulso e a vontade da Junta de Freguesia. Mas era bom que a sociedade civil e os

empresários também pudessem dar sinais. Até porque temos aqui um problema e o senhor Amaro identificou-o. Eu acho que o senhor Amaro foi muito claro na intervenção que fez. E, eu agradeço-lhe, uma vez mais. Inclusive nós estamos com todos estes problemas, aqui apresentados e ainda temos outros, que é: Alguns proprietários não querem ajudar a resolver. O terreno é deles. Ou, então, temos que tomar a outra opção. Como sabem, a questão da implementação da Zona Industrial da Área de Acolhimento Empresarial UI/ Loureiro foi feita de outra forma; Também não havia a disponibilidade dos proprietários e optou-se pela expropriação. Mas, eu julgo que, ainda não chegou esse momento em S. Roque, não estão esgotados todos os mecanismos para podermos avançar com a Zona Industrial da Costa Má. Quanto ao associar ou mostrar como o senhor Amaro mostrou a sua discordância de que não concordava com a greve da TAP e com a posição do Sindicato dos Pilotos. Senhora Amaro, eu acho que ninguém concorda, com toda a sinceridade. Cada um tem o direito de fazer o que quiser. Temos de respeitar naturalmente, é um direito, é o Abril de que há bocado falamos e é um direito constitucional que permite que as pessoas possam naturalmente manifestar. Agora, não dúvida nenhuma que a greve da TAP e a greve dos Pilotos vai provocar prejuízos muito grandes: Não é à TAP; Vai provocar prejuízos muito grandes ao País. E, portanto, eu também o acompanho nessa sua posição relativamente à atualidade. Vamos aguardar, ainda faltam algumas horas, vamos aguardar que a situação tenha um desfecho diferente. O senhor deputado Filipe Carvalho fez uma intervenção onde abordou várias temáticas, de um conjunto significativo de eventos que se realizaram no Município de Oliveira de Azeméis. Sem menosprezo para nenhum dos outros, deixe-me dar nota só da entrega dos equipamentos aos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, neste caso concreto, equipamentos individuais de combate a fogos florestais. Numa lógica também do trabalho de proteção civil que foi feito para todas as corporações de Bombeiros da Área Metropolitana do Porto, às vezes as pessoas perguntam: Porque é que existem Áreas metropolitanas? Porque é que existem Comunidades Intermunicipais? Eu acho que, este trabalho que foi feito na Proteção Civil é um excelente exemplo do que é pode uma Área Metropolitana fazer para as pessoas e neste caso para os Bombeiros participando com o seu orçamento numa percentagem igual à da Autoridade Nacional da Proteção Civil e aproveitando os fundos do POVT - fundos estruturais. Nem as Câmaras Municipais nem as corporações de Bombeiros entraram com um tostão nesta matéria. E os Bombeiros tiveram 50% do seu Corpo Ativo totalmente equipado com material de prevenção de combate a incêndios florestais: botas, calças, capacetes, dólmen, cogulas. E foi uma iniciativa que eu gostava aqui de realçar que julgo que é importante., para além de todas as outras que o senhor deputado Filipe Carvalho enunciou. O senhor deputado Pinto Moreira colocou duas questões importantes e eu vou-lhe responder diretamente às duas. A questão do Parque Molinológico é verdade, e o senhor deputado Pinto Moreira fez uma resenha também histórica do muito que se perdeu mas que efetivamente se estancou depois dessa perda e a valorização permanente que estamos a fazer do espaço Molinológico. Deixe-me dizer-lhe que o plano estratégico vai ser feito, é uma decisão da Assembleia Municipal, é uma decisão em que a

Câmara concorda inteiramente. Vamos iniciar o processo de contratação para iniciarmos o plano e, depois, discuti-lo com o envolvimento de todos. Mas nós tivemos uma questão que foi agora até há pouco tempo, o Vereador Isidro Figueiredo acompanhou e reuniu com a APTM, que teve que ver com a nova legislação e com a necessidade de retirar a Câmara Municipal dos órgãos sociais da APTM. Portanto, nós até aqui tínhamos a presidência da assembleia geral, deixamos de ter; trouxemos e conseguimos – e isto é muito importante - envolver privados nomeadamente empresas que tem ligações diretas à história dos Moinhos, outras não, por razões afetivas e posso dizer que as empresas são: a Novarroz; a Valente Marques; a Catelas & Teorgas; e o Grupo Simoldes. E são empresas privadas que, participam, quer nos órgãos sociais da APTM. Mas estão disponíveis naquilo que são os investimentos e as apostas de valorização permanente do Parque para todo o investimento que foi feito: quer de recuperação de moinhos públicos; quer de recuperação de moinhos privados; os caminhos para as rotas pedonais; as rotas clicáveis. O Parque está efetivamente diferente. Mas naturalmente que, a questão do plano estratégico, estamos a sentir também a falta dele. Porque é importante haver uma estratégia e um objetivo a definir até 2020 e, depois percebermos, para nos acompanhar naquilo que são os investimentos. Há aqui um, não lhe chamo um atraso porque não se perdeu nada em especial: Mas foi esta transição dos órgãos sociais; Eles estão a funcionar em pleno neste momento e, portanto, está chegada a hora de podermos também dar, a Câmara Municipal oferecer o plano estratégico à Associação e dizer: - Está aqui o plano estratégico. E logicamente que os stakeholders têm que ser todos envolvidos na construção do plano estratégico para depois, todos, atingirmos os objetivos que é: Queremos um Parque Temático Molinológico cada vez mais valorizado. Ainda hoje, na reunião de Câmara, de manhã, foram aprovadas mais duas situações relativamente a moinhos. Duas situações de privados: Uma questão que teve um grande investimento da Novarroz, num moinho, que pediu a prorrogação do prazo de utilização do mesmo; E um privado também a mostrar interesse em ficar com um dos moinhos. E isso foi aprovado. E portanto é mais um sinal de toda aquela envolvente. A última questão da Zona Industrial de Rebordões. O senhor deputado Pinto Moreira também foi factual. É verdade que aquela zona, a estrada que liga Loureiro a Cucujães e que é o principal acesso, há outros para quem conhece. Portanto, para que se situem da zona que estamos a falar, estamos a falar na zona da Aspock. A primeira empresa que foi ali licenciada foi a Fabrilcar, e depois passou a Aspock, depois Jetscar, e agora tem uma nova Aspock. A Aspock é uma empresa que está a crescer muito, deu um salto importante com estas novas instalações, criando muitos postos de trabalho, muitos postos de trabalho qualificados e naturalmente que vem dar uma nova dinâmica a toda aquela zona. A questão que o senhor deputado Pinto Moreira colocou, resolve-se definitivamente com a construção da Via Sudoeste. É uma nova via e essa nova via foi pensada também para ligação da Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro a Cucujães e a Zona Industrial de Rebordões sairá beneficiada. Mas independentemente da questão rua, senhor deputado Pinto Moreira, deixe-me dizer-lhe que, há intervenções que têm que ser feitas no imediato. Uma delas é a na ligação de Loureiro a Cucujães: E isto, está aqui o senhor

presidente da junta de Cucujães e o senhor presidente da junta de S. Martinho da Gândara, também envolve S. Martinho da Gândara porque há muito trânsito, na zona do Troncal, na Rua do Paraíso, que passa ali, naquela zona. Nós temos que requalificar aquele espaço por razões de segurança e também por razões compatíveis com os investimentos que estão ali a ser feitos. Ou seja: o estacionamento é desordenado; a velocidade que é utilizada naquela zona é excessiva, ali toda a gente passa com excesso de velocidade, aquilo é uma reta e depois tem um cruzamento perigoso e tem carros estacionados de um lado e do outro. Portanto, a Câmara Municipal vai, naturalmente, com as duas juntas de freguesia - Cucujães e S. Martinho, tentar encontrar ali uma forma de ordenar o trânsito, dar mais segurança, mas também embelezar aquele espaço criando zonas de estacionamento: estou a falar da via principal. Depois há um outro investimento que tem que ser feito imediatamente, para precaver situações que possam ocorrer no inverno, que tem a ver com a construção desta ampliação da Aspock. Este novo pavilhão da Aspock faz com que haja um problema que, não é um problema, pode ser um problema se viesse uma chuva imensa, tem a ver com o escoamento das águas provenientes do novo pavilhão. Para quem conhece o terreno: A estrada tem uma inclinação muito grande em direção a S. Martinho da Gândara; E a água não podem correr estrada a fora, porque estraga a estrada e entra nas casas das pessoas. E portanto nós vamos ter que criar mecanismos de encaminhamento das águas para locais próprios. Não queremos resolver o problema ali em cima daqueles moradores para arranjar problemas aos moradores mais abaixo. E aí, não estávamos a resolver o problema, estávamos a resolver num sítio e a criar noutra. Portanto, temos de encontrar uma solução integrada. Temos falado com o senhor Presidente de Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara, esta solução e escoamento das águas já é só S. Martinho não é Cucujães, para naturalmente resolvermos esse problema. Porque, inclusive, nós tivemos e já agora, passe a publicidade, tivemos a colaboração da Aspock na compra de material para doar, das tubagens, à Câmara Municipal porque eles reconhecem também que, depois, com as novas instalações tinham que encontrar uma solução para o escoamento das águas. E nem foi preciso pedir. É mais um bom exemplo de responsabilidade social. E nem foi preciso pedir à Aspock, a própria Aspock disse: Nós compramos os tubos e cedemos os tubos; Queremos resolver este problema e não queremos problemas com a vizinhança. E, portanto, julgo que de alguma forma respondi à preocupação, eu agradeço a preocupação mostrada pelo engenheiro Pinto Moreira. No PDM, tendo a Via do Sudoeste registada, há efetivamente uma facha de proteção para a construção da via. Mas, não vamos esperar pela Via do Sudoeste, para intervir naquela zona. Para evitar que esta situação aconteça basta uma viatura pesada durante a noite chegar aquela zona e não parar, ou enganar-se num corte, e meter-se para Santiago, ou meter-se para S. Martinho, ou seguir em frente (como aconteceu com o Pinto Moreira), para depois ter um transtorno imenso para uma viatura pesada, um TIR, dar a volta numa estrada estreita e com movimento é muito perigoso. Portanto nós vamos intervir rapidamente. E até gostávamos de poder intervir ao mesmo tempo que estivessem terminadas as obras na Aspock, elas estão numa fase terminal e, portanto, de alguma forma, vamos fazer uma primeira intervenção e

depois guardar para uma segunda fase a questão definitivamente da Zona Industrial de Rebordões. Senhor Presidente, aproveito também para saudar, agora, a sua presença.=====

===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.=====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

===== Muito boa tarde. Em primeiro lugar cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa os restantes elementos da Mesa, Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores. É a primeira vez que acontece, desde que eu lidero a Assembleia Municipal, chegar atrasado. E tenho que me penitenciar por isso. Como compreendem, às vezes nem sempre as coisas correm como a gente quer e, nestas profissões, muitas vezes temos que por alguém mais acima dos nossos interesses. E foi isso que aconteceu. Portanto, quero já penitenciar-me por este atraso. E, dando continuidade ao período de “Antes da Ordem do Dia”, eu dou a palavra ao Presidente da Junta de Cesar – Augusto Moreira. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, colegas Presidentes de Junta, funcionários da Câmara Municipal, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Dirijo-me, hoje, a vossas excelências para falar de Marlene Sousa. Marlene Sousa, ao serviço do Sport Lisboa e Benfica, conquistou o troféu de Campeã Europeia de Clubes, na modalidade de Hóquei em patins. Esta jovem atleta natural de Cesar – Oliveira de Azeméis, foi homenageada publicamente no passado dia 6 de abril em Cesar, numa organização conjunta da Freguesia e da Câmara Municipal. Com a sua simplicidade e dedicação à modalidade alcançou o patamar máximo do hóquei em patins tornando-se Campeã Europeia de Clubes. Apesar da sua juventude, é considerada, segundo os especialistas, a melhor atleta europeia de hóquei em patins da atualidade. Por estes factos, Marlene Sousa, a mais destacada atleta Cesarenses da atualidade e que enche de orgulho todos os Cesarenses, é merecedora desta referência em sede de Assembleia Municipal. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado António Cruz, do PSD. =====

===== Muito boa tarde a todos. Queria salientar, aqui, três pontos que acho que nos merecem um bocado de atenção. No dia Internacional da Proteção Civil, o Município Oliveirense assinalou a data com a promoção de atividades e simulacros. Esta foi uma organização conjunta do Serviço Municipal da Proteção Civil e das Divisões da Educação e Ação Social que trouxe à Praça da Cidade 1300 crianças e 120 seniores. Estes oliveirenses tiveram oportunidade de participar em ações de simulacro, conhecer e interagir não só com os

organismos como com as diversas atividades que promovem. A bancada do PSD regista com imenso agrado e saúda não só, todos os organismos que estiveram representados, como também este tipo de iniciativas que esclarecem e forma civicamente os oliveirenses e de forma mais acutilante a sua população juvenil. O segundo tema que queria aqui dar nota, tem a ver com a recente entrevista que o senhor presidente do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga concedeu ao jornal “Correio de Azeméis”. Vou só tocar no ponto que abordou em relação ao Hospital S. Miguel, disse aquele responsável e todos nós sambemos que é um Hospital que precisa de obras e obras condizentes com a finalidade que ele tem no grupo hospitalar. A bancada do PSD espera que este Executivo Camarário continue a manter na sua agenda política este assunto como sendo um assunto prioritário e de real importância. Do mesmo modo, estamos em crer que todos os elementos desta Assembleia estarão empenhados numa eventual necessidade de unir esforços, para que esta causa não seja uma causa perdida, para que o nosso Hospital seja realmente um Hospital que dignifique a comunidade oliveirense. O terceiro e último assunto e tem a ver com o retrato da saúde que recentemente se pintou nesta mesma sala. Portanto, foi no dia 9 de abril, o ACES-Aveiro-Norte nesta sala apresentou os resultados dos últimos três anos de gestão. Foi dado ênfase, ao rigor na gestão, à entrega à causa da equipa que colabora com o senhor presidente, Senhor Dr. Miguel Portela, e também referenciado o facto de a ACES ser agora apelativo para o pessoal clínico. Mas o facto que mais salienta nesta apresentação pública de resultados é percebermos que, segundo o mesmo dirigente, em 2012 nós tínhamos na área de jurisdição do ACES-Aveiro-Norte 22 mil utentes sem médico de família. E há data, não sei precisar se no final do ano, se no início deste abril, só havia mil utentes sem médico de família. Significa que havia 20% sem médico de família e agora nem 1% há. Se os números citados estiverem corretos, e se só este retrato economicista mostrasse a realidade transversal que se vive nos cuidados de saúde primários na zona do ACES, estaríamos perante um excelente e digno exemplo de compêndios de gestão pública. Não tenho dados para confirmar se estas percentagens são reais. E, nesse sentido, pergunto ao Senhor Presidente do concelho da comunidade se realmente esses números são verdadeiros? Na apresentação dos resultados a objetiva não focou o campo de batalha. Senão, vejamos o que se passa em largas manchas do nosso Concelho: Tempos máximos de resposta garantida: não são cumpridos; Impossibilidade de agendar consulta nos Centros de Saúde; Cancelamentos frequentes das mesmas consultas; Médicos a prazo para saúde familiar; Utentes que metem “cunhas” para saírem de determinados postos de saúde; Utentes a mudarem de local de residência com a mesma finalidade. Poderia continuar a fotografar este lado da saúde, cuja responsabilidade direta cabe ao ACES e às suas políticas. Porventura, todos, ou quase todos que aqui estamos presentes nesta sala não vive neste quadro que descrevi. Porque tem, poder reivindicativo, tem amigos que dão um “jeito”, dinheiro suficiente para procurar saúde em meios alternativos Ao Serviço Nacional e Saúde. Mas, será bom todos nós termos presente que, um significativo de oliveirenses que nos elegeram: não está nessas condições; não está a ser atendido condignamente pelo Serviço Nacional de Saúde. Portanto, merecem a nossa preocupação e que

tudo fazamos para ultrapassar este cenário menos próprio do nosso Concelho. A bancada do PSD não comunga da imagem economicista e distorcida que nos foi apresentada pelo senhor presidente do ACES – Aveiro-Norte neste balanço de gestão. Por isso, continuaremos a denunciar este estado da saúde independentemente da cor política que a tutelar. Tenho dito. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Nuno de Jesus, do PS. =====

===== Muito boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente. Segurança: Cumprimento e oficialização do incumprimento de regras de trânsito, combate à criminalidade são pilares fundamentais de qualquer sociedade, da nossa sociedade e das pessoas que a compõem. Nesse particular e nesses pilares fundamentais, papel altamente fundamental têm as nossas polícias. Eu vou falar mais concretamente naquela força policial que patrulha o dia-a-dia de Oliveira de Azeméis, que é GNR, não sem antes fazer aqui uma pequena análise de âmbito global e que tem a ver com aquilo que, infelizmente, é público e mais ou menos notório e que é: alguma desmotivação que existe nas forças polícias e em particular na GNR. E eu dava aqui alguns exemplos que provocam essa desmotivação: Congelamento de salários: Houve um descongelamento de carreiras mas, que, sendo acompanhado com o descongelamento de salários, motivou ou continuou a motivar alguma preocupação por parte da guarda (GNR); Horas extraordinárias: Nomeadamente, noites, fins de semana, feriados, operações especiais para as quais são chamados em que apenas são compensados com 60€ de subsídio de patrulha e um suplemento de escala que varia entre os 120€ e os 150€, mês, quando nunca sabem o que os espera naquele mês. Fardamento: Nas últimas semanas fomos confrontados com um novo fardamento por parte da GNR. Eu próprio até questioneei, por força da atividade profissional tenho que me deslocar muitas vezes aos Postos da GNR, e até gosto do novo fardamento da GNR mas tive a preocupação de saber como é que foi fornecido e, efetivamente, foi fornecido pelo Ministério da Administração Interna mas em número limitado: 2 pares de calças, 2 polos; e, mais nada. A partir daqui, se um militar estragar uma farda vai ter que utilizar a outra até que ela se desgaste e, depois, se quiser mais vai ter que a pagar. Depois há um outro aspeto que é de muita importância, e eu vou contar aqui um episódio, que tem a ver com as viaturas: As viaturas da GNR não têm seguro de responsabilidade civil. E esse episódio que me foi contado por uma pessoa amiga minha, pediu a intervenção da GNR, numa situação em efetivamente foi vítima de um assalto: Em que a patrulha, 2 agentes no carro, à procura do local, não conheciam o munícipe, passaram pela viatura dele; Ele, pôs-se atrás deles, para lhes indicar o local; Eles como não conheciam, por ventura, como era um local ermo, desconfiaram da situação, pararam; Marcha atrás e bateram na frente da viatura desse munícipe. Pois, a grande preocupação dos jovens guardas (GNR) era a viatura e não a situação para a qual tinham sido chamados. E depois há a questão do número reduzido de efetivos que, potencia que algumas destas situações, nomeadamente as horas extraordinárias e o trabalho extraordinário e

as operações especiais para as quais não estão a contar, lhes provoca também uma maior carga de trabalho e, uma desmotivação maior. Em Oliveira de Azeméis, há, infelizmente, em dois postos, mais um motivo para desmotivação. Toda a gente conhece o estado degradante em que se encontram os Postos da GNR de Cucujães e de Cesar. E aqui eu interpelava o Senhor Presidente da Câmara no sentido de saber e, porque, algum tempo a esta parte, foi público que a Junta de Freguesia diligenciou no sentido de poder, também, contribuir para solução do problema do posto da GNR de Cucujães pôs à disposição o edifício das antigas finanças, diligenciou, segundo sei, junto do Comando do Posto e do Comando Distrital. E eu aqui gostaria de saber Senhor Presidente, se a Câmara acompanhou as diligências e de que forma é que a Câmara está ajudar no sentido de que se resolva este problema em Cucujães? Relativamente a Cesar: Pergunto: Se tem havido desenvolvimentos? Se tem havido reuniões com Ministério da Administração Interna, no sentido de resolver estes dois problemas? Efetivamente, aquelas instalações não estão nada boas, não só, para quem lá trabalha, mas também, para quem lá vai; mas principalmente para quem lá trabalha, não só, no período do dia, mas também para os Guardas que lá pernoitam. Senhor presidente era essa a preocupação que eu deixava aqui e gostaria de ouvir algo da sua parte. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Jorge Pereira, do CDS/PP. =====

===== Boa tarde. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Vereadores, colegas deputados, público, funcionários, comunicação social. Hoje, por acaso, tenho ouvido falar aqui várias vezes na palavra segurança. E é nisso que eu me vou basear também. Um primeiro ponto: Na última assembleia municipal, de junho do ano passado, realizada no Quartel dos Bombeiros de Fajões, o CDS/PP lembrou o Executivo Municipal da importância, urgente, de intervencionar a Via do Nordeste solicitando a marcação da via uma vez que esta em toda a sua extensão não se vislumbrava qualquer marcação o que colocava em perigo a segurança dos cidadãos e utentes daquela via. O Senhor Presidente afirmou que tinha tomado boa nota. Muito bem Senhor Presidente, em boa hora tomou essa boa nota porque cumpriu. E quando assim é: estamos cá, também, para enaltecer. Mas, como em tudo na vida, há sempre um mas. Nessa mesma intervenção solicitamos ainda ou relembramos a colocação ou a falta, neste caso da existência de sinalização de segurança em toda a via. Reforçando e melhorado assim as condições de segurança, potenciando assim uma maior confiança entre os oliveirenses do nordeste do concelho e todos utentes da via. Estamos certos que o Senhor Presidente, muito em breve, irá cumprir, também, com esta sua boa nota. Ainda em questões de segurança, Senhor Presidente, também na última assembleia de dezembro de 2014, apelamos a uma intervenção urgente do Executivo embora, não sendo da tutela, reconhecemos que não é da sua tutela; mas com a obrigação de zelar pela segurança dos cidadãos: – Pela falta de iluminação nos nós do IC2,

nomeadamente o que dá acesso ao centro da cidade. Dei-me ao trabalho de contar: Na altura, apenas existiam três (3) lâmpadas acesas num total de doze (12) luminárias (postes de iluminação), porque quatro (4) deles já não existem. Portanto seriam dezasseis (16) mas quatro (4) não existem. Senhor Presidente, neste momento, lâmpadas acesas no nó do IC2 de Oliveira de Azeméis, são: zero (0). Posso dizer: Senhor Presidente: - poupar, sim; - mas nem tanto; Porque estamos a falar da segurança dos nossos cidadãos e da segurança das pessoas. Apelamos assim, novamente, para que se tomem as devidas ações de intervenção ou reposição das lâmpadas, ou aplicação de tecnologia led, porque é mais barata efetivamente, conforme e muito bem esta Câmara já o fez em algumas rotundas da cidade. Mas tem que ser feita alguma coisa. Terceiro ponto, Senhor Presidente: Este assunto aqui, pessoalmente deixa-me mais preocupado. E falo aqui de alguns atos praticados por funcionários da Indagua, em relação a invasão da privacidade. Testemunhei em dois dias distintos, por funcionários também diferentes, que para verificarem se determinada propriedade tinha, ou não, água pública: Um deles subiu a um poste de eletricidade, pendurou-se, e espreitou para dentro da propriedade. O outro caso: Subiu à caixa aberta do seu veículo e de cima deste debruçou-se no muro e espreitou para dentro da propriedade. Estou a falar da sede do grupo “Os Últimos” - Foi nesse local. Senhor Presidente: Apelamos a sua intervenção, para evitar um dia destes males maiores. Para não falar da péssima imagem que estes atos acarretam quer à Indagua, quer à própria Câmara Municipal. Não pretendemos criar um caso, mas sim apelara À intervenção de sua Excelência para terminar com estes atos o mais rápido possível. Muito obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Muito obrigado. Vou procurar dar todas as informações que foram solicitadas. Dizer que, naturalmente, nós acompanhamos também a homenagem que foi feita à jovem atleta de Cesar, que o senhor presidente da Junta Augusto Moreira aqui falou, Marlene Sousa é efetivamente uma desportista de eleição. Como sabem em Portugal nós temos um défice de prática desportiva muito grande, então nas mulheres nem se fala. E este é um excelente exemplo. E a própria atleta disponibilizou-se para poder incentivar a prática desportiva no nosso município. Ela é uma jogadora de hóquei em patins da Seleção Nacional Sénior, apesar da idade ainda muito jovem. E foi, efetivamente, como disse o Senhor Presidente da Junta, decisiva na vitória que era inesperada de uma equipa Portuguesa, neste caso concreto o Benfica, na Taça dos Campeões Europeus. A jovem era atleta de formação da Sanjoanense, é bom dizer; Portanto, não havia no Município de Oliveira de Azeméis hóquei em patins feminino e ela iniciou a sua prática na sanjoanense e agora joga no Benfica e estuda na Universidade em Lisboa. Para além de excelente atleta é uma excelente aluna, não entrou em medicina jugo que por uma décima, e tira notas de 18 e 19 no curso que anda a tirar. E quer e mostrou

disponibilidade para fomentar a prática desportiva. E eu tenho que registar isso e enaltecer. Já falamos hoje aqui muito de juventude e fica aqui mais este registo desta jovem que é efetivamente um exemplo de desportivismo. E portanto, nós associamo-nos a esta homenagem que o Presidente da Junta de Cesar acabou de dar nota. O senhor deputado António Cruz falou na questão da Proteção Civil - do dia da Proteção Civil. Muitas das coisas que o António Cruz disse em relação à Proteção Civil, depois, também, entroncam na intervenção do senhor deputado Nuno de Jesus e na intervenção do deputado Jorge Melo Pereira. Numa atitude preventiva, formativa, é sempre importante nós darmos oportunidade aos jovens das escolas de contactarem com as realidades da Proteção Civil. Nós tivemos a presença da GNR, da Cruz Vermelha, dos Bombeiros de Fajões, dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, de IPSS (s), da Autoridade da Proteção Civil, da Prevenção Rodoviária Portuguesa. E portanto, foram momentos divertidos. Tivemos mecanismos dissuasores de cães pisteiros a encontrar droga, a mostrar aos jovens como é que aquilo funcionava: em caixas de sapatos, e os cães iam lá descobrir onde estava a droga. Foi um dia diferente. Foi um dia muito positivo. E eu acho que é sempre importante, nós assinalarmos, para além de assinalarmos o dia procuramos aumentar a capacidade preventiva e, nomeadamente as crianças são fundamentais porque elas depois chegam a casa e forçam os pais, e os avós, e as famílias, os tios, os primos a terem boas práticas e, portanto, é a mesma coisa nas passeadeiras, a cumprir os limites de velocidade. É sempre importante que as crianças possam ter estes contactos e tiveram com a GNR, em cima das motos, nos carros. Foi um dia bastante interessante. O senhor deputado António Cruz falou também na entrevista que o senhor doutor Miguel Paiva deu ao jornal "Correio de Azeméis". O doutor Miguel Paiva deu uma entrevista ao "Correio de Azeméis, deu também a outros órgãos de comunicação social. Eu permita-me: - está aqui a doutora Ângela Amorim que seguramente melhor do que eu pode testemunhar e abonar o que eu vou dizer. Arrancar uma palavra ao doutor Fernando Silva, antigo presidente do Centro Hospital do Entre Douro e Vouga, era uma missão completamente impossível. O doutor Miguel Paiva tem uma nova atitude, uma nova postura e, deu entrevistas, abriu o Hospital, falou dos problemas, contactou com os autarcas, veio ao encontro, visitou os Hospitais, procura encontrar soluções, tem soluções, assume responsabilidades. E portanto tem uma nova atitude, que saúdo. Nós já trabalhamos, tivemos encontros. Está previsto também um encontro com todo o Executivo Camarário. E o doutor Miguel Paiva disponibilizou-se também para vir a Oliveira de Azeméis numa oportunidade próxima. E mantem, conforme vocês puderam ver através da comunicação social, mas também de comunicação que el fez à Câmara Municipal, mas mantem a intenção e defende a intenção de uma das formas de resolver muitos estrangulamentos do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, em Santa Maria da Feira, no Hospital da Feira, é dar mais condições ao Hospital de Oliveira de Azeméis. Esta é uma visão que nós defendemos há muito tempo e que infelizmente nem sempre aconteceu e nem sempre foi esta a opção. E portanto eu saúdo, vivamente, a nova administração do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga, da qual Oliveira de Azeméis está incluída, e também temos uma administradora que é de Oliveira de Azeméis, é de S. Martinho da

Gândara, é enfermeira diretora, é enfermeira Sara, que era docente aqui na Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa e que agora é administradora também do Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga. Portanto, seguramente, tendo ela trabalhado em Oliveira de Azeméis, dando aulas aqui, sendo de S. Martinho da Gândara seguramente que será uma voz ativa também na defesa dos interesses do nosso Hospital mas, acima de tudo, na defesa dos interesses dos cuidados de saúde que são prestados pelo Centro Hospitalar do Entre Douro e Vouga. A terceira questão que o senhor deputado António Cruz colocou prende-se com os números do ACES e a questão dos utentes com ou sem médico de família. Eu queria dizer, senhor deputado António Cruz, nós tivemos na terça-feira reunião do Conselho da Comunidade. Eu estive presente e esteve presente também a Senhora Vereadora Gracinda Leal. Eu tive a oportunidade de pedir, ao Senhor Diretor do ACES, se me podia facultar a listagem dos utentes do ACES sem médico de família; Um registo; um ficheiro; uma folha de excel. O Senhor Diretor disse que, me enviava por mail, no dia seguir que me enviava por mail os dados dos utentes sem médico de família. Porque eu fui acompanhado para essa reunião e, entre outras coisas, levei o jornal “Correio de Azeméis” e na capa, se se lembrarem a capa do jornal “Correio de Azeméis”, é: “Há 3 anos havia 22 mil utentes sem médico de família agora há menos de mil.” Eu perguntei, ao Dr. Miguel Portela: se me podia dar onde é que estavam os menos de mil e em que sítio é que eram os menos de mil? Para naturalmente minimizarmos essa situação. Portanto, eu não tenho os dados; não tenho os números. O Dr. Miguel Portela: Confirmou; Diz que era verdade; Eram menos de mil. Agora, há uma coisa que eu lhe queria dizer senhor deputado António Cruz, aquela que é a visão que tenho no contacto com os presidentes de junta, com os autarcas, é que, segundo o que me vai chegando, a realidade é um pouco diferente desta. Mas eu não tenho nada objetivamente para dizer. É o que eu vou ouvindo. O que é certo é, que há problemas que são do conhecimento da Câmara Municipal em Palmaz, em S. Martinho da Gândara, em Fajões e em Cucujães. Pelo menos, aquilo que nos foi chegando, também, de um trabalho que a Senhora da Vereadora Gracinda Leal na Rede Social e tem a responsabilidade na área da saúde, foi recolhendo junto das pessoas que estão no terreno. E, uma última informação que nos tinha chegado, que em S. Roque tinha havido a alteração de um médico e a que a situação também não estava a correr de feição. Mas, eu não tenho nada objetivamente para lhe dar, sobre isso. Vou aguardar que o senhor diretor do ACES nos faça chegar os números que tem, que foram pedidos e que o senhor diretor se comprometeu a entregar. E naturalmente na posse dos números, eu faço chegar à assembleia municipal para depois satisfazer também a curiosidade que aqui foi levantada. Curiosidade e legitimidade de saber o que é que acontece relativamente a essa situação. Se for assim: Acho que estamos todos satisfeitos. Bom, é que não haja ninguém sem médico de família. Mas vamos aguardar e eu tenho algumas dúvidas – confesso - que sejam esses os números. E como eu disse - vamos aguardar e depois trataremos em locais próprios, e a Assembleia Municipal é um desses locais, para podermos esclarecer e perceber o que é que está por detrás dessa situação. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra para dizer o seguinte:* =====

===== *Esse ponto é realmente um ponto que me mexeu um bocado. E permita-me a Assembleia que faça só um comentário. O que achei estranho, era: há três anos havia 22 mil utentes no concelho de Oliveira de Azeméis sem médico de família, porque 22 mil era quase a população de Oliveira de Azeméis e de Cucujães juntos sem médico de família. Acho muito estranho que isso acontecesse. Estou no terreno todos os dias e, não tenho, fracamente, essa ideia. Mas se realmente se for comprovado e, hoje em dia, também acho que haver mil pessoas no concelho de Oliveira de Azeméis sem médico de família é manifestamente pouco. Mas o senhor doutor Miguel Portela e a sua equipa estarão de parabéns. E lanço-lhe, desde aqui, já um repto: É que deem a fórmula. Porque Oliveira de Azeméis é um oásis neste deserto chamado Portugal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara continuou a sua intervenção:* =====

===== *O senhor deputado Nuno de Jesus falou também da proteção civil e neste caso concreto das forças policiais da GNR. Deixe-me dar-lhe nota senhor deputado Nuno de Jesus que eu, recentemente, no dia 17 de abril, estive com o novo Comandante da GNR de Cesar e tive uma reunião de trabalho com ele. Na GNR de Cesar o Comandante que estava cá, saiu, foi promovido a Sargento-ajudante. E veio um Sargento-ajudante que estava em Avanca- Estarreja para Cesar e tive uma reunião de trabalho com ele. Como temos tido um registo de total proximidade com a GNR, ainda recentemente a pedido do senhor Tenente Marques – responsável pelo destacamento, os nossos funcionários andaram a trabalhar, a pintar e a recuperar os muros do quartel de Oliveira de Azeméis, a fazer uns trabalhos em ferro nos gradeamentos. E temos um pedido que ainda não satisfizemos que é: ajudarmos a resolver, porque a GNR de Oliveira de Azeméis manifestou poucos meios para o poder fazer, a questão da rede de vedação das instalações da GNR para o lado do Centro de Saúde. E portanto, é uma questão que ainda está pendente e tem lá o depósito de viaturas reunidas para serem desmaterializadas e há que dar também dignidade a aquelas instalações. Em Cesar o Posto tem péssimas condições para o exercício da função. A Câmara Municipal tem um terreno, adquirido há muitos anos, para a construção de um novo quartel numa zona nobre da Vila de Cesar, logo na entrada, na rotunda do Mergulhão. Manifestamos já por diversas vezes aos governos essa disponibilidade. Temos o terreno. O terreno foi comprado para fazer o posto da GNR. Há histórias complicadas, relativamente a essa matéria: Alteração de prioridades com as mudanças de governo com os subsecretários de estado e os secretários de estado da Administração Interna que mudavam de opinião e que não respeitavam a opinião que era dada pelas forças de segurança. Porque isto tem uma hierarquia: há o Comandante de posto, há o Comandante de destacamento; há o Comandante distrital; há o Comandante Nacional; e depois há a tutela*

política. A questão de Cesar, nós continuamos a lutar por um novo quartel da GNR. E portanto continuamos a manifestar e já o fizemos também ao atual governo. Como sabem, também, houve uma remodelação nessa área, o ministro saiu e entrou uma nova ministra, agora também falta o secretário de estado que também saiu (esta semana). E portanto não são situações agradáveis para resolvermos esse problema mas continuamos com essa intenção de pressionarmos o governo para construir um novo quartel. Hoje, a construção de um novo quartel, o deputado Nuno de Jesus seguramente saberá disso, por razões profissionais como ele disse, hoje há uma construção tipo, uma construção modelar daqueles edifícios e portanto hoje faz-se um quartel com menos dinheiro e se calhar com mais eficiência do ponto de vista operacional. E tinha sido isso que tinha sido falado com o senhor ministro Miguel Macedo e havia disponibilidade por parte dele para concretizar esse objetivo. A questão de Cucujães é diferente, também tem uma história desde a presença de membros do governo no terreno a dizer aqui vai ser o quartel, e viram que depois o terreno não tinha condições para ter ali o quartel. A história é longa e não vamos aqui recordar. O que importa é criar condições para que efetivamente a GNR de Cucujães também tenha outros meios para operacionalizar. Eu já conversei isto com o senhor presidente da junta. Já nos entendemos relativamente à abordagem dos órgãos próprios. Com todo o respeito que eu tenho pela junta, não pode ser a junta sozinha a ir pelo caminho porque depois o que vai acontecer no meio deste caminho é: a GNR, a nível distrital, ou a nível nacional, vai perguntar à Junta de Freguesia: Então, o senhor paga o que falta fazer? A Junta diz: Eu não. E a Junta vai ter com a Câmara. Este caminho tem que ser feito em conjunto, eu já expliquei isso ao senhor presidente da junta e é isso que vamos fazer. Naturalmente a Junta de freguesia tem uma ideia que é: Afetar um edifício para a GNR. Logicamente que, seja qual for a ideia da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal, ela precisa de ser validada pelas forças de segurança. Não podemos estar a dar um edifício e depois as forças de segurança dizerem: não interessa, não serve. Tem que haver aqui um caminho em conjunto. O senhor presidente da junta sabe que pode contar connosco nesse caminho conjunto e portanto vamos procurar sensibilizar. Já falamos com o comandante de destacamento, Tenente Marques, aqui de Oliveira de Azeméis, mas ele também não tem responsabilidades. A responsabilidade é em Aveiro e seguramente que em Aveiro vai imputar responsabilidades ao Comando Geral e portanto nós vamos ter que fazer esse caminho. Falta-me uma coisa de Cesar: Foi combinado com o atual comandante fazermos uma intervenção de pintura das atuais instalações em cooperação com a Câmara Municipal sempre com o apoio da Junta de Freguesia que tem sido incedível, a Junta de Freguesia de Cesar. E dizer que não tem que ser só a Junta de Freguesia de Cesar, porque o posto de GNR de Cesar dá assistência a muitas outras freguesias e até de outros concelhos. Como disse: Com a GNR de Cesar vamos intervir no posto, não resolvendo o problema de fundo, certo? Mas minimizando para que os homens e as mulheres sintam também outra motivação do ponto de vista profissional. Porque nós não temos e era bom também aqui assumir isso. Sabemos que há poucos efetivos. Mas nós não temos objetivamente razões de queixa por falta de empenho da GNR. A GNR faz o que pode. Mas faz mesmo. E muitas vezes, prejudicando

as famílias, trabalhando mais horas e mais dias prejudicando as folgas e os descansos que têm. Mas há poucos efetivos. E nós não temos uma situação equilibrada no nosso município, mas essa também não é uma responsabilidade nossa, senhor deputado Nuno de Jesus e o senhor sabe disso. Por exemplo, Oliveira de Azeméis e o destacamento: Estão aqui pessoas que me acompanharam no dia da Proteção Civil. Destacamento: Há o destacamento e depois há os postos. Mesmo em Oliveira de Azeméis há o posto de Oliveira de Azeméis. Mas o destacamento, o próprio tenente assumiu que estava muito bem equipado, do ponto de vista de viaturas. Ele tinha duas viaturas novas que tinha recebido naquela semana. Eu vou a Cesar e o comandante do posto diz-me assim: Eu não tenho falta de viaturas; elas são é velhas; elas estão todas cansadas; elas estão todas estafadas. Também aqui tem que haver uma maior cooperação e uma maior interação. Há uma coisa que eles podem contar, é com a ajuda dos presidentes de junta e da Câmara Municipal e isso eles sabem que podem contar. Portanto, como eu disse, vamos brevemente fazer essa intervenção em Cesar. Vamos trabalhar com a Junta de Cucujães, na situação de Cucujães: Ou obras no atual posto; Ou uma solução diferente. Alguma coisa tem que ser encontrada também para a dignidade do exercício de funções de quem lá trabalha. Mas, acima de tudo, eu queria aqui reiterar a confiança nas forças de segurança do município de Oliveira de Azeméis. Quanto á questão da sinalização, que o deputado Jorge Melo Pereira falou: É verdade que foi feita a sinalização na Via do Nordeste, falta a sinalização vertical mas não é só lá falta em outros sítios. Olho ali para o presidente da Junta de S. Roque a ouvir falar em sinais e até me admira ele não ter feito nenhum sinal. Tem insistentemente andado na Câmara Municipal para resolver um problema que tem de sinais. Quando falou na iluminação da IC2, eu também lá fui e que queria que ficasse aqui bem claro e esclarecido: Não é poupança; É uma avaria. E é uma avaria que persiste no tempo. Porque já é há muito tempo que essa situação acontece. Para quem não passa ali com frequência, estamos a falar numa situação que é a entrada da cidade de Oliveira de Azeméis: quem vem do sul e corta à direita, para Oliveira de Azeméis centro ou vai para o acesso para Vale de Cambra, á direita; mas quem entra naquele entroncamento e, depois, vem de Oliveira de Azeméis ou Vale de Cambra e quer apanhar o IC2 para norte; aí não tem uma luminária acesa, estão todas desligadas. Mas não é desligada. É uma avaria da EDP que já foi notificada por várias formas, escrita, telefone, sms, e que nunca mais resolve o problema. Mas é um bocadinho estas coisa da EDP. As pessoas que não se zanguem quando eu digo estas coisas com estas empresas, porque efetivamente estes monopólios têm destas coisas. Eles vêm arranjar quando lhes apetece. É verdade. É verdade. É valido para a média tensão na Zona Industrial de Loureiro. Está paga. São 700 mil euros, está paga e não está posta. Nem me dizem quando é que vão pôr. Isto pode por em causa investimentos na Área Empresarial de projetos que se querem instalar. A EDP tem um plano de investimentos e nós não temos onde comprar porque a média tensão, neste caso concreto, é só a EDP. Neste caso que falou é uma situação complicada, até para a Escola ed Enfermagem. Se reparem: A Escola de Enfermagem quem não conhecer, nem a vê. Porque aquilo não tem luz nenhuma. Ai, sim, não tem nenhuma lâmpada acesa. Quando eu estava a dizer que tinha uma:

Se você cortar á esquerda, entrar para Oliveira de Azeméis há ali um candeeiro que tem luz. É o único que tem luz. Depois, volta à normalidade. O que queria esclarecer, senhor deputado, é que efetivamente não é uma questão de poupança é uma avaria. E eu até vou aproveitar a Assembleia Municipal para poder reforçar o pedido junto da EDP. A questão da Indagua, eu tomei boa nota e vamos fazer chegar a preocupação à Administração da Indagua - Oliveira Azeméis. Não acredito que sejam essas as instruções que a empresa dá aos funcionários. Mas, isto é como tudo na vida, há bons e maus exemplos. Mas vamos dar boa nota e fazer chegar essa sua preocupação. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi dito:=====

===== Com estas explicações do Senhor Presidente da Câmara, chegamos ao fim do período de Antes da Ordem do Dia. O PSD gastou 17 minutos e 12 segundos; O PS gastou 12 minutos e 55 segundos; O CDS/PP gastou 7 minutos; e os Independentes 2 minutos e 03 segundos. Acabaram de chegar à Mesa três votos de pesar e um voto de congratulação e louvor, que eu passarei a ler: Voto de pesar – “O PSD lamenta a morte de Mário João Frias, natural de Bustelo, freguesia de S. Roque. Foi dirigente da JSD e do PSD. Autarca na Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. Faleceu no passado dia 2 de Abril do corrente ano. O Grupo Parlamentar do PSD propõe um voto de pesar pelo falecimento e bem como seja guardado um minuto de silêncio em sua memória. Mais se requer que após a sua aprovação, seja comunicada esta deliberação aos seus familiares mais próximos. Outro voto de pesar da bancada do PSD: - “O Padre Neves, nasceu na Vila de Cucujães e estudou nos Seminários da Boa Nova. Grande dinamizador da pastoral familiar. Partiu para Moçambique no final do ano de 1967, dedicando-se ao estudo da cultura local em vista à inculturação da fé. Em 1978 partiu para o Brasil, indo trabalhar para a Paróquia da Chapadinha, diocese do Brejo, S. Luís do Maranhão. Aqui trabalhou os seus últimos 37 anos, deixando grandes marcas na defesa da dignidade do povo, conhecido, perseguido, amado e persistentemente missionário. Construiu história na Paróquia de Chapadinha, sendo uma das figuras mais fortes da comunidade católica, sempre presente, com a vida pautada no sacerdócio, com a doce missão de levar a palavra de Deus ao povo, de maneira gratuita e generosa. Exemplo de homem dedicado às famílias e à evangelização, deixando um legado de fé e de luta social, que está bem presente em Chapadinha, desde que ali chegou e nos diversos países por onde passou. Exemplo de retidão, de bom carácter na luta pela vida, de espírito de liderança, de vontade de vencer, de solidez moral, um guerreiro incansável. Cucujães não perdeu apenas um grande Padre, mas também um grande homem, um grande cidadão. O Padre Neves era uma potência de energia humana e de fé. Trabalhou e evangelizou em três continentes. Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia delibere: Aprovar o presente “Voto de Pesar” pelo falecimento do Padre Manuel dos Santos Neves, guardando um minuto de silêncio em sua memória. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste voto de pesar.” Último voto de pesar, também, da Grupo

Parlamentar do PSD: - “Tendo falecido recentemente no passado dia 14 de abril do corrente ano a Senhora Helena Soares Rodrigues, mãe de António Rodrigues dos Reis, ex-presidente da Junta de Freguesia de Loureiro e deputado da Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis. O grupo parlamentar do PSD propõe um voto de pesar pelo falecimento, e bem como seja guardado um minuto de silêncio em sua memória. Mais se requer que após a sua aprovação seja comunicada esta deliberação aos familiares mais próximos.” =====

===== *Colocados à votação os votos de pesar e o minuto de silêncio pelo falecimento do Senhor Mário João Frias, do Senhor Padre Manuel dos Santos Neves e da Senhora Helena Soares Rodrigues, foram os mesmos aprovados por unanimidade.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia apresentou e colocou à votação o seguinte voto de louvor:* =====

===== *Voto de congratulação e louvor da Junta de Freguesia de S. Roque. “O Professor Catedrático da Faculdade de Farmácia (FFUP) e antigo Vice-Reitor da Universidade do Porto, Jorge Gonçalves, foi condecorado no dia 14 de abril, pelo Presidente da República com o grau de Comendador da Ordem da Instrução Pública, título que reconhece aqueles que se distinguem pelos “altos serviços prestados à causa da educação e do ensino”. Jorge Moreira Gonçalves é licenciado em (1980) e doutorado (1991) em Ciências Farmacêuticas pela FFUP, faculdade onde cumpriu toda a carreira docente. Enquanto Vice-Reitor, teve um papel destacado na criação, crescimento e afirmação do Parque de Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto (UPTEC), a cuja direção pertenceu até ao final do mandato, 2014. Atualmente, Jorge Gonçalves é o coordenador da Plataforma Noroeste Global, uma plataforma de cooperação que junta várias universidades (Porto, Aveiro, Minho e Católica) e municípios (Braga, Guimarães, Porto e Aveiro) do norte e centro litoral, a par de instituições como a Fundação Calouste Gulbenkian ou a COTEC, tendo como missão aumentar a capacidade de inovação e internacionalização desta macrorregião. O académico sanroquense/ oliveirense foi uma das 12 personalidades ligadas ao Ensino Superior condecorados pelo Presidente da República numa cerimónia no Palácio de Belém.” Acrescento com simpatia que o Dr. Jorge Gonçalves se propõe acompanhar ativamente o desenvolvimento da Freguesia de S. Roque, manifestando-se disponível e empenhado em colaborar no desenvolvimento da Zona Industrial de acordo com a sua experiência e reconhecidas competências. Haja luz verde para avançar.” Assinado pelo presidente da Junta de Freguesia de S. Roque – Bernardo Amaro Simões.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o voto de louvor apresentado, o qual foi aprovado por unanimidade.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das atas n.ºs 12 e 13;* =====

===== *Presentes para aprovação as seguintes atas: n.º 12 – Sessão Extraordinária Temática da Assembleia Municipal, realizada em 16.01.2015; n.º 13 – Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 26.02.2015;* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 12 da Sessão Extraordinária Temática da Assembleia Municipal realizada em 16.01.2015 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== *Colocada à votação, a ata n.º 13 da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 26.02.2015 foi aprovada por unanimidade.* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município;* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. A informação foi distribuída e, portanto, se houver alguma questão que queiram colocar em concreto, façam o favor.* =====

===== *A Assembleia tomou conhecimento da referida informação.* =====

===== **Ponto três:** *Certificação legal das contas do Município - Parecer do Revisor/Auditor externo – Conhecimento e apreciação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos atrás referidos, os quais ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado, Senhor Presidente. A certificação das contas e a certificação legal das mesmas - o parecer também foi distribuído e não nos compete, a nós Câmara Municipal, estar a fazer qualquer consideração relativamente ao parecer. Naturalmente que, estaremos, se houver alguma dúvida ou algum esclarecimento que queiram, à disposição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente: Apenas propor, suponho que a bancada do PSD estará de acordo, que possamos discutir os pontos do três ao oito em conjunto e, depois, fazer a votação nos pontos em que tem votação, naturalmente, separadamente, só para simplificar os trabalhos desta assembleia porque esta temática é global.* =====

===== *Pelos membros da Assembleia foi aceite a sugestão do senhor Bruno Aragão para que se efetuasse a discussão conjunta dos pontos número três, quatro, cinco, seis, sete e oito da Ordem de Trabalhos, com a respetiva votação em separado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Boa sugestão, a do senhor deputado Bruno Aragão, porque, efetivamente, é mais fácil, as matérias estão todas interligadas e, até do ponto de vista da coordenação daquilo que temos a explicar é mais fácil discutir tudo em conjunto. Eu não vou demorar muito tempo, nem vou estar a dar explicações pormenorizadas, até porque a prestação de contas e o relatório do PAEL e todos os documentos são factuais e têm um conjunto significativo de informações. E portanto, nós não estamos perante um documento, - era bom que tivessem essa noção -, nós não estamos perante um documento de propaganda, de campanha publicitária, ou de narrativa. Nós estamos a discutir factos, não é? Portanto, factos: é as contas de 2014. Isto não se trata de uma narrativa, repito, não se trata de nenhum panfleto publicitário, nem se trata de nenhum objeto de propaganda. O que se passa é que, efetivamente, a dívida total do município de Oliveira de Azeméis passou de 37,9 milhões em 2013 para 30,7 milhões em 2014. E portanto há uma redução da dívida do município de Oliveira de Azeméis em 7.115.432€. O resultado líquido do exercício de 2014 é de 3.210.813,11€, também está nos documentos esse mesmo valor do resultado líquido. O endividamento líquido municipal teve uma redução, em 2014, de 2.073.033€, ou seja, passamos a estar abaixo do limite legal do endividamento líquido que nos é imposto pelo Artigo 37º da Lei 2/2007, de 15 de janeiro. Ou seja, o endividamento líquido*

municipal em 2013 era de 24.7 milhões de euros e o endividamento líquido municipal em 2014 é 22.6 milhões de euros. E, portanto, há essa diminuição que eu também assinalei. No que diz respeito ao endividamento de empréstimos bancários a médio e longo prazo, também há uma diminuição, passa de 28.3 milhões em 2013 para 24.5 milhões de euros no final de 2014. Portanto, também sobre essa matéria do endividamento dos empréstimos bancários de médio e longo prazo, estamos conversados. Relativamente ao prazo médio de pagamentos a fornecedores: O prazo médio de pagamento a fornecedores em 2013 era de 102 dias e em 2014 passou para 79 dias. Portanto, há aqui uma redução também do prazo médio de pagamento a fornecedores. Queria dizer também porque tem sido falado muitas vezes, e, - como eu prometi, não ia estar a ser exaustivo nesta minha intervenção inicial estando depois à disposição para poder satisfazer a curiosidade ou dar explicações aos senhores deputados que tenham dúvidas relativamente a esta matéria -, dizer-vos que muitas vezes é falado o estar em linha ou não estar em linha com Plano de Saneamento Financeiro. Portanto era para dar também essa nota que, efetivamente, desta vez, temos esse argumento que tem sido utilizado nos últimos anos um bocadinho desadequado. Portanto Senhor Presidente, - como prometi ser breve: dizer que, efetivamente, há uma redução, naquilo que estamos a falar das contas. Eu repito: Porque às vezes há tentação ou a tendência para, como hoje já falamos no período de Antes da Ordem do Dia no 25 de Abril, - há a tentação de: Estamos a analisar as contas de 2014; E, daqui a um bocadinho estamos a falar de 2002, 2001, 1900 e isto, 1900 e aquilo, quando nós hoje estamos hoje, nestes pontos da Ordem de Trabalhos, do ponto três ao oito, a falar das contas de 2014. E como eu acabei de dizer: São o que são. E não são, nem mais, nem menos, do que aquilo que eu acabei de dizer. Portanto e não há ninguém por mais eloquente que seja, por mais PowerPoint que possa projetar, por mais conhecimento científico que possa demonstrar, não há ninguém, que consiga dizer que a dívida total do Município não reduziu mais de 7 milhões. Porque isso é uma evidência. Portanto, é a dívida do Município que baixou, mantendo o esforço significativo que estamos a fazer para que em 2020 tenhamos as contas completamente equilibradas e completamente em ordem. Portanto, dar só esta nota que não dei. Falei na redução do prazo médio de pagamento a fornecedores: há uma redução de 2014 para 2013 que é o que devemos comparar, há uma redução de 23 dias, portanto, passamos para os 79 dias. Portanto, basicamente, Senhor Presidente, estando, naturalmente, como não podia deixar de ser, à disposição da Assembleia Municipal para as questões que queiram colocar. E ficava-me por esta explanação macroeconómica focando aqueles pontos que são verdadeiramente essenciais na prestação de contas de 2014. Muito obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Bruno Aragão, José Ribeiro, do PS; António Pinto Moreira, do CDS/PP; Carlos Costa Gomes e António Rosa, do PSD. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado José Ribeiro, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, comunicação social, público aqui presente. Pedia a autorização para que os serviços pudessem projetar, entretanto, um PowerPoint que trouxe. Vamos nestes pontos analisar e votar o relatório de prestação de contas do Município para o ano de 2014, bem como a evolução do pagamento da dívida da execução do Plano de Saneamento Financeiro. Pela primeira vez, desde 2008, o município consegue cumprir o estabelecido no Plano de Saneamento Financeiro e apresenta-nos uma dívida 0,47% abaixo do definido totalizando, à data, 30.750.000,00€. Quanto a boas notícias estamos conversados. Se é que ousamos chamar, a isto, boas notícias. A execução económica de 2014 permitiu uma redução da dívida total do município em 7.115.000,00€. E numa execução de mais de 34 milhões de euros o investimento realizado foi praticamente igual, 7.119.000,00€. O que teríamos feito, se não tivessem de pagar esta dívida? O prazo médio de pagamento a fornecedores situava-se nos 79 dias, quando já devia estar nos 49. A dívida a fornecedores registou uma redução anual de 1.757.000,00€, no entanto totalizava ainda o montante de 2.919.000,00€. A extinção da GEDAZ e a conseqüente internalização dos serviços prejudicou o indicador do endividamento líquido em 3.5 milhões de euros. Tudo o resto que desce, desce por imposições legais que obrigam o Município a pagar o que deve sob o risco de incorrer em penalizações ou cortes nas transferências. Por muita propaganda que o PSD faça, e, permita-me falar em propaganda, Senhor Presidente, não consegue alterar a realidade quotidiana dos oliveirenses e que é um afastamento cada vez maior dos índices de qualidade de vida dos restantes municípios. Atentemos num pormenor de propaganda, de que é exemplo o ponto 2. 4 Relatório de gestão, que considera com o visto positivo o item referente a: aumentar a cobertura das redes básicas de abastecimento de água e saneamento. O que é que foi feito nesta matéria? Gastamos 5.644,00€ em redes de saneamento e 8.962,00€ em redes de água. Ao nível da receita, este ano continua na senda brutal do aumento de impostos, que totalizaram 10.400.000,00€, provavelmente, o valor mais elevado de sempre e uma arrecadação recorde de transferências correntes do Orçamento de Estado que totalizaram 12.900.000,00€. Sendo que, no plano inverso, ficamos praticamente a zero (0) na arrecadação de receita de capital, proveniente da venda de bens de investimento e a metade na previsão das transferências de capital fruto da incapacidade de execução dos projetos do QREN e a sua sistemática derrapagem no tempo. Ao nível da despesa: A despesa com pessoal registou valores abaixo do previsto, á boleia do congelamento das progressões na carreira, do congelamento dos salários e da diminuição de funcionários. Ao nível dos juros e outros encargos, não deixa de ser preocupante que, apesar de inferiores aos pagos em 2013 por via da diminuição das taxas de juro e do capital em dívida, os mesmos tenham sido superiores em 16% ao valor estimado. É tendencial a preocupação da inversão da tendência da diminuição do peso relativo da despesa*

corrente na despesa total que aumenta de 60% para 63%. Temos também ainda um aumento de 50%, de 500 mil euros para 750 mil euros, da rubrica – outros trabalhos especializados. Na despesa com aquisições de bens e serviços, é preocupante o aumento de 200 mil com encargos com instalações, passou para 840 mil euros. E manutenção de 600 mil euros de rendas e alugueres sem que a Autarquia, de uma vez por todas, encare e estude soluções efetivas para a afetação de verbas na requalificação do seu edificado e a posterior transferência de serviços dos quais paga rendas para instalações suas e requalificadas, a saber: Casa Sequeira Monterroso; Antigo Salão Nobre; Edifício das Antigas Finanças; Escola Bento Carqueja. Estes edifícios poderiam, depois de requalificados, albergar espaços arrendados para o Centro de Línguas, por exemplo, a FAMOA, a CPCJ, a delegação da Ordem dos Advogados, a Secção do Tribunal, para não falar no protelamento da resolução do antigo Centro de Saúde, que já cá falamos hoje, para albergar o Fórum da Juventude e conseqüente loja Ponto Já. As transferências de capita e correntes para as juntas, no global, tiveram uma redução de mais de 1.200.000,00€ face a 2013. Ao nível do investimento, o PPI fica-se pelos 7.100.000,00€ cujas obras assentam genericamente no Centro Escolar de Ul, Parque do Cercal, Área de Acolhimento Empresarial Ul/Loureiro, Parque da La-Salette e melhoramentos efetuados na rede viária em 2013, por via dos protocolos de delegação e competências com as Juntas de Freguesia. Vislumbrar investimentos municipais significativos em 2014, que não os que são fruto de participações comunitárias, é uma miragem. Contudo, ao final de 5 anos de mandato e de mais de 170 milhões de euros de receita, seria de esperar que este Executivo tivesse algumas obras para apresentar aos oliveirenses. Mas, o que nos apresenta, é muito pouco, muito pouco e incapaz de catapultar o concelho para os níveis de desenvolvimento que os oliveirenses merecem. Por fim, uma nota para o montante total de redução de dívida. Conforme disse no início, apenas este ano estamos a cumprir com o que nos comprometemos no Plano de Saneamento Financeiro. E logo o marketing do PSD se apresentou nos últimos dias a divulgar a informação que reduziu a dívida municipal em 7 milhões de euros em 2014. Como se essa redução fosse sinonimo de uma gestão eficiente do erário público, conforme exemplos que foram mencionados anteriormente. Esta redução, é o compromisso a que o PSD obrigou o Município. Que, como sempre o PS avisou, tem conseqüências gravosas no desenvolvimento do concelho uma vez que esta redução da dívida não é feita pela via do combate aos desperdícios e aos erros de gestão. Assim e considerando que desde 2009 o município já reduziu cerca de 21.000.000€ na sua dívida que, no apogeu da gestão Rosa que não a do PS mas sim do Dr. António Rosa, atingiu 56 milhões de euros importa demonstrar quem pagou a dívida. (Pedia-vos um pouco de atenção nesta coluna e neste quadro.) Como foi então conseguida a redução de 21.000.000€ na dívida: 2.500.000€ à custa de redução acumulada nas transferências de Capital para as Juntas de Freguesia, IPSS, entre outras instituições e associações; 4.900.000€ à custa de redução acumulada de encargos financeiros; 3.100.000€ na redução dos encargos de pessoal, conforme já referido, pelo congelamento das progressões na carreira, cortes nos salários e eliminação parcial dos subsídios de férias e da diminuição de funcionários pela

proibição de novas contratações; 7.500.000€ de aumento acumulado de impostos e taxas: num brutal aumento de impostos, para parafrasear o ex-Ministro Victor Gaspar; 3.000.000€ por via de outras medidas de contenção de despesa e ao aumento de receita da autoria do executivo. E aqui, sim, podemos considerar que neste valor está o cunho do Executivo na gestão: Mas é pouco. Muito pouco. Assim, não nos podemos esquecer de tudo o que contribuiu para se atingirem estes valores. Só me ocorre que, poderíamos estar neste momento a discutir um cenário dantesco de incumprimentos com níveis ainda mais baixos de investimento, por força da obrigação de pagamento de uma dívida que continua a amarrar os oliveirenses e a comprometer o seu futuro sem que estes percebam nem vejam o usufruto que os levou a tal e nosso futuro seja uma miragem tão grande como foi a cobertura das redes de água e saneamento a 100% em 4 anos. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado António Pinto Moreira, do CDS/PP. =====

===== Está escrito nos livros que as Autarquias endividadas devem avaliar a margem de que dispõem e elaborar um plano equilibrado para a amortização da dívida considerando, o fator tempo, os custos e os compromissos financeiros de modo a evitar situações de constrangimentos orçamentais que prejudiquem a prestação de serviços básicos aos cidadãos, aos munícipes. É imperativo encetar boas práticas de abandono das políticas que falharam e a correção dos erros e de encargos insustentáveis. Na execução orçamental de 2014, e princípio verificado, as receitas correntes foram suficientes para cobrir as despesas correntes. É elementar, mas é por aqui que eu gosto de começar. Em 2014 continua-se a verificar que, os resultados operacionais, os resultados correntes e os resultados extraordinários, bem como o resultado líquido, ficaram em terreno positivo. O que é um ponto forte. A maldade que foi feita aos oliveirenses, em tempos passados, determinou que os resultados financeiros de 2014, que não é novidade, se encontrem em terreno negativo. O ponto fraco. Em sede de análise económico-financeira há a registar, em 2014, o atingimento dos seus grandes objetivos: Diminuiu a dívida total, os valores que aqui já foram falados; Diminuiu o endividamento líquido, reduziu 2.073.000€, estando presentemente em 22.644.000€. Naturalmente está acima do valor previsto no Plano de Ajustamento Financeiro, mas abaixo do limite legal de endividamento líquido que é de 25.472.000€. Face a 2013 diminuiu a conta de empréstimos bancários de médio e longo prazo. Acima dos limites mínimos impostos legalmente. Em 2013 diminuiu também o prazo médio de pagamentos. Estamos a analisar as contas de 2014 e os factos consubstanciados nos números aqui apresentados ao balanceamento adequado destes grandes indicadores: Damos nota positiva a este comportamento; O Executivo municipal esteve ao nível; Vamos votar favoravelmente. Globalmente, a execução económica de 2014 permitiu a recuperação dos principais indicadores da dívida e do endividamento municipal aproximando-nos das metas definidas no Plano de Saneamento Financeiro. Está no Relatório de

Acompanhamento do Plano de Saneamento Financeiro e, que, pude comprovar no detalhe dos documentos apresentados. No entanto, não deixa de ser uma ironia, vir aqui valorizar aquilo que também, é negativo, continua a ser negativo. Os nossos grandes credores não são os fornecedores de imobilizado, não são os fornecedores de betão, não são os fornecedores de alimentos para as escolas. Quem são afinal os nossos grandes credores: São os bancos com uma conta de 24.5 milhões, que temos de pagar, que significam juros e mais juros a pagar mensalmente. Não, mais desporto, mais educação, mais serviços básicos, mais vias e por aí adiante. A minha vida é nas empresas e aí os empresários e gestores estão habituados a viver diariamente com a realidade e a escassez de fundo maneio e a escassez de recursos de tesouraria. As dificuldades também moldam o carácter, diz o povo, e predispõe para a necessidade de ser criativo e inovador. Este é o momento da história em que mais se fala de empreendedorismo qualificado que tem dois vetores críticos: reduzir custos em tudo o que for possível reduzir; e inovar em tudo o que for possível inovar. Aos Autarcas encargos executivos, se calhar também lhes faria bem o tempo de estágio anual num ambiente empresarial para melhor poder entenderem do que estou a falar: o saber não ocupa lugar. Em 2014 verificou-se uma redução da despesa corrente de cerca de 277 mil euros, o que à partida é bom. Mas, nós até podíamos ficar muito mais satisfeitos, se em vez da redução tivesse havido aumento da despesa. E esse aumento fosse devido a mais alargamento da rede de abastecimento de água, como mias consumidores servidos e o município como entidade gestora do sistema tivesse comprado mais água para servir os seus munícipes. Não e isso que se verifica. Não estamos portanto a comparar a mesma situação. Analisando detalhadamente as rubricas da despesa, verifica-se que a diminuição global se deveu maioritariamente a redução enorme em mercadorias que foi de, 800 mil euros em 2012, 951 mil euros em 2013, baixando para, apenas, 242 mil euros em 2014. Sabemos do que estamos a falar. A redução da despesa também se deveu a outra rubrica que penalizou os munícipes. A Câmara distribuiu menos dinheiro às instituições do concelho. As transferências e subsídios correntes têm vindo sempre a decrescer: 3 milhões em 2012; 2.7 milhões em 2013; 2.47 milhões em 2014. Portanto, parece que continua uma tendência para o despesismo. Analisando, depois, aquilo que é a conta dos fornecimentos e serviços externos., aquilo que a gente controla ou pode controlar: 6.9 milhões em 2012; 7.06 milhões em 2013 e 7.8 milhões em 2014. Sempre a subir. Além disso, há ainda algumas sombras que continuam a carregar sobre o Município do risco elevado decorrente e processos judiciais em curso. Não se podendo avaliar o montante das provisões necessárias para constituir a cobertura desse risco e encargos, conforme o ponto 7 do documento de certificação legal das contas. Mas quando nos candidatamos e posteriormente quando fomos eleitos para este órgão municipal todos sabíamos as regras, qual era o ponto zero de que partíamos. Estamos numa instituição com história e com muitas estórias. É perfeitamente um desperdício estar sempre a massacrar com sombras e obsessões do passado. Uma mesma cassete à procura de culpados em vez de fazer uma justa avaliação da situação presente idealizar e levar à prática uma visão para o nosso município com desenvolvimentos as transformações e as mudanças que pretendemos

para o futuro. Falar do passado, é mais uma perda de energia, já não nos pertence. Hoje, é a grande oportunidade de viver e construir o futuro. Não tenho tempo para estar a mirar calendários antigos nas paredes sujas em que, como sabemos, só os nomes dos meses é que está correto. O que importa reter e focar atenção do nosso trabalho e que discutimos nós os três, até porque um de nós tem também responsabilidades executivas na Junta de freguesia Fajões, e aí seremos intransigentes e resume-se nos seguintes pontos: A estrutura financeira da Autarquia tem estado suportada grandemente por empréstimos. Só com a criação de valor económico se conseguirá inverter esta situação. A disciplina orçamental e esta escassez de recursos financeiros próprios, obriga o Senhor Presidente e os Senhores Vereadores a uma atenção permanente no desenvolvimento e medidas de melhoria de eficiência da gestão. O princípio base da equidade geracional apela ao cuidado e à responsabilidade dos Autarcas para a racionalidade económica e rigor orçamental no presente, para não sobrecarregar com encargos nem penalizar as gerações futuras. Pela natureza da gestão autárquica, há sempre grande incerteza quanto ao volume do valor das receitas. E, há, também, a tendência para o agravamento das despesas. São fatores externos que não se controlam. Já a despesa associada, na generalidade, são opções dos gestores. É de bom senso, portanto, ser muito prudente na elaboração de orçamentos. Em face da posição que nós, no CDS/PP, tomamos de votar contra o orçamento para 2015, em virtude de não o considerarmos equilibrado. O que desejo e espero é de hoje a um ano aqui voltar para dar boa nota de agrado ao Senhor Presidente podendo constatar que o Executivo foi capaz de alterar um rumo, invertendo a lógica subjacente ao orçamento aprovado; E eu é que estava errado. Conforme o ponto 8.8.3 das notas ao balanço e à demonstração de resultados neste exercício económico, devido à internalização da Empresa Municipal GEDAZ todos os custos inerentes às suas atividades foram suportados pelo Município de Oliveira de Azeméis, bem como todos os custos com o pessoal. Os equipamentos que anteriormente foram geridos pela GEDAZ, foram investimentos muito caros sustentados na missão da Autarquia de proporcionar acesso de equipamentos e serviços aos seus munícipes. Deveremos fazer uma análise da sua capacidade de gerar valor económico e de gerar valor social. Temos que medir estas duas dimensões: Económico e Social. O princípio orientador deve ser sempre a tendência para autossustentabilidade à semelhança do que deverá acontecer para outras instituições, como aqui já falamos anteriormente. Os Autarcas devem ter conhecimento, em tempo real, da rentabilidade económica e social dos seus investimentos. Uma parte das despesas, de funcionamento, deverá ser financiada pela via orçamental da Câmara em que o Município estabelece as suas políticas, outra parte deverá ser pela via do pagamento por parte dos utilizadores ou beneficiários. Pese embora, isto não seja congruente com o princípio do acesso gratuito aos serviços. Mas parece-me que é um sacrifício necessário. Peço, e para terminar, ao Senhor Presidente, caso não consiga indicar neste momento, que nos faça chegar um resumo destacado dos custos e proveitos desta unidade no ano de 2014. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD.* =====

===== *Senhor Presidente mais uma vez estamos aqui para aprovar, - e como disse o Senhor Presidente Câmara -, as contas referentes a 2014. E, de facto, as contas - como disse o Senhor Presidente - é uma narrativa. Como vem sendo habitual, e como aqui também já foi essa narrativa aflorada, é difícil reconhecer de facto a capacidade e a competência que este Executivo tem tido ao longo destes anos para fazer a redução da dívida, ao fim e ao cabo do investimento no passado e, como já foi aqui dito, que hoje temos de cumprir e estamos obrigados a cumprir. E portanto não é uma propaganda quando falamos verdade e quando o Senhor Presidente fala verdade. E hoje, já o referi, aqui, nesta sala, se estamos aqui é fruto desse investimento. Eu também fiz investimento há 10 anos e continuo a pagá-lo. E, portanto, há coisas que têm o seu tempo próprio. E aqui nesta sala que estamos sabemos muito bem do que falamos quando estes investimentos se fazem. Dos resultados apresentados, eu não vou falar pela parte técnica, mas as peças apresentadas contabilisticamente demonstram, na minha perspetiva e na perspetiva da bancada do PSD, uma boa gestão, uma boa gestão económica, financeira e, também, uma boa gestão rigorosa, transparente, clara, que, - como eu disse - pessoas com competência. Este Executivo ao longo dos anos tem demonstrado capacidade de gerir em dificuldades. Isso aqui deve ser realçado. E portanto isto não é propaganda é uma realidade. Aliás, como atrás referi e venho dizendo, nós devemos ter em conta, - e há um caso de estudo em relação ao Executivo oliveirense e que, até, o Senhor Presidente em tempos aconselhou a ler, aqui já nesta Assembleia -, em que o Município de Oliveira de Azeméis é apresentado como caso de estudo, caso de exemplo e de referência na gestão autárquica. Até vos posso dar a referência desse livro – “Princípios de uma boa Gestão para Municípios”, - coordenado por João Ralha e o prefácio de Rui Rio, editado pela Editora Católica. E portanto, nessa obra, é mostrado como referência de exemplo o Executivo Camarário de Oliveira de Azeméis, naquilo que tem feito ao nível da gestão da dívida e na gestão de compromisso que tem para com o Município. É uma referência, é tida como exemplo e, para outros autarcas, para outras autarquias. Nós internamente temos alguma dificuldade em ver esta realidade mas, na realidade, os de fora conseguem vê-la e até fazer caso de estudo como exemplo para outros. Portanto, naturalmente, como disse aqui a bancada do PS, já não é só a bancada do PSD que diz que as contas do executivo são boas, mas também temos a comprovação agora e de outros de fora a analisar essas contas e a analisar a boa gestão autárquica. E portanto, já não somos só nós a dizer. Gostaria de chamar também à atenção que, o que nós vemos é a razão e a razão dos resultados operacionais 2014. Eu não vou aqui dirimir sobre eles porque já foi focalizado e portanto as peças contabilísticas mostram isso mesmo. Do ponto de vista do PSD há, claramente, uma boa gestão, uma gestão eficiente que no limite, da razão lógica ou da razão prática, temos aqui uma equação difícil que é reduzir para investir. E ao mesmo tempo que, se reduz a dívida em 7 milhões de euros, há um investimento de 5 milhões de euros. Eu, quase que*

me atreveria a dizer, no limite, que afinal nós apenas não investimos 5 milhões mas, também, o próprio pagamento da dívida é um investimento para que o futuro não seja penalizado. Isto é: Isto é que é a verdade. Por isso, senhores deputados, não votar favoravelmente estas contas, é não querer ver o trabalho realizado. Na verdade o que este Município tem feito. Não estamos a votar um investimento em obras, em projetos, é verdade. Estamos a aprovar as contas de 2014. Se estiverem erradas? Digam. Se não são claras? Falem. Mas, por favor, não venham com o discurso e a narrativa do costume. Porque é por isso que o PSD ainda continua a gerir esta Câmara. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado, Senhor Presidente. Há pouco desculpe a indelicadeza de não o ter cumprimentado e, na sua pessoa, naturalmente, toda a Assembleia. E pedia-lhe também permissão para poder acompanhar a minha intervenção com suporte gráfico. Enfim, com efeito, 40 anos de democracia sem alternância de governação em Oliveira de Azeméis conduziram um concelho que era referência em 1975 a um concelho que foi ultrapassado na maioria dos indicadores pelos concelhos vizinhos. O resto são, de facto, estórias da Carochinha. Isto é a narrativa. Senhor Presidente congratulo-me que, possamos, hoje, de facto, verificar apenas os factos. E nos factos temos de dizer apesar de não gostarem de olhar para o passado e aproveitando e citando, naturalmente, o que aqui já foi dito: “Uma justa avaliação da situação presente”. Em política, meus senhores - prestar contas é um dever ético. E prestar contas é sempre olhar para o passado, a um mês, a um ano, a dois, a cinco, a seis, ao período que assim entenderem. Sem isso, não percebemos onde chegamos e estaremos incapazes de desenhar o futuro. Em dezembro de 2013 aprovávamos o orçamento para 2014. Nesse momento, como acontece sempre e aconteceu hoje, perante as muitas reservas concretas e objetivas que apresentamos, tivemos de lidar com o discurso redondo do costume: mais um orçamento de sucesso, com investimentos de sucesso. Como é evidente, só o discurso do contra do Partido Socialista não o consegue reconhecer. Tem havido de facto dois momentos frustrantes em cada mandato autárquico: o orçamento e prestação de contas. No primeiro temos que gerir a frustração de ver mais um ano um mau orçamento, de ver as mesmas estratégias de gestão que nos conduziram aos anos difíceis do saneamento financeiro, de ver a mesma falta de investimento e de visão, de ver planos plurianuais que se repetem e em quem já ninguém crê, e de ver parte das obras que nem dotação orçamental chega a ter. No segundo, a prestação de contas, temos que lidar com a angústia sincera de ver mais um ano passar e nada de novo. De ver mais um ano, dos difíceis anos do saneamento financeiro, em que para honrar as obrigações do pagamento da dívida, ficamos altamente limitados na nossa capacidade de investimento. Mas comum a estes dois momentos, é o discurso muito redondo, de que estamos sempre do contra. Mesmo quando apresentamos números concretos, quando os comparamos, quando mostramos

factualmente a realidade dos outros concelhos, sobretudo dos concelhos vizinhos. Mesmo quando colocamos questões concretas, quando pedidos que nos identifiquem os investimentos. Mesmo quando relembramos que, infelizmente, era isto que nos esperava. Estamos do contra, sim. Estamos do contra. Mas não contra Oliveira de Azeméis; como gostam de dizer, para fugir às questões. Estamos contra esta gestão de sucesso e as opções de sucesso que Vossas Excelências nos colocaram e colocarão nos anos seguintes nesta situação conflagradora de pagar dívida sem capacidade de investir. Caso não se recordem, o orçamento aprovado dizia, e estou a citar: “ A sustentabilidade hoje evidenciada numa estabilidade financeira é sinónimo de uma gestão eficiente e eficaz, assente, desde a primeira hora, numa política coerente e racional.” Nessa Assembleia, de 2013, coloquei uma questão concreta: - Senhor Presidente queira Vossa Excelência explicar, se assim conseguir, mostrar-nos de forma clara, onde está neste orçamento a gestão eficiente e eficaz, assente, desde a primeira hora, numa política coerente e racional? Nesse orçamento podíamos ainda ler e cito: “... não só é o ano de arranque de novos objetivos traçados e focalizados nas expectativas de todos os oliveirenses, mas é também aquele que vai consubstanciar a materialização de grandes projetos infraestruturais.” Coloquei, então, uma segunda questão: - Senhor Presidente, queira Vossa Excelência, se o conseguir, mostrar de uma forma clara, quais são os novos objetivos traçados e onde estão materializados, nesse orçamento, os grandes projetos infraestruturais? Senhor Presidente, esperamos mais de um ano pelas respostas que simplesmente, na altura, não conseguia dar. Mesmo quando repeti as questões. Foi absolutamente incapaz de responder e, os motivos que nos fizeram votar contra, aqui estão. Sem grande necessidade de detalhe, de escarpelizar os números, de os analisar em demasia; as contas resumem-se, digam o que disserem a: pagamento de dívida; cobrança de impostos; e redução de custos com pessoal. A dívida é da vossa responsabilidade; mas todos a pagamos. Os impostos são nossos; mas suportam a vossa dívida. E a redução de custos com pessoal é contingência de leis e decisões superiores. A isto tudo, infelizmente, acrescentamos uma taxa de execução de 71%. Meus senhores e minhas senhoras, aqui estão as respostas à gestão eficiente e eficaz e aqui está a grande materialização de projetos infraestruturais. Infelizmente, era este o cenário previsível em 2008, quando iniciamos um Plano de Saneamento Financeiro perante uma dívida gigante que apareceu de um dia para o outro. Nessa altura e na reunião da Assembleia Municipal de setembro de 2008, o Dr. Isidro Figueiredo, líder da bancada do PSD, dizia, estou a citar: “ É o discurso fácil PS” (página 43). E dizia mais: “assumimos total responsabilidade pelo Plano e total responsabilidade de solucionar o problema” (página 44). E perante os alertas muito responsáveis do PS, referindo que infelizmente este seria o cenário dos próximos anos; fomos acusados de alarmismo, catastrofismo e coisas que tais. Dizia nessa Assembleia o então Presidente da Câmara, e cito - porque ninguém o desmentiu: “... não se preocupe com isso, alguém há de pagar, nós pagamos e se não pagamos nós o executivo a seguir paga” (página 46), fim de citação. Neste momento cada um de nós poderá refletir sobre o que aconteceu e sobre as suas consequências. O acumulado de vários exercícios explica o exercício de contas

que hoje discutimos. O pagamento de uma dívida enorme e injustificada custaria anos de investimento e seria paga por todos. Cada um poderá fazer a sua reflexão mas, neste momento, sinceramente, tudo o que se possa dizer será dificilmente contrariado pelos números reais da execução. Desde 2009, o valor de amortização da dívida tem reflexo na nossa capacidade de investimento. Nunca nos conseguimos aproximar, sequer, de níveis de investimento próximos de 10 milhões de euros, não esquecendo que temos orçamento camarários superiores a 30 milhões de euros. Quando falamos, imensas vezes, num concelho hipotecado, era disto que falávamos. Este é o resultado acumulado, é a fotografia dos últimos anos e já não somos nós a dizer. E, repare-se, aqui nem se faz a distinção do que são fundos europeus e do que é o esforço real e que a autarquia faz por arrecadação de receita própria. A vermelho: podem ver a amortização da dívida que temos feito. Os anos de carência que tivemos do Plano de Saneamento Financeiro. O momento de pagar a dívida começa aqui. Aqui amortizamos menos e estou a citar, e diria quase “ipsis verbis” as palavras do Senhor Presidente: “ Foi o ano de eleições. Sabem como é.” – Está também numa ata da Assembleia Municipal. Neste momento, estamos aqui. A azul: podem ver o investimento que fomos fazendo, em alguns anos bastante inferior até ao que amortizamos de dívida. Portanto, pagámos mais dívida do que o que fomos capazes de investir. Estes são os anos do período de carência. Neste exercício, pagamos tanto de dívida como de investimento que fizemos. Como sempre dissemos, todos seríamos chamados a pagar a vossa dívida. Ao contrário do que disse o anterior presidente de câmara, não é nem no executivo anterior nem o seguinte que pagam a dívida; Somos todos nós. Aqui de forma mais clara podem ver o mesmo gráfico sem as oscilações: isto seria a média do valor que investimos; e aqui a média do valor que pagamos da dívida. Aqui, estamos a falar de cerca de 3.6 milhões; aqui, estamos a falar de cerca de 5.3 milhões. Vejamos, então, as consequências reais que todos sentimos. Onde é que cada um de nós, onde é que cada oliveirense está e fica no meio de isto tudo? Desde 2009 que o esforço de investimento per capita, por cada oliveirense é confrangedor. Os valores que podem ver no gráfico mostram como temos investido valores próximos dos 100€, ou inferiores, mostram bem como em alguns anos o peso da dívida claramente supera o investimento ou fica muito próximo. Aqui o gráfico anterior mas em valores per capita: Isto é o investimento; Isto é o pagamento da dívida. As curvas naturalmente são iguais; a diferença está aqui. Isto seriam os 100€: e portanto, só neste dois últimos anos é que investimos valores próximos; sempre inferior. Por cada euro que cada oliveirense vê investido na sua qualidade de vida e na sua família, é chamada a contribuir com 0,67 cêntimos para pagar a dívida. Isto significa uma coisa triste, mas simples: Em média, desde 2009, cada oliveirense viu a autarquia investir em si 77,84€ por ano, mas viu também a sua autarquia apresentar-lhe uma fatura de 52,41€ para pagar. Ainda só estamos a meio do Plano de Saneamento Financeiro. É este um exemplo simples, sem necessidade de grandes explicações do que significa um concelho hipotecado. E, não, não é assim em todos os concelhos, nem é assim nos concelhos vizinhos. Nos gráficos que partilhamos com todos, numa das Assembleias Municipais anteriores, e que o Senhor Presidente teve a gentileza de enviar aos membros da

Assembleia, é muito evidente o que acontece nos concelhos vizinhos e a sua capacidade de investimento: Aqui podem ver, o concelho de Oliveira de Azeméis e os concelhos vizinhos: a azul 2009, a vermelho 2013; Este é o valor per capita investido em cada um dos cidadãos desses concelhos: Oliveira de Azeméis em 2009 (a ordenação aqui está feita ao ano 2009) era o concelho que tinha menos capacidade de investir em cada um dos seus munícipes. Reparem que estamos com valores inferiores a 100%; mas temos concelhos que conseguem investir mais de 500€; e a média andarà pelos 200€, mais do dobro. Aqui têm o mesmo gráfico mas organizado em função do ano de 2013: Oliveira de Azeméis, aqui, na segunda posição; os concelhos que mais investem; e aqui, naturalmente, a Câmara de Aveiro com a situação que também é muito conhecida. Senhor Presidente, não tenho qualquer questão. Independentemente do que se diga, dos números e dos gráficos, e até do que nos queiram chamar, a realidade espera-nos quando sairmos daqui e espera-nos nos próximos anos. Nunca quisemos ter razão, genuinamente. Como disse o Dr. António Rosa, nessa Assembleia de 2008, considerando absurdas as propostas do Partido Socialista sobre a estrutura ou a conjuntura da dívida, e estou a citar: “Obviamente que já demonstramos, quer pela realidade dos últimos dois anos, quer neste Plano Financeiro, que é possível resolver a situação financeira do Município sem sacrificar todos aqueles que seriam passíveis a destas medidas a que o Município estaria obrigado.” Hoje, vários anos volvidos, aqui está o exemplo factual desses sacrifícios e de quem os paga. Muito obrigado.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado António Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa tarde, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, minhas senhoras e meus senhores. Da análise às contas do Município de Oliveira de Azeméis referente a 2014, ressalta-nos uma enorme conclusão. As contas do Município de Oliveira de Azeméis 2014 revelam-nos uma situação de, falência: falência do discurso catastrófico da dívida; falência do discurso da pretensa ruína provocada pelo alegado desequilíbrio financeiro estrutural do Município; falência do discurso da condenação eterna do Município à incapacidade para investir no que é importante para Oliveira de Azeméis. Recordamo-nos bem e se não recordássemos o senhor deputado recordava-nos, como não nos haveríamos de recordar, aliás, dos discursos inflamados de uma dívida crescente e sem retorno - 70 milhões era o número anunciado. Recordamo-nos bem, da denúncia de condenação da capacidade financeira do Município para a concretização das grandes obras. Não podemos esquecer e atribuir naturalmente o valor que merece, o regozijo de poucos que viam em tal discurso a sua oportunidade para reinar no - quanto pior melhor. Suspeitamos que estas contas possam significar, também, estagnação. Estagnação do discurso sempre centrado no passado e nunca no presente e no futuro. A estagnação do discurso que, em abril, denuncia a dívida e os gastos, mas que, em novembro, exige este mundo e o outro - em menos de nada - como se não houvesse

limites para os recursos. Compreendemos que estas contas não signifiquem o renascimento do mal nascido discurso dos sucessos. Aliás, não só compreendemos como agradecemos. Pois, se, por um lado, a ironia desse discurso em nada eleva o serviço prestado ao nosso concelho e aos oliveirenses; Por outro lado, a missão delegada pelos oliveirenses na Câmara Municipal e nesta Assembleia Municipal, não carece de falsos elogios, mas tão só de uma participação ativa, empenhada, responsável, acutilante por ventura, mas franca e positiva por parte de todas as forças políticas aqui representadas, mesmo daquelas que aqui se encontram em minoria, determinada pela escolha dos oliveirenses. Poderíamos cair, aqui, agora, na tentação de lançarmos algumas frases na ânsia da conquista de espaço jornalístico e fazer um conjunto de logas de palavras e de números: que a dívida do município corresponde a menos de 0,04€ (quatro cêntimos) por mês por cada oliveirense, menos que um rebuçado; Ou que, hoje, cada funcionário da Autarquia, por exemplo, serve mais de 150 oliveirenses; Ou que, a saúde financeira do Município é tal que lhe permitiu fechar o ano de 2014 com um saldo de caixa que é suficiente, ou que seria suficiente, para liquidar mais de 70% da sua dívida corrente a fornecedores. Mas não o faremos. Pois, estamos certos que com isso nada acrescentaria ao conforto e à qualidade de vida dos oliveirenses. É nossa profunda convicção, de que o que verdadeiramente interessa aos oliveirenses é saber que, ao longo do último ano, tiveram o Parque da La-Salette profundamente melhorado; ou que o Parque do Cercal, onde trabalha diariamente a Escola Aveiro-Norte, acolhe, prepara com qualidade e por isso atrai muitos jovens para o nosso concelho; ou que o Centro Escolar de Ul, está a dias de ser uma realidade, por exemplo; Ou que a Área de Acolhimento Empresarial de Ul/ Loureiro acolhe, já hoje, empresas de referencia e ajuda à criação e à fixação de emprego em Oliveira de Azeméis; Ou, ainda, que o Município de Oliveira de Azeméis disponha hoje de uma situação económica e financeira perfeitamente equilibrada e exemplar e que apresenta resultados líquidos positivos pelo décimo (10º) ano consecutivo. Tenho a convicção que esta mensagem não causará a sensação necessária para merecer o correspondente destaque nas páginas dos jornais. Mas, estou perfeitamente consciente de que é esta a mensagem que encontra acolhimento na consciência e no sentimento dos oliveirenses. As contas municipais, que serão aqui votadas dentro e momentos, são apenas uma sumula em números do muito do que significa a atividade da autarquia ao longo de um ano. Certamente que os milhares de idosos ou crianças, os oliveirenses ou os forasteiros, os espaços verdes ou os equipamentos, de forma ou de outra foram ao longo deste ano acolhidos ou tratados por uma qualquer equipa da Câmara Municipal teriam certamente muita coisa a acrescentar à mensagem transporta pelos números neste relatório. Afinal de contas, é essa missão intrínseca de uma Câmara Municipal: Utilizar os recursos das pessoas para servir as pessoas. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== *Eu reconheço muita capacidade ao senhor deputado Bruno Aragão mas, hoje, sinto-o um bocado embaraçado porque, efetivamente, é um bocadinho complicado arranjar aqui a tal narrativa de dizer mal quando a dívida reduz sete milhões de euros, quando endividamento reduz e aquelas coisas que a gente já falou. Só aqui três ou quatro coisas que eu julgo que são importantes: Sinceramente já ouvi muitas vezes e hoje até nem foi o senhor deputado Bruno Aragão mas costuma ser ele. O senhor deputado Bruno Aragão começou a sua intervenção, hoje, com o ar solene que o caracteriza, dizendo assim: “ 40 anos sem alternância em Oliveira de Azeméis.” Senhor deputado, nós temos 40 anos de Revolução de Abril; Em Oliveira de Azeméis já, hoje, todos nos vangloriamos com isso. Mas, permita-me dizer-lhe o seguinte: O senhor é um jovem, pensador, tem um futuro político promissor pela frente; Perca algum tempo; Perca algum tempo a perceber, ou tente entender, porque é que o Senhor diz 40 anos sem alternância em Oliveira de Azeméis. Ou, nós somos verdadeiramente geniais; Ou, então, há qualquer coisa aqui que não funciona. E, era bom que o senhor perdesse algum do seu tempo a perceber porque é que esta coisa não funciona. Porque, repare: Os oliveirenses são chamados, desde que houve a Revolução em Portugal, a eleições, a decidirem tranquilamente o seu futuro e têm votado sistematicamente nos projetos políticos apresentados pelo PSD. Vou-lhe fazer uma confissão. Eu, se fosse oposição, no seu lugar, ia pensar porque é que PS nunca ganhou as eleições, em vez de o senhor estar dizer que o PSD ganha sempre; Porque é que o PS nunca ganhou? Pense lá um bocadinho nisto. Eu acho que era um motivo de reflexão. Eu, se estivesse no seu lugar, ia pensar um bocadinho nisto: “Eu sou um jovem; Vou seguir a minha vida política; Tenho ambições políticas; Eu tenho que perceber porque é que nunca ganhamos e aqueles tipos ganham sempre.” Para o senhor perceber um bocadinho porque é que estas coisas acontecem. Porque isto não acontece por acaso. Não há nomeação, não há decreto, é eleição livre e popular ao longo desta história toda que os oliveirenses decidem. E eu acho que o senhor devia refletir um bocadinho porque é que isso acontece. O senhor usa o discurso da comparação com outros concelhos. É recorrente da sua parte. O desafio também lhe fica lançado para fazer uma análise: - se quiser fazer do Entre Douro e Vouga; se quiser fazer do distrito ed Aveiro; se quiser fazer da Área Metropolitana do Porto; se quiser até fazer aquele trocadilho, que vocês fizeram desta vez, que é o investimento por oliveirense dia; eu até pensei que que os senhores vinham agora aqui com o investimento hora; Os senhores foram ao dia, investimento dia. O Partido Socialista procurou arranjar um número que fosse pequenino e, então, foram dividir pelos dias; Eu até pensei que hoje chegassem á hora. Mas isso não importa. O que importa é o investimento que é factual e é o que estamos a fazer. Mas, o desafio que eu lhe lançava era que fizesse uma análise da redução da dívida dos concelhos: Quanto é que Santa Maria da Feira diminuiu a dívida? Tem um orçamento brutal, muito superior ao nosso, é um concelho – como senhor diz: os concelhos aqui à volta e que são bons. Quanto é que reduziu a dívida, diga lá? Vá lá ver onde é que reduziu S. João da Madeira. Veja isso, é um desafio engraçado. Hoje, não vai conseguir ver isso. Mas era um desafio engraçado, para perceber efetivamente aqueles seus gráficos e poder também fazer um e poder apontar depois também a luzinha e dizer: Oliveira de*

Azeméis está aqui na redução da dívida. E depois é a coerência político partidária senhor deputado, porque o senhor também representa aqui um partido, o senhor é militante de um partido. Depois, tem de bater a bota com a perdigota, não é? O Dr. António Costa, quando dá lições de redução da dívida ao Dr. Pedro Passos Coelho, diz: “Você: Dívida comigo? Você não tem capacidade para discutir dívida comigo; Porque eu, eu – António Costa, já reduzi 40% da dívida em Lisboa.” E você, Bruno Aragão – aplaude; O Costa, é que está ali a por o Passos na ordem; Já reduziu 40%. Então, seja coerente e diga assim: Aquela malta lá em Oliveira de Azeméis também já reduziu 40.5%. E mais, reduziu sem ajudas do Governo; Sem compensações indemnizatórias. Não abane com a cabeça senhor deputado porque sabe que a Câmara de Lisboa reduziu a dívida porque recebeu o dinheiro dos terrenos do aeroporto. Isso é dito por toda a gente. E o Dr. António Costa quando diz que baixa 40% é com essa ajuda. E eu estou-lhe a dizer que não tive ajuda nenhuma do Governo. E o Município de Oliveira de Azeméis baixou a dívida 40.5%. Então, o senhor ou aplaude o Costa, ou critica o Costa. O Costa é o seu líder, não se esqueça. Eu acho que o senhor aplaude o Costa. E portanto, em nome da coerência o senhor agora devia dizer: Lá em Oliveira de Azeméis a malta também reduziu mais de 40%. Senhor deputado já chega. Com todo o respeito, vai enchendo também. Já chega da gestão “Rosa” ou do António Rosa. Já chega, sinceramente, senhor deputado. Já chega. Eu quero-lhe dizer que o PSD e o Município de Oliveira de Azeméis e este Executivo tem muito orgulho no trabalho que foi feito ao longo dos anos e pelo trabalho do Dr. António Rosa. E portanto, não pense que o senhor vem aqui com gracinhas relativamente á gestão “Rosa”, ou á gestão da “Rosa, ou á dívida da “Rosa.” Porque o Dr. António Rosa foi um dedicado Vereador, foi um dedicado Autarca, deu o seu melhor e nós temos muito orgulho no trabalho que ele fez. Certo? Temos nós e tiveram os oliveirenses. Porque a seguir o trabalho que o Dr. António Rosa fez, foi julgado. Foi a votos. O senhor não votou nele. Mas os oliveirenses votaram. Respeite o funcionamento da democracia. O senhor não gosta, mas respeite. É a vida – como dizia o seu querido Guterres. Quanto aos outros concelhos: - Olhe; -É fresco; - Foi há 48 minutos. O Presidente do PS, de S. João da Madeira, Luís Miguel Ferreira, e destacado Vereador do Partido Socialista, disse o seguinte: “Estes números preocupam-me. O desemprego diminuiu no país, no distrito de Aveiro e em todos os concelhos do Entre Douro e Vouga (isto foi o Dr. Miguel Ferreira que escreveu há 45 minutos), apenas uma exceção, S. João da Madeira, a minha terra, perde a pujança de outros tempos em todas as frentes e isso preocupa-me muito.” Luís Miguel Ferreira – dirigente do PS, S. João da Madeira. O senhor está aqui a dizer que nos outros sítios é que é bom. O seu camarada de partido, aqui ao lado, com responsabilidades, que vai a votos, que dá a cara, que é líder da Concelhia, está muito preocupado com o que se passa no concelho dele. Há qualquer coisa aqui também que não bate certo. E sabe porque é que ele está preocupado? Porque, o desemprego em janeiro e fevereiro de 2015, o sítio onde aumento foi em S. João da Madeira. Eu não fico contente com isso. O sítio onde mais baixou foi em Oliveira de Azeméis. E isto é bom para o concelho. São os tais dados positivos que o senhor é incapaz numa intervenção de uma hora, duas horas, três horas, um mês, de encontrar uma coisa positiva no Município de Oliveira

de Azeméis. O senhor tem sempre um discurso absolutamente catastrofista. O senhor está sempre a dizer que tinha razão nisto, tinha razão naquilo, que é isto, que é aquilo. E o senhor não encontra, não encontra, uma virtualidade na gestão do PSD ao longo dos anos no Município de Oliveira de Azeméis. E talvez essa seja a razão por que o senhor se lastima de em Oliveira de Azeméis não haver alternância – como o senhor diz – há 40 anos. Mas o problema, meu caro, se calhar está dentro da sua casa de não haver alternância. Eu desafio a refletir sobre isso. Não é estar sempre a falar dos outros; Sempre a criticar os outros; Sempre a procurar a jogar com números e com números e com números; Quando, factualmente, o senhor não consegue dizer o contrário – O Município de Oliveira de Azeméis de 2013 para 2014 baixou a dívida mais de 7 milhões de euros. Isso, o senhor não consegue dizer que não aconteceu. Porque, aconteceu. Certo? E o senhor devia estar contente por isso. E não está. O senhor queria que isto corresse tudo mal. O senhor queria que o Município de Oliveira de Azeméis estivesse na lista da DGAL. O senhor queria que o Município de Oliveira de Azeméis tivesse as suas receitas cortadas. Mas não tem. Não tem, fruto da gestão. Certo? E nunca teve isso em causa. E isso é que importante quando estamos a falar de contas. Não estarmos a fazer aqui narrativas, nem histórias disto, nem histórias daquilo. Estes é que são dados factuais. Estes é que são os dados factuais, senhor deputado Bruno Aragão. E é verdade senhor deputado Bruno Aragão que o senhor, o senhor consegue ter uma atitude, durante o mesmo ano, que é verdadeiramente contraditória – perdoe-me dizer-lhe. O senhor, na Assembleia Municipal das contas tem um discurso e na Assembleia Municipal do orçamento tem um discurso completamente diferente, o senhor e o seu partido. Porque o senhor está aí a apontar essas coisas todas com o seu PowerPoint e com o seu pingarelhinho vermelho ali a apontar e eu ainda fui confronta esta semana com uma vontade do Partido socialista, de alguém destacado do Partido Socialista, a dizer: Então, o Palacete ali à venda, 600 mil euros, e a Câmara não compra o Palacete por 600 mil euros? Depois, precisa de 5 milhões para o requalificar. Mas as pessoas acham que deve comprar o Palacete por 600 mil euros. Senhor deputado, o que é que o senhor ia dizer quando isso acontecesse? - Oh meu Deus, compraram o Palacete por 600 mil euros. Senhor deputado, nós não podemos querer ter sol na eira e chuva no nabal. Não podemos, senhor deputado. Nós, não podemos. Não podemos estar a querer baixar os impostos, baixar o IRS, baixar o IMI, baixar isto, baixar aquilo e, depois, nas contas quere aumentar as receitas. Senhor deputado, nós temos que nos entender. Temos que ter alguma coerência, relativamente a essa matéria. Eu perdoou-lhe e percebo que não é fácil atacar estas contas. Porque o senhor deputado diz: Não se passa nada; Não acontece nada. O senhor Vereador Isidro Figueiredo esteve em Lisboa, esta semana, a receber um prémio da qualidade por causa da qualidade dos resíduos sólidos urbanos. Catorze Municípios do país em duzentos e oitenta e tal foram distinguidos. Catorze. Oliveira de Azeméis teve esse prémio. O senhor devia estar contente com isso. – Não quero que dê os parabéns. Mas, dizer: Olhe, foi positivo, Oliveira de Azeméis foi distinguido numa lógica de qualidade de vida nos resíduos sólidos urbanos. Ficava-lhe bem dizer isso. Não, quer lá saber disso. Se fosse ao contrário? Se levasse um prémio de uma porrada por não fazer a

recolha do lixo, ou por não sei das quantas? O senhor dizia: Oliveira de Azeméis ao contrário de outros concelhos, porque nós é que somos, nós é isto, nós é aquilo. Senhor deputado, inverta lá a sua narrativa sobre esta matéria. Porque já é muitas vezes a mesma coisa e, portanto, às vezes, isto, também, já vai cansando. O senhor Secretário de Estado do Emprego, a gente pode não gostar do Governo, mas o Senhor Secretario do Emprego ontem esteve em Oliveira de Azeméis; Estavam presentes a Senhora Vereadora da Câmara de Santa Maria da Feira, o Senhor Presidente da Câmara – José Pinheiro, do CDS, de Vale de Cambra, e o Senhor Dr. Ricardo Figueiredo, do PSD, de S. João da Madeira e estavam vários Autarcas na sala: O Senhor Secretario de Estado do Emprego, Octávio Oliveira, ontem, não se referiu a Oliveira de Azeméis nem à Câmara, nem ao Presidente de Câmara, disse: “ Esta é uma região exemplar para o país. Estes municípios dão o verdadeiro exemplo ao país. Nós precisávamos de muitos concelhos como estes desta região para o país ser diferente, para o país ser melhor.” Nós vivemos aqui. Nós temos que gostar da nossa terra. Nós temos que ter autoestima. Nós temos que ter orgulho na nossa terra, nos oliveirenses, nos sucessos, nas coisas positivas. Não temos que andar só à procura das coisas negativas. Parece que andamos ali à procura do investimentozinho que não correu bem. Isso é o que importa. Não é, senhor deputado. Não é o que importa, - peço-lhe desculpa de usar desta franqueza consigo. Importa, nós sermos factuais e dizer assim: O Município de Oliveira de Azeméis de 2013 para 2014 diminuiu a dívida. Pronto. Está feito. Acabou. Podia ter diminuído mais. Não custa nada assumir. Fica bem. As pessoas gostam desta franqueza e desta frontalidade. Porque senão, senhor deputado, o que se põe aqui em causa é muito, depois, a credibilidade dos políticos. Veja bem aquele pensamento daquele oliveirense distante mas que lê o jornal. No jornal vai sair, não há dúvidas, porque é factual, o jornal é correto, informa com rigor. E o com rigor é – a dívida baixou 7 milhões de euros. E o oliveirense vai olhar para aquilo e vai dizer assim: Reduziram a dívida - podem não ter feito aquilo, mas reduziram a dívida 7 milhões de euros. Não tenha dúvidas, senhor deputado, o senhor sorri mas não tenha dúvida que é isto que os oliveirenses pensam. E tanto é valido que é isto que os oliveirenses pensam que é isso que eles têm dito ao longo dos 40 anos. É isso que eles têm dito, sabe. Porque eles têm votado. São chamados a votar e é assim que escolhem. Este meu raciocínio das eleições é válido para as freguesias. O senhor deputado está um bocadinho incomodado sempre a mexer-se na cadeira. Mas os senhores presidentes de junta que estão na sua bancada gostam deste meu discurso porque eles também ganharam eleições. E, vocês perguntem - como é que eles lá ganharam eleições. Ora, analisem lá como é que alguns presidentes de junta sentados na vossa bancada ganharam as eleições. Perguntem lá, ao Rui Luzes Cabral como é que ele ganhou as eleições em Loureiro: se foi a dizer que estava tudo mal, estava tudo mal, estava tudo mal; Tudo mal ao fim de 40 anos e ninguém fez nada, se ele assim algum dia ganhava as eleições em Loureiro. Não foi assim que ele ganhou as eleições. Por isso, alguma reflexão interna também é preciso. Não é só chegar aqui e, atirar pedras, dizer o que apetece. Também é bom de vez enquanto ouvir algumas coisas. Muito obrigado. Senhor

Presidente, eu esqueci-me do senhor deputado PintoMoreira – só para lhe dar nota dos custos e dos proveitos que pediu, eu vou-lhe fazer chegar esta semana discriminado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente de Câmara, o Senhor começou embaraçado e acabou irritado. Não vale a pena. Mas, com certeza o Senhor confunde-me. Sim confunde-me com essa história. O senhor falou mais da Câmara de Lisboa, de mim, de S. João da Madeira até; Não sei como é que o Senhor na Assembleia Municipal teve até oportunidade de ver o que é que diz o PS de S. João neste momento; Falou de mim da Câmara de Lisboa, do PS. Sobre a prestação de contas limitou-se ao único soundbite: reduzimos 7 milhões de euros a dívida. Senhor Presidente, se revir o que eu disse - eu disse: Reduzimos a dívida e mostrei o gráfico onde estão 7 milhões de euros de redução (ponto). Mas, digo-lhe mais senhor Presidente, eu começo a ficar cansado de dizerem que eu disse, que não disse, que digo. Numa das Assembleias anteriores isso já aconteceu. Eu disse, senhor Presidente, a propósito de conta e orçamento e o Senhor Presidente disse que eu tinha dito – nós eramos a favor de despedimento de pessoal e disto e daquilo. Ao reler as minhas notas, fiquei com a nota e está na ata, de que lhe iria entregar pessoalmente uma ata onde isso está. Vou trazer a ata para o Senhor Presidente ver que eu não disse isso. Está aqui a ata, está sublinhado a minha intervenção a sua intervenção. O senhor terá que ter mais cuidado em dizer que eu disse ou que não disse. Peço ao Senhor Presidente da Assembleia que lhe faça chegar o documento. Agora, Senhor Presidente, a alternância política que eu referi na sequência até da intervenção inicial ninguém põe em causa. A democracia é isso mesmo. Elegeram-no e elegeram-nos a todos. Uns, governam e os outros, fiscalizam. É assim. Quem fiscaliza, Senhor Presidente, tem o dever em consciência se não concorda dizer porque não concorda mas apresentar números. Esse trabalho, Senhor Presidente, ninguém pode dizer que não fizemos. Agora, aquilo que eu gostaria era que tivéssemos perdido tempo a discutir aqueles números. Aqueles números que eu apresentei. E, efetivamente, em 2008 começamos um Plano de Saneamento Financeiro. Mas, sabe o que é que se dizia na altura e o Senhor Presidente era Presidente da Assembleia municipal? Lá está o Partido Socialista com isto. Vocês estão sempre a falar do passado. O futuro é que importa. Nós dizíamos: Pois, vamos ter consequências no futuro. E a consequência é: Naturalmente, vamos ter que pagar esta dívida. E, vamos ter que reduzir no investimento porque vamos ter que pagar a dívida. – Lá estão vocês; sempre assim; Sempre assim. Deixamos correr os anos. Mostramos-lhe os números. Senhor Presidente, nos últimos 6 anos, investimos em cada oliveirense 77€. Isso é investimento. Senhor Presidente tivemos de pagar, por cada oliveirense, de dívida 58€. Isso foi o esforço de dívida. Estes são os números da reflexão política. O Senhor Presidente quer que eu diga o quê? O PSD reduziu a dívida, em 2014, sete milhões de euros (7.000.000€). Pois, naturalmente, se a dívida foi contraída, se houve um Plano de Saneamento Financeiro feito num

determinado momento, a dívida tem que ser reduzida. Agora, no momento em que se contrai a dívida, diz-se: apareceu. Eu não sei se as pessoas se recordam até como é que apareceu a dívida. A 31 de dezembro de 2006, a dívida era de 26 milhões; a 1 de janeiro de 2007, a dívida passou para 55 milhões. Há documentos que mostram isto. Nesse momento, iniciamos aquela discussão, de facto, exaustiva, cansativa, gritante de um lado para o outro. Mas, pelo menos, foi uma discussão política. Uns entendiam que era estrutural; Outros, que era conjuntural. Mas uma coisa era verdade. Sabem porque é que nós tivemos que contrair um empréstimo? Por uma razão muito simples. Porque tínhamos dívidas a fornecedores elevadíssimas e não tínhamos capacidade, a curto e a médio prazo, de gerar superavit que nos permitisse pagar essa dívida. Quando isto acontece, naturalmente, recorre-se a um empréstimo. Um empréstimo, que tem ónus, que tem juros, que tem consequências. Esse empréstimo resultou num Plano de Saneamento Financeiro. Esse Plano de Saneamento Financeiro teve um período de carência começou em 2011 acabou em 2020, obrigava-nos a amortizar todos os anos um valor grande, pesado para o Município. Sabíamos disso. E portanto saberíamos que os anos a seguir teriam que ser ainda mais rigorosos do ponto de vista da gestão. Sabíamos que esses anos quando começássemos a pagar a dívida: ou teríamos a capacidade de gerar receita própria para podermos naturalmente investir; ou teríamos capacidade de ir a fundos comunitários para podermos compensar a falta de receita própria: ou estaríamos condenados a ter muita dificuldade de investimento. Senhor Presidente, como já hoje aqui falamos - os fundos comunitários - a taxa de execução foi de 50%. As receitas próprias, Senhor Presidente diminuíram, 26%, aliás, a venda de bens e serviços - 26%. Neste momento a Autarquia, consegue com esforço próprio 13% de capacidade de investimento - isto é: Com a venda de bens e serviços - representam 13% daquilo que o Município estará capaz de investir. Estes são os números que eu gostaria de ver discutidos. Estes são números, são factos. Podem dizer: Que não interessam; Que são números pequenos; Que nós estamos a pegar nos detalhes. E o exemplo claro e concreto foi aquele que o Senhor acabou de dar na sua intervenção. Se eu não tivesse um Município altamente endividado: Eu se calhar agora poderia olhar para aquele Palacete, que é um ex libris em Oliveira de Azeméis, e dizer: Eu compro. E transformo aquilo numa Casa da Cultura. Mas isso Senhor Presidente é se eu não tivesse um Município altamente endividado. E é isso que nós estamos sempre a dizer. Porque temos uma dívida pesada que nos onera em muito as nossas capacidades de investimento e as nossas opções ficam altamente fragilizadas. Estes eram os números que eu gostaria de ver discutidos. Sobre isto, nem o dr. António Rosa, nem o Senhor Presidente, disseram rigorosamente nada. Muito obrigado. =====

===== A Assembleia apreciou a referida informação. =====

===== **Ponto quatro:** Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas 2014; =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Presentes, nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de prestação de contas, nomeadamente: 1- Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Atividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do ativo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI e mapa das modificações do Plano de Atividades; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos ativos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação; 7- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de atas.” =====

=====
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar os documentos de Prestação de Contas, relativas ao ano de 2014, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezasseis do PSD, três do CDS/PP e um do Presidente da Junta de Freguesia de Cesar; - Votos contra: doze do PS; - Abstencões: quatro dos Presidentes da Junta de Freguesia da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta/Palmaz e Travanca, Loureiro, S. Roque e Cucujães. =====

=====
 ===== **Ponto cinco:** Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2014 - Aprovação; =====

=====
 ===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51 – Património, corresponda a 20% do Ativo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de 3.210.813,11 Euros. Propõe-se a seguinte aplicação: 1. A constituição da Reserva Legal, corresponde a 5% do Resultado Líquido do Exercício, no valor de 160.540,66 Euros, em

conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2. O valor de 3.050.272,45 Euros que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL.” =

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto seis:** 1.^a Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2015 – Aprovação; =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Esta revisão orçamental deve-se às seguintes situações: 1 - À utilização do saldo da conta de gerência do ano anterior. De acordo com o definido no POCAL e referido na Ficha de Apoio Técnico nº 1/2004 – SATAPOCAL – CCDRN: “Após o apuramento do saldo de gerência e a apreciação e votação da prestação de contas pelo órgão deliberativo, o saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL)” Ainda na mesma Ficha de Apoio Técnico refere-se: “O “saldo da gerência anterior”, enquanto componente orçamental da receita, é apresentado, no Decreto-Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, em “outras receitas” (classificação económica 16.01 saldo orçamental desagregado em 16.01.01 Na posse do serviço e 16.01.02 Na posse do serviço – consignado). A utilização do saldo de gerência resulta numa revisão orçamental, decorre do artigo 25º, Nº 1, alínea a) da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, aprovar as opções do plano e a proposta do orçamento, bem como as respectivas revisões. Pelo exposto, propõe-se a apreciação do órgão Executivo da revisão orçamental em anexo e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação. 2 – À aprovação da candidatura POVT-12-0765-FCOES-000003 – “Eficiência Energética na Iluminação Pública do Município de Oliveira de Azeméis – 1ª Fase”, com uma taxa de co-financiamento de 85% e uma participação financeira do Fundo de Coesão no valor de 454.045,00 €, totalmente prevista para 2015. 3 – Ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências “Contrato de Educação e Formação Municipal” – “Programa Aproximar Educação”, assinado com o Ministério da Educação e Ciência e a Presidência do Conselho de Ministros, em que está subjacente a transferência de algumas competências para o Município e consequentemente as despesas a elas associadas, conforme o mapa anexo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a 1ª Revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos 2015. =====

===== **Ponto sete:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro – Reporte a 31/12/2014 - Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =*

===== *Para cumprimento do artigo 40º da Lei nº 2/2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *A Assembleia apreciou o referido documento. =====*

===== **Ponto oito:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Ajustamento Financeiro no âmbito do Programa de Apoio à Economia Local – Reporte a 31/12/2014 – Após encerramento das contas municipais – Apreciação; =====*

===== *Para cumprimento do artigo 12º da Lei nº 43/2012 foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====*

===== *A Assembleia apreciou o referido documento. =====*

===== **Ponto nove:** **9.1.** *Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de competências – Contrato de Educação e Formação - Aprovação; =====*
9.2 *Alteração do mapa de pessoal de 2015 – Aprovação. =====*

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que o regime jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (e posteriores alterações), prevê a concretização da delegação de competências através da celebração de contratos interadministrativos a celebrar entre o Governo e Municípios (alínea c) do n.º1 do art.º 1º conjugado com o art.º 116 e seg. do Anexo I); - As vantagens da descentralização designadamente: a adequação das decisões e da atividade educativa às especificidades locais; a melhor articulação e ajustamento da oferta educativa ao mercado do trabalho; - O Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, estabelece o regime de delegação de competências do Estado nos Municípios nas áreas sociais, nomeadamente da Educação; - A descentralização em matéria de educação, dos serviços centrais do Estado para os municípios reconhece, respeita e procura aprofundar a autonomia e diversidade das unidades orgânicas, num quadro de articulação entre agentes e entidades locais; - Que se pretende constituir um modelo de gestão articulado e integrado na área da educação no território do Município, potenciando uma unidade na ação das diferentes dimensões da escola e apoiando a contextualização curricular de cursos, turmas e percursos educativos, adequando o ensino às características e motivações dos alunos, bem como harmonizando a atuação do pessoal docente e não docente, salvaguardando-se a autonomia dos Agrupamentos de Escolas e as competências próprias dos respetivos órgãos. - Que a assunção*

pelo município de pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de contratualização de competências da administração central para a administração local não relevam para efeitos de aumentos da despesa com pessoal nem para obrigação de redução de número de trabalhadores (alínea b) do n.º 5 do art.º 62º da LOE/2015); Propõe-se: 1) A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de competências – Contrato de Educação e Formação, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, a celebrar com o Ministério da Educação e Ciência e com a Presidência do Conselho de Ministros, que tem como objeto a delegação de competências do MEC no Município, naquelas áreas, relativamente aos AE constantes do Anexo I, que integram a rede escolar pública do MEC, nos termos e condições ali estabelecidas, transmitindo-se para o Município a titularidade das infraestruturas escolares constantes do Anexo III; 2) A aprovação da alteração do mapa de pessoal de 2015, passando o mesmo a contemplar o pessoal não docente, que transita em mobilidade para o Município documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas; 3) Que se remeta à Assembleia Municipal para efeitos de autorização nos termos da alínea k) e o) do n.º 1 do art.º 25º do Anexo I à lei n.º75/2013; 4) Que posteriormente, se torne público o mapa, por afixação no órgão/serviço e inserção na página eletrónica, assim devendo permanecer, em cumprimento do determinado no n.º4 do art.º 29 do Anexo I à Lei n.º35/2014, de 20.06 conjugado com o disposto no art.º 3º do Decreto-Lei n.º209/2009, de 03.09 (e posteriores alterações). =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Como é do conhecimento público: Este processo foi um processo muito participado, um processo que envolveu toda a comunidade escolar; Este Órgão Municipal (assembleia municipal) teve uma Assembleia Municipal sobre esse assunto, em S. Roque, que teve um convidado externo que foi o Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação (professor David Justino), teve também a presença de público interessado nesta matéria, muitos professores, muitos pais; Foi um processo que envolveu os Agrupamentos das Escolas, as Federações de Pais do Concelho de Oliveira de Azeméis. Procuramos naturalmente recolher o maior número de sugestões. Um processo negocial “duro” com o Governo. Acreditamos que é uma forma de melhorar as políticas de educação que temos no concelho. Vamos aproveitar uma oportunidade. O Senhor Presidente desse autorização uma vez que este processo foi totalmente conduzido pelo Senhor Vereador Isidro Figueiredo que é quem tem as responsabilidades, entre outras, na área da educação. Se o Senhor Presidente autorizasse eu dava-lhe a palavra para que ele pudesse, fazer a introdução do ponto, explicar em pormenor. E naturalmente que o Município e o Executivo estão à disposição para esclarecer qualquer dúvida que seja colocada relativamente a esta matéria. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Muito obrigado. Passaria a uma explicação deste ponto relatando também aquilo que foi o processo e o envolvimento, como aqui foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. Com a aprovação e posterior a assinatura do Contrato Interadministrativo de Delegação de competências, Contrato de Educação e Formação Municipal, conclui-se um longo processo negocial iniciado há um ano, e que envolveu o Município, o Governo, os Agrupamentos de Escolas e os parceiros institucionais que se relacionam de forma direta ou indireta com a área da educação. Foram realizadas muitas reuniões com outros Municípios e com a comunidade escolar, dentro e fora das escolas, participação em debates, sessões de esclarecimentos, reuniões extraordinárias e ordinárias de Conselhos Gerais, reuniões, inclusive com o movimento sindical, fóruns, sessão de assembleia municipal dedicada exclusivamente a este tema. Foram envolvidos os presidentes de junta de freguesia, pais e encarregados de educação, docentes, não docentes, munícipes. Enfim, foi um longo caminho, participativo, que muito contribuiu para a melhoria deste projeto. O documento que hoje temos para apreciação, é significativamente diferente daquele que tínhamos no início. E só foi possível cá chegar pelo extraordinário envolvimento de todas as escolas, de todos os diretores e presidentes dos Conselhos Gerais que muito contribuíram para que ele conferisse maiores atribuições e responsabilidades e maior autonomia às escolas e que nesse processo o Município esteja como parceiro com responsabilidades acrescidas. Concluiu-se um processo de construção de um projeto-piloto, em diálogo permanente, com a apresentação ao Governo de um conjunto de propostas da nossa parte amplamente aferidas nesta versão final e também com a intransigência no que diz respeito a um conjunto de premissas das quais não abdicamos e que o tempo nos veio dar razão. Concluiu-se um processo, que visa efetivar o princípio da descentralização de competências, neste caso na área da educação, há muito reivindicado pelos diferentes agentes educativos, mas não só: direção de escolas, autarcas, sindicatos, e diferentes políticos com intervenção cívica. Descentralização de competências, aliás, inscrita na Constituição da Republica Portuguesa, nomeadamente nos seus artigos 237º e 267º, inscrita também no Programa do Governo, que ganhou forma de Lei, nomeadamente através da resolução do Conselho de Ministros nº 15/2013 que criou o Programa Aproximar, e do Decreto-Lei 30/2015, de 12 de fevereiro, que estabelece o regime de delegação de competências nos Municípios em várias áreas uma das quais a educação. Um projeto-piloto com a duração de 4 anos, devidamente acompanhado e monitorizado, concretizado de forma gradual e que passa do Ministério da Educação para o Município muitas das suas atribuições e competências para o território educativo local seja do Município, seja dos Agrupamentos de Escolas. Cumprindo o compromisso assumido no início do processo, a comunidade educativa foi chamada a pronunciar-se e, de uma forma inequívoca, pronunciou-se favoravelmente. Conselho Municipal de Educação, onde a comunidade educativa está representada de uma forma mais alargada,*

decidiu, por unanimidade dar parecer favorável. Os Agrupamentos de Escolas foram chamados a pronunciarem-se tendo todos aprovado por unanimidade, à exceção do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro que aprovou por maioria absoluta de votos. Neste envolvimento, e neste conjunto de decisões, a quem realmente interessa esta conquista conseguida através da concretização da descentralização de competências conclui-se, sem equívocos, que este processo passou a ser apropriado pela comunidade e não mais entendido como uma mera vontade dos responsáveis autárquicos. Apesar de haver quem continue em desacordo, que respeitamos, o certo é que a comunidade educativa de Oliveira de Azeméis concorda e votou favoravelmente o Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, na forma que agora vem à Assembleia Municipal para ser aprovado. Este contrato de educação e formação municipal reforça-se o papel das escolas e dos seus órgãos próprios, no que diz respeito às áreas curriculares e pedagógicas e estimula assunção da sua autonomia visível através dos contratos de autonomia já existentes e abrindo caminho a que outros Agrupamentos celebrem os seus contratos de autonomia. Reforça-se o papel do Conselho Municipal de Educação, fortalecendo o seu poder sendo chamado a dar parecer, em alguns casos vinculativos sobre matérias fundamentais na área educação. É a partir dele que poderá ser criado um órgão permanente que assumirá a gestão e a rede das novas exigências deste contrato. Os professores manterão o seu vínculo ao Ministério da Educação e Ciência e por ele continuarão ser geridos. O pessoal não docente transita, em regime de mobilidade, para o quadro do Município sendo-lhe assegurado todas as garantias que detinham no momento da celebração deste contrato. Também as infraestruturas escolares passam para o Município, à exceção daquelas que são Parque Escolar e neste caso são: Escola Secundária Ferreira de Castro e a Soares de Basto; e as EBS de Fajões e Dr. Ferreira da Silva – Cucujães. Estas Escolas, ficou garantido neste contrato, só passarão para o Município depois de requalificadas. No primeiro ano de vigência do contrato será elaborado esse plano de intervenção. As AEC passam também a ser da responsabilidade do Município podendo, porém, este celebrar formas de delegação nos Agrupamentos de Escolas. Haverá verbas específicas para a manutenção das Escolas que até aqui era inexistente. Vinte mil euros por cada uma das escolas que passar para o Município, para além de uma verba que constituiu a média daquilo que foi aplicado nos últimos 4 anos e que, no caso de Oliveira de Azeméis, corresponde a uma soma na ordem dos 60 mil euros. As verbas necessárias para que se possa assumir as novas competências serão asseguradas pelo Ministério da Educação e Ciência. Porém, não se pense que este contrato pensa apenas na questão burocrática ou administrativa. Neste contrato são estabelecidas metas de melhoria contínua, de eficácia e de eficiência do serviço educativo no nosso Município. Aliás, já inscritas no nosso Projeto Educativo Municipal (PEM), que passarão a ser: percentagem de alunos em abandono ou risco de abandono escolar; classificações das provas finais e dos exames nacionais; variação anual das classificações das provas finais e exames nacionais; taxa de retenção. Um processo longo, iniciado há precisamente um ano, amplamente discutido e assumido já pela comunidade. Com a sua aprovação: um novo caminho se inicia em parceria e

em rede, Município e Escolas, na construção de um processo ousado que vai mais longe do que alguma vez se tinha ido nesta matéria em Portugal. Um caminho, não tenhamos dúvidas, que outros terão de percorrer. Porque o futuro será escrito com base naquilo que hoje ousamos construir com a colaboração de todos. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de, Amaro Simões – Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Manuel José e Bruno Aragão, do PS; Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Estou aqui para ser convencido, ainda, porque eu não queria votar contra mas tenho muitas dificuldades em votar a favor. E porquê? Porque a minha dúvida está mais a montante. Como é que eu consigo convencer a comunidade escolar de S. Roque, concretamente Bustelo, sabendo.... De outra maneira: Fazamos um exercício visual e ver onde estão as sede dos Agrupamentos e onde estão as pessoas. Sabemos onde está a sede de Agrupamento da Escola Ferreira de Castro, está 50% em território de S. Roque, Bustelo se quisermos; como é que eu convenço aquela gente, aquela comunidade escolar e dizer que a sede é o Agrupamento em Cucujães? Mas, falo de Bustelo e posso falar de S. Roque. Podem-me dizer assim: Não há problema nenhum porque Bustelo já está quase como adquirido que vai para a Ferreira de Castro. E Vila Chã, que esta ali à beirinha também? E Samil? A nossa freguesia está vocacionada para pertencer ao agrupamento de Ferreira de Castro. O resto é um exercício, é obrigar as pessoas a qualquer coisa que é contranatural. Eu não tenho autonomia para falar de outros territórios mas, por exemplo, falei com o professor Agostinho: Como é que é possível a União de freguesias Nogueira do Cravo e Pindelo uma parte do território pertence a Cucujães e Pindelo, ali á mão mesmo da Ferreira de Castro, vai para Fajões. Peço desculpa, não por questões de princípio. Eu por princípio já vos disse: - Eu gostava muito de votar a favor porque tudo que é aproximar, é aproximar, - E condiz comigo. Agora, isto não é aproximar. Isto é o contrário de aproximar. Porque pode acontecer que o Município tenha capacidade para poder alterar estes pressupostos. Mais, vão-me dizer assim: - Não está em cima da mesa agora falar sobre assunto porque os territórios estão definidos. Não está, mas está o seu contrário porque um dos argumentos, que foi dado, foi que isto consolida os Agrupamentos tal e qual estão. Mas é isso que nós em S. Roque não queremos. Não é consolidar os Agrupamentos tal e qual estão, não sei porque quantos anos, porque isto a nós prejudica-nos. E depois podem dizer assim: - Tu votaste em tempos este Agrupamento. Sim senhor. Nós, de boa-fé, aceitamos e acolhemos esta possibilidade com garantias que não foi possível dar, não foi possível cumprir. Verificamos que isto não resultou. E não resultou, temos de ter a humildade suficiente para ver que este Agrupamento, com todo o respeito porque não está em causa o exercício do Agrupamento,

funções do Agrupamento, a vontade do Agrupamento. Mas, para nós, não funciona. Peço desculpa por falado com este entusiasmo. De resto, com os pressupostos eu estou. Gostava de votar a favor, mas para memória futura ninguém me ia perdoar se eu continuasse com paninhos quentes. Acho que este Agrupamento não nos serve. Peço desculpa por ter sido um bocado contundente. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Manuel José, do PS. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia, Mesa, Senhor Presidente de Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas, público, comunicação social. Foi publicado no dia 12 de fevereiro, após promulgação do Presidente da República, o Decreto-Lei nº 30/2015 respeitante à transferência de competências do Estado para as Autarquias Locais e para as entidades Intermunicipais. De uma forma pouco sustentada aponta-se, nomeadamente para uma transferência de competências das escolas para as câmaras municipais e, não só, do Estado para as Autarquias. Legisla-se sobre questões estruturantes para a educação e para o país. E todos aqui somos cidadãos não só oliveirenses mas também portugueses e devemos ter a responsabilidade de ver mais além das fronteiras do município. Legisla-se sobre questões estruturantes seguindo-se uma cartilha (socorrendo-me do termo que o colega Carlos Costa Gomes introduziu no seu discurso da sua intervenção) e não respeitando as posições de toda a comunidade educativa e não só, a convém, nomeadamente a Associação Nacional de Municípios Portugueses que daqui a pouco vamos ouvir a opinião desta entidade, organizações de estudantes escolares, Conselhos de Escolas, organizações de professores e a Confederação Nacional Independente dos Pais e Encarregados de Educação. Medidas como a gestão de matrículas e colocação de alunos, orientação escolar, ação social escolar, a definição das ofertas educativas, formativas e de complementos curriculares locais, aquisição de equipamentos e materiais pedagógicos são alvos desta transferência de competências. Assistiu-se já á intromissão da gestão dos docentes através do recrutamento de docentes para as componentes curriculares locais e um incentivo financeiro para os municípios que operem cortes na educação. No fundo, pretende-se a desresponsabilização do estado pelo financiamento da educação pública, correndo-se o perigo da construção de assimetrias entre os municípios, assolando à superfície a lógica da privatização educativa tão cara à coligação que nos governa. Analisando o documento, várias questões surgem devido ao carater híbrido, intencional ou não, de muitas cláusulas. As possibilidades são muitas: transferência de docentes entre as escolas sem critérios objetivos, criando-se possíveis discrepâncias de tratamento entre diferentes docentes e municípios; possibilidade de recurso a empresas de colocação temporária de trabalhadores; desresponsabilização do Ministério no que diz respeito á transferência de recursos financeiros para o Município, não se prevendo objetivamente a possibilidade da necessidade de mais verbas para melhorar as ditas metas. Tendo em conta o desempenho os

Agrupamentos passem a pretender rejeitar os alunos com baixo aproveitamento escolar, de famílias socialmente desfavorecidas, para evitar que os resultados possam baixar. Quanto aos incentivos à eficiência: porque não aplicar os 100% das poupanças e não apenas os 50%? É uma questão que, enfim, pode ficar, também, aqui, de forma objetiva. Este processo apressado da integração do Programa, que se percebe em termos eleitorais e partidários, integra-se num contexto em que, por exemplo, não está resolvido de forma cabal o problema dos transportes escolares em Oliveira de Azeméis, no Município, prejudicando os alunos do norte e sul do concelho que poderiam frequentar as Escolas Secundárias do Município. Por outro lado, pergunta-se: se a Autarquia não possuiu técnicos qualificados e em número suficiente para o acompanhamento do processo, sendo necessário recorrer aos serviços pagos de uma Universidade? Também não se percebe essa questão. Este processo continua a suscitar reservas a especialistas da área da educação como Sampaio da Nóvoa e Santana Castilho e não consta que perfilhem a mesma ideologia política. Várias estruturas ligadas ao ensino que foram negligenciadas, intencionalmente, neste processo manifestam também as suas reservas desde organizações sindicais a associações de diretores de escolas que chegaram mesmo a referir que: “O Estado se prepara para retirar competências atribuídas às Escolas e Agrupamentos para as entregar às Autarquias” - fim de citação. Registe-se ainda a resolução do último Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a implementação do PAE (Programa Aproximar a Educação): “Uma verdadeira descentralização tem de abranger todo o território e as suas comunidades locais mas não pode, em qualquer circunstância, colocar em causa a prestação das funções sociais do Estado. Neste contexto, (e dizem os Municípios) e tendo em conta que qualquer transferência de competências deve ter um desígnio a melhoria de um serviço a prestar às populações, é essencial procurar uma matriz orientadora, enquadradora e suficientemente flexível, por forma a permitir um quadro claro e transparente que vá ao encontro das várias realidades do território. Não devemos, no entanto, confundir, como o Governo parece fazer, a descentralização administrativa com a contratualização ou delegação de competências. Esta é conjuntural, efémera, geradora de desigualdades, discrepâncias e divergências de atuação e não propicia uma verdadeira reforma do Estado e da Administração” - conclusão, enfim, do Congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses. Em conclusão: este processo surge eivado de retoques de experimentalismo apressado e seria curial, seria mais avisado num envolvimento mais aprofundado de outras entidades ligadas à educação. E, como o mundo não acaba em Oliveira de Azeméis, refira-se que este processo mereceu rejeição em Concelhos, vou dar alguns exemplos: Batalha; Matosinhos; neste Concelho (Oliveira de Azeméis) – dos conselhos gerais das escolas 5 votaram contra e 7 a favor, alguns presidentes dos Conselhos Gerais dirigiram-se ao Ministro e pediram uma audiência à Presidente da Assembleia Municipal; Castelo Branco – os 4 Conselhos Gerais assumiram posição contrária a este processo, ao contrário do que a Câmara pretendia. Para finalizar, a informação de que terão deixado de integrar este processo Municípios como: Boticas; Vale de Cambra – que á última hora tentou envolver-se também neste processo em nome da coligação;

Estarreja; Pampilhosa da Serra; Abrantes; Mação; Vila Franca de Xira. Comparando com o que antes se sabia pela lista divulgada, que eu consultei, pelo Governo em 26 de março. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor Presidente: Estamos novamente em narrativas diferentes. E, portanto, se eu me lembro bem, a intervenção do Senhor Presidente da Junta numa sessão de esclarecimento, onde esteve presente o Presidente do Conselho Educação Nacional, professor Justino: o Senhor Presidente apenas apontou um facto que o preocupava na questão de Aproximar a Educação, que era gestão do pessoal não docente e que havia 4 entidades numa escola a gerir o mesmo pessoal. Eu tenho isso escrito. Era uma das suas preocupações. Uma das suas preocupações. E portanto fico, hoje, de forma assim: um bocado, enfim, perplexo também. Mas, dá-me a impressão que depois da apresentação do Senhor Vereador da Educação – Isidro Figueiredo, em que faz aqui uma nomeação de encontros de trabalho durante um ano: e, se bem nos lembramos, também, há um ano atrás, o PS colocava quase como um trabalho conspiratório, ou um trabalho feito na surdina e, até, que a Câmara Municipal não disponibilizava documentos, que ainda eram confidenciais e portanto levantou esse problema. E a própria Assembleia disponibilizou-se, digamos: quando deixassem de ser confidenciais se pudesse fazer uma sessão de esclarecimento. E foi o que fez. No entanto, muita água correu e de acordo como falou o Senhor Vereador: juntou pais, juntou encarregados de educação, juntou, falou e dialogou com associação de pais, com a comunidade escolar, falou com os professores, falou com o pessoal não docente, falou com os diretores de agrupamento. Aliás, há um debate célebre na rádio, em que esteve presente o Senhor Vereador e os próprios Diretores, e os representantes dos Partidos, em que os próprios Diretores dos Agrupamentos acabaram por ser coerentes e até de uma forma unanime em aceitar este modelo e este Programa Aproximar a Educação. Mas, foi falado também no Conselho Municipal; houve sessões de esclarecimentos; em cinco Agrupamentos Escolares: quatro votaram por unanimidade este projeto, aliás, alguns senhores que estão aqui presentes votaram a favor do Aproximar a Educação. Votaram. (Como foi o caso do Senhor deputado: votou a favor.) E portanto, hoje, não se percebe a intervenção. Só a Escola Ferreira de Castro é votou por maioria este processo. E portanto não há aqui, do ponto de vista da clarividência e deste processo que já tem um ano, nenhum dado escondido que não seja relevante. E dá-me a impressão que nós temos medo de assumir competências. O PS é favorável á descentralização. O Senhor Presidente do Partido Socialista – dr. António Costa diz, que vai aprofundar esta questão, se vier a ser governo. Meus senhores, eu não sei onde é que estamos: se, por um lado, votamos a favor nos Conselhos e nos Agrupamentos, agora, temos outra postura? Não vá, como alguém quis dizer – que os professores votavam coagidos ou sobre pressão, nós, agora, aqui, nesta Assembleia, estarmos coagidos ou sobre pressão para votar

contra. E portanto acho que esta matéria é claramente evidente para que assumamos as nossas competências, a nossa descentralização. Senhor Vereador, Senhor Presidente - nós, o PSD congratula-se pelo trabalho que foi desenvolvido, pelo diálogo que teve com todos os parceiros nesta matéria. Um diálogo que gerou consenso alargado. E é pena que o PS esteja isolado nesta matéria. É pena que o PS esteja completamente isolado do resto da comunidade educativa, de todos os parceiros que trabalharam aqui. E, só lamentamos isso, porque, mais uma vez, desculpem que vos tenha que dizer: parece que, mais uma vez estão do contra; mais uma vez estão do contra.=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Manuel José, do PS.* =====

===== *Respondendo, enfim, á tentativa do deputado Carlos Costa Gomes de achincalhamento da minha posição no Conselho Geral onde estive. No conselho Geral onde estive e para que isto fique claro, transparente e nítido, e prova da minha imparcialidade: Eu estava a representar os pais; E os pais decidiram a favor e eu votei a favor. Percebido.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS.* =====

===== *Esta é de facto uma matéria, enfim, central pelas consequências geracionais que tem – como dissemos, aliás, na Assembleia temática que realizamos sobre este assunto. E, mais uma vez, à semelhança do que aconteceu com as contas sobre a reforma propriamente dita, zero. Sobre o PS, sobre o PS, sobre o PS; Sobre isto, em si, nada. Desde o início contestamos a confidencialidade sobre uma reforma que não tinha necessidade nenhuma de ter confidencialidade. Esse foi um facto que, evidenciamos, sobre o qual criamos “ruído”, se assim quiserem. É verdade. Nunca percebemos. Ainda hoje não percebemos a necessidade de ter criado confidencialidade sobre um processo que deve ser amplamente discutido pela comunidade educativa, pelos professores, pelos pais, pela sociedade civil e geral, pelas autarquias. E quanto a isso, não há nada a fazer. Obviamente aquilo que temos a lamentar é as pessoas que ainda hoje entendem essa confidencialidade em algum momento fez algum sentido, ainda hoje ninguém a compreendeu. Uma coisa diferente e aí há alguma confusão, é: Uma coisa é a Reforma em si que é proposta pelo Estado e outra coisa muito diferente é o momento, é o lugar ou o espaço que cada um de nós tem que intervir e pensar sobre ela. A partir do momento em que ela chega a uma Assembleia Municipal aquilo que nos é pedido é se, com as condições que temos, com a forma de funcionamento que temos, entendemos que esta pode ser uma boa solução para Oliveira de Azeméis. É uma perspetiva e é um espaço diferente daquela que os Conselhos Gerais têm para olhar para a Reforma, porque não têm naturalmente que pensar nas condições que até podem não saber, desconhecer, do Município, e é diferente também das*

Associações de Pais de olhar para isto. Agora, uma Reforma que todos conhecemos tem um impacto geracional muito grande que levantou tantas dúvidas, tantas reservas, no mínimo devíamos acautelar e, das duas uma: não querendo desistir do processo admitindo que ele tem virtualidades; deveríamos aprofundar a questão. Não há outra forma numa matéria destas. Aqui não se podem cometer erros. Todos os erros pesam e pesam muito. E, não querendo ir ao detalhe que discutimos naquela Assembleia temática, podemos ir a casos concretos em Oliveira de Azeméis. Porque é nessa perspetiva que somos chamados a votar. Reparem: nós durante anos estivemos de facto nas escolas a apoiar funcionários suportados pelo Ministério da Educação, funcionários suportados pela Autarquia, funcionários suportados pela Juntas de Freguesia, e, pasme-se, os próprios pais tiveram que suportar em alguns momentos esses funcionários. Porque a Autarquia, ou o Ministério, ou que de responsabilidade não foi capaz de o assegurar. Mais, nesta Assembleia, vimos várias vezes pais no período destinado ao público a queixarem-se das condições. E, mais, uma coisa que eu nunca vou compreender, - os senhores desculpem-me -, pais terem que andar a vender fatias de bolo para poderem compor um telheiro de uma escola ou uma caixilharia; para além da boa vontade que as pessoas possam ter, isso são questões centrais, são questões centrais que a Autarquia, ou Ministério, ou quem de responsabilidade tem que resolver. E quanto a isso: Os senhores acham isso natural; Eu, nunca vou achar natural, isso, que condições mínimas não sejam asseguradas. E é nessa perspetiva, é com estes exemplos, é com o exemplo da carta educativa, que nós nunca cumprimos, que naturalmente nós temos que ser chamados a intervir e a pensar sobre esta proposta. É sempre nesse prisma. E mais uma vez digo: Não é a questão do que pensa o PSD ou do que pensa o PS, o que temos que discutir é esta proposta. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Amaro Simões - Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== Senhor Presidente, só uma precisão: O Dr. Costa Gomes, com o seu fervor partidário, está a empurrar-me para outro lado. Eu digo-lhe, que isto para mim não é uma questão partidária. Desculpe. E não tem o direito; Tenho muita consideração por si; E acho que esse fervor partidário está...; Porque manipulou as minhas.... Eu não disse. Eu, em S. Roque, falei de outras coisas que aqui não falei. Então, agora vou repetir: “Que não compreendo que num Agrupamento haja, pessoal do Ministério, pessoal da Câmara, pessoal da Junta, pessoal da Associação de Pais, pessoal do Ministério do Trabalho.” – Essa foi uma questão que eu penso que isto pode dar uma oportunidade para resolver. E também disse: “Que não compreendia como é que Bustelo pode ser “encaixado”.” - Isso está gravado, eu posso-lhe mandar isso. Já agora, o Senhor Presidente faz o favor de testemunhar e o Dr. Isidro também, nos fóruns onde participei já pus esta questão. Eu estive no fórum com Secretário de Estado da Educação, António Leitão Amaro, e até “brincamos” com a situação, eu já na altura disse que não estava de acordo. Disse ou não disse? São testemunhas. Este é um assunto que me preocupa (ponto). O

resto, eu quero estar de acordo. Agora, posições dessas: encosta-me ao outro lado. E eu não quero. Eu sou livre. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Carlos Costa Gomes, do PSD. =====

===== Senhor Presidente (Amaro Simões), longe de mim dizer que o senhor não é livre. Atenção: Eu apenas usei um termo que o senhor tinha falado nesta questão da gestão dos recursos humanos nas escolas e este processo ajuda nessa questão. O senhor não vai discordar sobre esta matéria, vai? Já agora, senhor deputado, os pais quando participam na ajuda das escolas fazem-no com convicção, fazem-no com seriedade. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia interrompeu o deputado Carlos Costa Gomes para dizer: =====

===== Tanto uma bancada como a outra, do PS e do PSD, eu peço um bocado de respeito e deixem-se de diálogos cruzados, respeitem as opiniões de cada um. Isto não pode ser só efeitos da hipoglicémia. Mas, Carlos Costa Gomes, vamos concretizar. =====

===== O deputado Carlos Costa Gomes continuou a sua intervenção =====

===== Apenas aquilo que eu queria demonstrar é que este documento, e esta oportunidade para o concelho, e não estive aqui a puxar para o partido a ou partido b, é uma oportunidade para o concelho aproximar a educação e é para mostrar a competência que o concelho tem nesta matéria. E portanto só disse que ao nível dos Agrupamentos e ao nível dos Conselhos Gerais, das várias escolas, todos estão de acordo na sua maioria, como aqui foi dito. E, apenas, aqui, muito legitimamente digo: o PS está isolado e continua isolado nesta matéria. =

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====

===== Gostava de dar aqui também para as questões mais técnicas a palavra ao professor Isidro Figueiredo. Dar só aqui só duas ou três notas que julgo que são importantes, até na sequência da intervenção do Presidente de Junta - Amaro Simões, que tem a ver o seguinte: Este processo tem uma Comissão de Acompanhamento do processo de descentralização que vai ser criada em cada um dos Municípios. Comissão de Acompanhamento que terá que fazer, sempre que se justifique, e anualmente, um balanço do trabalho que está a ser feito: Se está a ser positivo, se está a correr bem, se está a correr muito bem; E naturalmente para fazer correções nas diversas vertentes de tudo o que diz respeito ao processo de educação.

Por isso, é que se, alteraram, se repararam, alteram-se as competências do Conselho Municipal de Educação, passa a ter mais competências, passa a ter uma maior capacidade interventiva em cada um dos seus municípios para tratar estas matérias da educação. E para dizer ao Senhor Amaro que isto não pode ser colocado numa lógica (e ele percebe o que vou responder) de preto ou branco. Não é? E dizer assim: Então, isto vai mudar ou não vai mudar? O que eu lhe posso dizer, e o senhor sabe que é verdade, é que em matéria de educação nós temos vindo, ao longo dos últimos anos, a fazer um conjunto de aperfeiçoamentos a pensar, - em quem? - Na qualidade do ensino; Em melhorar e contrariar com abandono escolar; Em termos melhores taxas de sucesso escolar em todas as escolas. E isso é melhorar a qualidade de ensino que é ministrado. Esse tem sido o nosso trabalho. Tem contado convosco, presidentes de Junta, todos colaboram, sem exceção, ativamente. Tem contado com as Associações de Pais. E senhor deputado Bruno Aragão, eu espero não o ter entendido mal; Espero não o ter entendido mal, a sério; Mas, - deixe-me dizer-lhe que, - há aqui coisas que só depois de passarmos por eles é que as conseguimos sentir. E, repare: O senhor deputado Manuel José acabou por falar e dizer que no Agrupamento de Escolas de Cucujães estava a representar os pais e que os pais lhe tinham dito, ou lhe tinham sugerido a indicação de voto, - que votasse a favor. E o senhor deputado Manuel José, como cumpridor, representando os pais, votou a favor. Deixem-me dizer que, isto dá-me alguma tranquilidade sentir que os pais, partes ativas envolvidas no projeto, querem que haja este processo de descentralização. Não é a questão do voto do professor Manuel José. O professor Manuel José estava ali a representar uma instituição. E essa instituição que é a FAPCOA, que são os Pais, concorda com o processo. E eu fico satisfeito. Quem é que mais quer o sucesso dos seus filhos na escola? São os pais ou não são os pais? São os pais. E se os pais acham que o processo é bom para a educação, é uma posição a ter em conta e a levar em linha de conta. Senhor deputado Bruno Aragão, eu estou tentado a interpretar aquilo que disse numa lógica, e, se eu estiver a fazer uma interpretação abusiva, corrige-me, que é: O senhor deputado tentou dizer que não gosta de ver as associações de pais a vender fatias de bolos para depois compor a escola. Mas, gosta de ver, seguramente, as associações de pais a vender fatias de bolo. Porque, deixe-me dizer-lhe uma coisa, são experiências únicas. Vou-lhe fazer um convite: O senhor no dia 16 de maio vem ao mercado há Moda Antiga e veja as Associações de Pais - que não estão ali obrigadas, estão com prazer e com gosto - a vender as fatias de bolo, os rissóis, os bolinhos de bacalhau. Sabem de quem? De todos os outros pais que, às 8 da manhã, vão entregar à direção da associação de pais para vender. Uma animação brutal. É uma festa. Até há gente a mais para fazer estas coisas. Isto é positivo. Isto é o espírito associativo. Isto é bom. Eu não estou a dizer que o senhor tenha criticado as associações de pais. As associações de pais fazem um trabalho insubstituível e imprescindível na nossa comunidade escolar. Mas fazem mesmo. E são parceiros, para o bem e para o mal. São parceiros quando assumem que querem requalificar a escola. Querem fazer obras: vêm ter com a Câmara e pedem ajuda. Nós ajudamos; Nós cooperamos; Temos excelentes exemplos de cooperação. E hoje o nosso parque escolar está muito melhor fruto desta parceria e desta cooperação com as associações de pais.

Porque eu digo-lhe: Fazem um trabalho extraordinário. Focando na questão do processo. Reparem numa coisa: O deputado Nuno de Jesus fez aqui uma intervenção focando questões de segurança: falou na GNR - segurança. Falou-se na saúde, falou-se no ACES, no Hospital – são as pessoas que percebem de saúde. Estamos a falar na educação. Quem é que nós temos que ouvir? Conselho Municipal de Educação, Agrupamentos de Escolas, Diretores de Escolas, Conselhos Gerais das Escolas, Pais, Associações de Pais. O que é que aconteceu? Os Conselhos Gerais das Escolas, partes integrantes neste processo e mais envolvidas, votaram: por unanimidade em quatro, por maioria em uma. Este é o resultado do trabalho da discussão que foi feito com toda a comunidade escolar. Porque é assim: Este é resultado do Agrupamento de Escolas a, b, c, e d. E na Ferreira de Castro não foi por unanimidade foi por 11 a 7 - julgo eu. E, portanto, o Conselho Municipal de Educação chamado a pronunciar-se sobre esta matéria, também votou favoravelmente por unanimidade. Os pais deram indicação, como o Dr. Manuel José acabou de testemunhar, para nos Conselhos Gerais votarem a favor. Eu nem estou aqui a saber se as Juntas de Freguesia votaram ou não votaram. Nos termos que perceber que o que está aqui em causa, como disse o senhor deputado Bruno Aragão, no processo de educação, é uma matéria que nós não devemos ser ligeiros na análise. Porque efetivamente isto tem a ver com o futuro do nosso concelho. Agora, oh senhor deputado Bruno Aragão compreenda. Repare numa coisa: eu respeito quem tem uma opinião diferente. Era o que mais faltava. Ouça, tem uma posição diferente. Agora, também não criem um demónio a quem tem uma posição favorável. Há bocado estava ali o município a, o município b. Se entrarmos aqui na guerra dos municípios: - Águeda: o Dr. Gil Nadais é um fervoroso adepto deste processo; - Amadora: fervorosa adepta a dizer: - é uma oportunidade que o Município da Amadora não pode perder. Não vamos entrar na guerra de que o município a saiu, que entrou. Amadora chegou à última da hora. A Presidente de Câmara, na intervenção que fez em Aveiro, na Universidade, e depois com o senhor Ministro da Educação e com o Senhor Ministro Poiares Maduro e com os Senhores secretários de Estado, ela disse: “Eu cheguei à última da hora mas eu não quero sair disto, eu quero estar.” E ela depois até fez uma coisa, que, como eu digo, não é segredo; ela disse assim: “Nem que o meu partido me ponha as malas à porta. Porque eu acredito convictamente nisto.” O Presidente da Câmara Gil Nadais, - disse precisamente a mesma coisa - disse: “O meu partido pode-me expulsar. Pode-me por as malas á porta, mas, eu convictamente acredito que isto é o melhor para o meu concelho.” Está a ver? Não é uma questão partidária, não é uma questão ideológica. Não há aqui nenhum Presidente de Junta, seja de um partido ou de outro, que não seja favorável ao processo de descentralização. Eu não acredito. Eles são todos favoráveis ao processo de descentralização. Não pode ser de outra maneira. Quando um presidente de junta é contra um processo de descentralização a pirâmide está toda ao contrário, está toda invertida. Nós achamos que esta é uma boa solução, respeitando naturalmente que tem uma opinião contrária. É legítimo, poder ter uma opinião diferente, não vem mal nenhum ao mundo. Há uma coisa que tenho a certeza: Todos queremos o melhor para a educação do concelho; Isso, eu não tenho dúvida nenhuma. Todos queremos o melhor. Os caminhos podem

ser diferentes. Não vem mal nenhum ao mundo, ninguém se zanga. Sabem uma coisa: Nós, todos os que aqui estão, daqui a um ano vamos ser chamados a pronunciarmo-nos para avaliar o que correu bem. E eu espero, sinceramente, independentemente daquela que for a votação final, que daqui a um ano possamos ter a capacidade e a coragem de, se correr bem, toda a gente dizer: – correu bem; - parabéns; - parabéns às escolas; - parabéns aos miúdos; - parabéns aos funcionários, correu tudo bem. Porque, se também não estiver a correr bem, também há mecanismos para fazer essa correção nas tais avaliações periódicas que estão escritas no contrato. É verdade que, é uma experiencia, é experiencia piloto com 13 municípios que vão avançar com isto? É verdade. Às vezes, ir à frente é bom? Às vezes é, outras vezes trás problemas. Eu não posso nem o Vereador Isidro Figueiredo vai aqui garantir, reparem numa coisa: O senhor Amaro fez aqui uma pergunta concreta. Concreta e objetiva. É verdade. E nós se fossemos demagogos ou se estivéssemos aqui sem qualquer responsabilidade, dizíamos: - Senhor Amaro o seu problema é o agrupamento, é a sede do agrupamento, é ser em Cucujães, é ser isto, ou ser aquilo? - Pronto, a gente vai resolver isso, não se preocupe, esteja descansado, que a gente até ao final do ano. Não podemos dizer isto. O que podemos dizer, é que vamos trabalhar, todos em conjunto, a Junta de S. Roque, a Junta de Cucujães, as outras Juntas, trabalhar em conjunto para melhorar as situações. Se passar por mexer nisso, logicamente que nós não somos dogmáticos nem somos quadrados para dizer: não se mexe. Agora, também não podemos, em nome da verdade, não podemos hoje dizer o contrário. Dizer: Não, vamos mexer nisso. Não podemos. Não é certo. Não temos essa capacidade. O que garantimos, e, isso garantimos, os senhores sabem: é que nós não vamos fechar a porta a rigorosamente nada. E vamos continuar a trabalhar para encontrar as melhores soluções. Se as melhores soluções passarem por ajustamentos? Pois, com certeza. Far-se-ão os ajustamentos. A pensar em quem? Nas crianças, na educação, esse é que é o nosso foco principal. Eu não tenho dúvida nenhuma que o Dr. Manuel José, (não tem dupla personalidade), também quer o melhor para as crianças. Não tenho dúvidas nenhuma. E portanto, ele se tem dúvidas: Temos que aceitar que tenha dúvidas; Não temos que nos zangar com ele. Eu sei que ele quer o melhor para os filhos, para a comunidade escolar e ainda por cima é professor. Todos nós queremos aqui o melhor. Uns vão por um caminho, uns defendem uma coisa outros defendem outra. Agora, não nos vamos atacar uns aos outros por estarmos uns seguir um caminho e outros a seguir outro. Isto é o funcionamento da democracia. Vamos acreditar, que isto é bom, que isto é uma oportunidade para a educação do município de Oliveira de Azeméis. Também saberemos ter a humildade, se isto não correr bem, de reconhecer que isto não correu bem. Esta coisa é validade é valida para as duas situações, ou seja: Daqui a um ano também podemos estar aqui a dizer: Olhe, correu mal; Ou, não correu muito bem, falhou aqui, ali ou acolá. E vice-versa. Senhor Presidente, se o Senhor autorizasse, passava agora ao professor Isidro para que ele pudesse esclarecer algumas questões mais técnicas que foram colocadas. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Vereador Dr. Isidro Figueiredo, para prestar mais esclarecimentos.* =====

===== *Eu começava precisamente pela intervenção do senhor Presidente da Junta de S. Roque – Amaro Simões, para lhe dizer o seguinte: Eu penso que já o tinha esclarecido, sobre esta matéria e relativamente às dúvidas que havia, mas parece que subsiste. Referir o seguinte: Nós estamos a falar de 5 Agrupamentos de Escolas. Aquilo que está a referir prende-se com a, eventual, divisão de maneira diferente daquilo que foi a divisão que constituiu os 5 Agrupamentos. Não esqueço, também, que esse foi um processo em que nós assumimos parceria com a Direção Regional da Educação, na altura, com todos os intervenientes e esta foi e é, ainda hoje, considerada a melhor solução que foi encontrada para as unidades administrativas na área da educação, para Oliveira de Azeméis. Aliás, relativamente a esta matéria, quase que somos vistos de alguma forma com alguma - eu ia dizer uma palavra – ciúmeira. Porque, se olhar à volta, há Municípios que têm um Agrupamento e nós temos cinco. Quando se falava na altura de Mega-agrupamento, mega, mega, - nós conseguimos constituir agrupamentos equilibrados. Agora, eu percebo que provavelmente esteja preocupado pelo facto de, antes ter um agrupamento cuja sede era em S. Roque e hoje não é. Mas também nada impede, que mais tarde, numa discussão e se for essa a prioridade que eu sinta por parte das comunidades educativas, que isso possa vir a ser equacionado. De resto, falou na questão de Pindelo. O agrupamento das Freguesias, também, não foi propriamente do agrado de todos. E, se calhar, hoje, se fosse possível discutir essa matéria, provavelmente, teríamos outros desenhos, outras formas de agrupar, se calhar com uma constituição diferente. Não foi assim. São doze as freguesias que temos, algumas em união de freguesias. E temos cinco Agrupamentos na área da educação. Não são coincidentes em alguns casos. É verdade. No caso de Nogueira do Cravo/ Pindelo não é coincidente, essa união de freguesias está dividida em dois Agrupamentos. Mas, os Agrupamentos foram constituídos antes. É verdade. E também não por isso, que, felizmente, ou infelizmente, pela grande capacidade de acolhimento que as escolas têm, um aluno que seja de Pindelo, Carregosa ou de qualquer outra freguesia e que queira vir para Ferreira de Castro ou para Soares de Basto – como sabe, depois destas obras que lá foram realizadas, tem capacidade de acolhimento para esses alunos e para outros mais. Portanto, não é uma questão que neste momento esteja em cima da mesa mas poderá ser. Porquê? Porque aqui é que reside verdadeiramente a essência daquilo que nós estamos aqui a discutir e a aprovar, que é: Nós termos localmente a palavra e a responsabilidade de tomar as decisões que vierem ao encontro daquilo que são os problemas locais. Foi isto que sempre reivindicamos. E é isto que nós queremos executar. Calma, não é o caos. Não é caos que aqui foi pintado. O Caos no sentido, e eu até me abstenho de algumas frases que aqui foram proferidas. Porquê? Porque dizer que os funcionários da Câmara Municipal não têm competência para: é de facto entrar num grau que eu acho que é um pouco.... Não. A expressão foi dita; Posso não dizer por exatas palavras, mas digo que referiu aqui a questão da necessidade de se ir buscar uma Universidade para*

assessoria nesta área porque não temos competência instalada. De qualquer maneira, eu gostava de esclarecer o seguinte: Em primeiro lugar, nós temos gente muito competente na Câmara Municipal e vamos continuar a ter. Mas, então, se disse? Eu reforço. Porque fez alusão á contratação de serviços a uma Universidade, eu devo referir o seguinte: essa Universidade já colaborava com o Município de Oliveira de Azeméis, como com os 16 municípios da Área Metropolitana do Porto, no âmbito daquilo que hoje é um dos programas inovadores, que nós fomos dos primeiros a fazê-lo, que é o Projeto Educativo Municipal. E esse Projeto Educativo Municipal foi aprovado, também aqui, em 2013 e vigora durante quatro anos. Essa assessoria foi constituída para acompanhar a execução e a evolução do Projeto Educativo Municipal. E naturalmente porque podemos vir a ter esta valência foi alargado o seu âmbito para nos prestar esse trabalho, essa assessoria. Eu pergunto: - Isto é bom ou é mau? – Vale a mais pena ter mais competência no sentido do trabalho que é desenvolvido por uma Universidade credível, por gente que trabalha estas matérias há muitos anos, que colabora na execução destes projetos há muitos anos e que podem, de alguma forma, também, dar essa achega aquilo que nós aqui queremos executar. Não vou falar na questão da ação social escolar. Como sabe, não é novidade para nós. Em 1984, nós, Câmara Municipal, tivemos a assunção das responsabilidades na área do Primeiro Ciclo e Pré-escolar e tivemos em todas as áreas. E fomos muito para além das dadas ao Município e com responsabilidades de facto e com investimento de facto naquilo que é a área da educação, é na ação social escolar, é nos transportes, é nas refeições, é em outras áreas que são fundamentais para que nós tenhamos de facto alunos que não se sentem de forma nenhuma desacompanhados. Porque qualquer sinal que seja sinalizado, numa escola e o professor Manuel José sabe isso, nós somos os primeiros a intervir. Na dúvida, em primeiro lugar a favor do aluno. E só depois é que o processo burocrático administrativo deverá ser desenvolvido. Mas, na dúvida, nós nunca deixamos o aluno desacompanhado, seja na área social ou seja noutra área. E isto é feito, de uma forma concertada, em rede com os Agrupamentos. Não é nenhuma novidade. Mas, agora reforça-se, e agora alarga-se. É este o âmbito que nós estamos a discutir. É esta a nossa função e é por aí que nós queremos ir. E, repare: Eu não vi nenhum argumento que permita, daquilo que eu ouvi, dizer que são frontalmente contra, a não ser a grande questão do momento. O momento é este. Mas é o momento que se iniciou, e faça-se justiça, há um ano. Poderia esperar mais meio ano? Podia. Mas porque é que não pode ser executado agora? Não temos órgão executivo aqui na assembleia municipal que funcione com pleno direito? Não temos um Governo a funcionar em pleno direito? Não está inscrito, desde há muitos anos, estes princípios, quer na Legislação, quer na Constituição, quer até no último Decreto que citou, de 12 de fevereiro, o 30/2015? Com certeza. O Município de Oliveira de Azeméis orgulha-se do trabalho que fez e que faz, não é perfeito. Há ainda escolas que precisam de ser e continuar a ser intervencionadas? Com certeza, estamos a fazê-lo em várias frentes, nomeadamente em Cucujães na escola do Picoto. E ainda não chega, é precisa mais. Estamos a construir um Centro Escolar, em Ul. Queremos construir mais, queremos ir mais além daquilo que são os desafios? Com certeza. Mas não é só

com excelentes Centros Escolares e edifícios requalificados, nós precisamos - e disso podemos nos orgulhar - de gente que está nas escolas, que são profissionais competentes, gestores de topo e que conseguem dar as melhores respostas a aquilo que são as necessidades da educação em Oliveira de Azeméis. E, nisso, nós temos, acima de tudo, estudos e trabalhos que nos colocam nesses lugares cimeiros. Relembro o Atlas da Educação, onde Oliveira de Azeméis aparece em destaque na área da educação. Relembro os sucessivos relatórios da Inspeção Geral da Educação e Ciência que são feitos nos nossos Agrupamentos e que relevam exatamente isso: médias acima da média nacional; a gestão seja ele de nível intermédio ou de topo, excepcionalmente bem classificada a cima daquilo que se verifica em muitos outros municípios. E portanto, eu não tenho nenhuma razão para não acreditar que este processo, sobretudo este processo, devolve: ao contrário do que disse – que diz que retira das escolas para dar ao município poderes. Não é verdade. E, tanto não verdade - aliás o Presidente, já o citou aqui uma vez, que também assistiu à mesma reunião do que eu – em que neste processo de construção de uma matriz de responsabilidades do Anexo II os nossos diretores e os nossos presidentes dos Conselhos Gerais, em algumas circunstâncias, nós queríamos eles ficassem com algumas dessas responsabilidades e eles entendiam e entenderam, por unanimidade, que essas responsabilidades deviam ficar no Município. E aquelas que ficaram nos Agrupamentos são verdadeiramente aquelas que têm que ficar nos Agrupamentos. Porque são aquelas que são específicas e são aquelas as escolas fazem e fazem bem. E são aquelas que são assumidas numa perspetiva de desenvolvimento local. Eu podia acrescentar mais coisas. Eu acho que a discussão deste ponto não é pelos argumentos que eu possa trazer, que eu sei que o vou convencer e de uma forma geral a bancada do Partido Socialista. Mas, meus caros amigos: Nós estamos neste processo, eu participei nele; Sei aquilo que nós conseguimos construir; Sei aquilo que foi as negociações difíceis de levar a cabo. Evidentemente que a parte que negoceia do outro lado quererá, seguramente, poupar dinheiro. E do lado de quem cá está aquilo que presidiu à nossa postura foi sempre de defesa intransigente daquilo que são os interesses de Oliveira de Azeméis e muito particularmente daqueles que são os nossos alunos. É esse o nosso ponto fulcral. E por isso mesmo, é que temos inscrito todas aquelas metas de eficiência e eficácia, relativamente ao desempenho da qualidade da educação no município de Oliveira de Azeméis. E, portanto, sobre esta matéria, eu ia perguntar ao deputado Bruno Aragão, se ele por ventura conhece a Carta Educativa para saber que ela não está a ser cumprida? Porque de certeza absoluta que não sabe o que é Carta Educativa, nem a conhece em profundidade. Porque perceberia, desde logo, que uma Carta Educativa é elaborada para um período de tempo e que nesse período de tempo pode haver, de facto, variações que implicam que determinadas perspetivas estão previstas em termos daquilo que é a atuação no território possam vir a ser alteradas de acordo com as próprias realidades locais de cada uma das freguesias e que determinam que assim seja. Mas lembro também que o Município de Oliveira de Azeméis, sempre investiu na educação, quer continuar a investir na educação e potenciar aquilo que é o seu investimento juntamente com aquilo que vai ser transferido pelo Governo. E por esta via concretiza uma das metas que nos

tínhamos, que era a de ter uma palavra em muitas matérias que nos dizem respeito e, desde logo, aquelas que são do interesse da comunidade local. E sempre trabalhado não por quem julga saber tudo sobre esta matéria, mas sobretudo aqueles que estão no terreno e sabem lidar com as dificuldades. E as dificuldades aparecerão. Cá estaremos para as vencer.=====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Manuel José, do PS. =====

===== Só para clarificar as minhas palavras que o Senhor Vereador, - penso que não intencionalmente, tentou deturpar. A citação que eu disse foi a seguinte: “ ... por outro lado pergunta-se: se, a Autarquia não possuiu técnicos qualificados e em número suficiente para o acompanhamento do processo sendo necessário recorrer aos serviços pagos de uma Universidade?” Portanto, o que eu estou a dizer é: que devia competir à Câmara fazer esse trabalho em vez de ser a Universidade. Eu tenho o máximo respeito pelos funcionários da Câmara Municipal – Divisão da Educação, como sabe. Aliás, noutras funções trabalhei com eles de uma maneira profícua. E portanto considero que eles fariam muito bem este trabalho sem ser necessário, enfim, recorrer a serviços da Universidade. Foi isso, Senhor Vereador, que eu quis dizer. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====

===== Obrigado, Senhor Presidente. Eu sei que a noite vai longa, mas a matéria é de facto importante. Senhor Vereador, se, de facto, está tudo bem, se estamos no Atlas disto e daquilo, então a pergunta, que eu faria, obvia: Então, para quê mexer ou para quê mudar? Mas a questão nem é essa. Ninguém colocou aqui a questão partidária. É natural que cada pessoa tenha a sua posição sobre isto. Também ninguém criticou isso. O que eu disse foi: Há um conjunto de reservas profundas sobre esta reforma. E o PS não está sozinho. A Associação Nacional de Municípios também discorda; O Conselho Geral de Escolas também tem amplas reservas sobre isso. Foi nesse sentido que se disse. Isto é: Se uns são favoráveis a esta proposta, se outros são contra, mas, se o nível de ruído, se as dúvidas são de tal forma sobre uma matéria que é muito importante: Então, naturalmente, faria sentido repensa-la, estuda-la melhor e prepara-la. Foi sempre nesse sentido. Porque é óbvio que há coisas que nós referimos, - ao contrário do que disse -, há coisas que nós temos muitas dúvidas, dúvidas sérias e não ficou no ar, ai e tal. Não. Nós dissemos na Assembleia Municipal que dedicamos a este tema que havia um assunto que não está claro e que hoje continua a não estar, que é: A questão da Municipalização ou da Descentralização para as Escolas. Há diferentes opções sobre isso? Naturalmente. A questão é, nós entendemos que há uma Municipalização do processo e, sendo uma Municipalização do processo, ela tem que ser assumida e tratada como tal. Essa é a

questão central que nós sempre nos opusemos. Mas, poderíamos, depois, entrar em questões mais profundas que também nos preocupam no concelho de Oliveira de Azeméis. Senhor Vereador: - O Senhor tem uma estimativa, avaliou com detalhe o equipamento que vai herdar? - Como é que está? - Qual é o custo? - Quando é que vão precisar de obras? - Que tipo de obras? - Tem esses dados? No fim desse processo todo, como sabe, o Senhor pode ter intervenções profundas num conjunto de equipamentos para o qual a dotação que o Estado transferirá não permitirá intervir. Todo esse tipo de processos tem que ser (se o têm?) disponibilizado a quem tem que se pronunciar sobre isto. Isso é uma questão central. Porque, se não, então, as pessoas não sabem o que vão votar. Votam, enfim, em abstrato, num conjunto de princípios. Quando o que nós estamos a votar, não são só princípios, é a aplicação concreta de uma proposta. Que tem consequências naturalmente na vida do Município e das pessoas que aqui habitam. Obrigado. =====

===== Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao Senhor Vereador da Câmara Municipal - Dr. Isidro Figueiredo. =====

===== Porque fui interpelado e a resposta é muito simples. Em 2012 e 2013, os serviços da Câmara Municipal, a meu pedido, fizeram um levantamento exaustivo de todos os edifícios que agora passarão para o Município, a exceção daqueles dois que foram identificados com a absoluta necessidade de serem requalificados antes de passarem. Respondi? Em 2012 e 2013, o Município, os serviços técnicos da Câmara Municipal fizeram uma avaliação exaustiva, consta de um dossier completo, fazendo a análise exaustiva de todos os edifícios que agora passarão para o Município identificando como absolutamente necessária a intervenção para requalificação dos edifícios da Escola EBS Dr. Ferreira da Silva – Cucujães e a EBS de Fajões. As outras secundárias Ferreira de Castro e Soares Basto, foram entretanto requalificadas pela Parque Escolar. Tenho o dossier comigo, está á disposição para ver. Venha ao meu gabinete, tenho todo o gosto em recebe-lo e consulta o dossier. Esteja perfeitamente á vontade. E se quiser vir na segunda-feira de manhã, esteja á vontade. Terminando esta matéria, apenas acrescentar mais um ponto que tem a ver com seguinte: Dá a ideia que por este processo as coisas vão modificar completamente. Não. Há responsabilidades que são assumidas, passam a ser assumidas em parceria e, a legislação que se aplica no funcionamento de escolas continuará a aplicar-se, ou seja, os Conselhos Gerais terão as suas competências, os Diretores terão as suas competências e todos os órgãos terão competências, reforçadas em muitas circunstâncias. E, chamo particular atenção, leiam por favor com detalhe o Anexo II da Matriz de responsabilidades. Foi um documento elaborado em conjunto com as escolas e que resultou na aceitação plena de todas as propostas, propostas ao Governo e que aceitou conforme nós propusemos. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada com a seguinte votação: 9.1 - Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de competências – Contrato de Educação e Formação: - Votos a favor: dezasseis do PSD, três do CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro e Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca; - Votos contra: dez do PS; - Abstenções: Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque e Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães.* =====

9.2 - Alteração do mapa de pessoal de 2015, com a seguinte votação: - Votos a favor: dezasseis do PSD, três do CDS/PP, Presidente da Junta de Freguesia de Cesar, Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães e Presidente da União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta/ Palmaz e Travanca; - Abstenções: dez do PS. =====

===== **Ponto dez**: *Adendas aos acordos de execução celebrados com as Freguesias de Cesar, Macieira de Sarnes e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz – Aprovação;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 22 de dezembro de 2014, foram celebrados Acordos de Execução, com vista à concretização da delegação legal de competências da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis na Junta de Freguesia de Cesar, Macieira de Sarnes e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, respetivamente, respeitando os princípios da Igualdade, Não discriminação, bem como da Estabilidade, da Prossecução do interesse público, da Continuidade da prestação do serviço público e da Necessidade e suficiência dos recursos; - O teor dos e-mails enviados pela: Junta de Freguesia de Cesar, Macieira de Sarnes e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, a solicitar a alteração dos Acordos de Execução, nos termos e fundamentos neles constantes (E/12492/2015; E/12566/2015 e 12564/2015, respetivamente); - O disposto na cláusula 28ª dos referidos Acordos de Execução, conjugado com o disposto no art.º 120º, n.º2, 121º e 133º, n.º2 do Anexo I, à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro; - Os procedimentos pré contratuais de negociação individual de 17 de abril do ano corrente, com as referidas Juntas de Freguesia/União de Freguesia; - Que os encargos resultantes das adendas aos Acordos de Execução estão suportados em termos orçamentais, com os compromissos de fundo disponível n.ºs 1923 e 1922/2015, conforme determina a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (e posteriores alterações), e art.º12º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, mediante a prévia autorização pela Assembleia Municipal; Propõe-se: - A aprovação das minutas de Adendas aos Acordos de Execução (documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas), nos termos e condições ali estabelecidas; - Que se remeta à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea k) do n.º1 do art.º 25º*

conjugado com a alínea m) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I à Lei n.º75/2013, de 12 de setembro e ainda para autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais, nos termos do regime legal atrás referido.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Permita-me que eu neste ponto dez possa aproveitar esta oportunidade para dar nota que, durante a próxima semana, estamos a procurar encontrar uma data que seja conciliável com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia porque nos vamos sentar para otimizar as normas dos acordos de execução. Tem havido algumas dificuldades. Estamos perfeitamente conscientes que, este sendo um caminho novo, iríamos ter aqui algumas dificuldades naquilo que é os justificativos a apresentar por parte das novas atribuições e competências que as juntas de freguesia têm. Mas, naturalmente, aquilo que nós queremos, enquanto Câmara Municipal, é que as Juntas de Freguesia possam executar, e bem, as suas funções, as suas missões, tenham os meios, e possam naturalmente investir bem os recursos financeiros que lhes estão distribuídos. E portanto, em princípio, durante a próxima semana -, eu espero que não passe da próxima semana, esta semana foi uma semana impossível, a última semana de cada mês é terrível, - e portanto, do ponto de vista genérico daquilo que os acordos de execução vamo-nos sentar à mesa. E queria aproveitar esta oportunidade, uma vez que estamos a fazer estas adendas, para informa isso mesmo. No que diz respeito aqui às freguesias de Cesar, Macieira de Sarnes e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, tem a ver com a questão do pessoal. O que é que eu quero dizer com isto do pessoal? Como se lembram, nos acordos de execução, havia uma verba, quem não tivesse funcionário tinha direito a uma verba. E portanto, estamos a fazer ajustamentos nestas freguesias, porque houve entrada de pessoal numa e saída de pessoal noutra. Portanto, são esses ajustamentos que temos que fazer, a lei obriga-nos a que assim seja. Mas, como disse, e se for necessário também vir à Assembleia Municipal, virá. Em princípio pode não ser. Os pequenos ajustamentos podem ser feitos dentro daquelas que são as competências, quer das juntas, quer das câmaras. Mas caso tenha que vir, à Assembleia Municipal, virá. Neste caso, no ponto dez, Senhor Presidente, o que estamos a falar é de ajustamentos de pessoas, de funcionários e portanto, numas entram e noutras saem. E temos de fazer as devidas correções ou compensações.=====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição de Jorge Paiva - Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e Bruno Aragão, do PS. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Jorge Paiva- Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== *Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros colegas. Não era para vir aqui, mas achei por bem vir e descarregar a minha consciência. E faço-o, não por “ciumeira” com qualquer outra freguesia mas por dificuldades que, infelizmente, encontrei; E que acerca de um ano também tive mais uma ajuda de um funcionário “abatido” ao ativo, ou seja - Óbito. Logo de imediato, ao Senhor Presidente da Câmara e ao Senhor Vereador responsável, manifestei essa minha dificuldade no sentido de ser preenchido/ repostado o lugar por um outro funcionário adstrito à Câmara. É evidente que Fajões é uma das freguesias do concelho, uma das grandes freguesias do concelho, com uma rede viária enorme. Eu, por outro lado, sou uma pessoa que também está habituada a dar o litro e a trabalhar e a estar em “cima” das pessoas, acompanha-las, como faço hoje em dia. Na altura, o Senhor Presidente da Câmara...; - e o senhor Presidente da Câmara vai-me perdoar: há um funcionário que, por acaso, está aqui nestas listagens, - não vou precisar de o divulgar -, foi ele próprio que se veio manifestar e oferecer os bons ofícios e o trabalho. E eu, conhecedor dos bons ofícios dele -, independentemente da clubite dele que para mim não diz nada; para mim, é trabalho, as clubites ficam em casa, - manifestei isso ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara, na altura, manifestou-me essa esperança pela positiva, que: “- Sim senhor; - Íamos arranjar uma plataforma de ele ir para lá.” Veio entretanto a Task Force, e nas reuniões preparatórias individuais foi dito que efetivamente nós iríamos ter o plafond de 250€ à cabeça. Eu, estou com dificuldades de financiamento, como toda a gente sabe. Ainda agora chegou mais um pacote de 47 mil euros de juros. Infelizmente é lamentável que no nosso País não haja responsáveis por esse tipo de situações. Ou melhor, responsabiliza-los. Não posso receber dinheiro para pagar. Tive a feliz ideia, outros colegas autarcas já a tiveram, de ir buscar ao Instituto de Emprego e Formação Profissional 3 homens. No entanto, aumentei a despesa corrente, com esse tipo de investimento. Senhor Presidente da Câmara: Não é uma crítica, é um pedido; Se puder fazer alguma coisa para repor o homem que lá tinha há vários anos, eu agradecia esse bom senso que sei que o tem. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS. =====*

===== *Senhor Presidente, naturalmente, votaremos favorável a este ponto. E, só para dizer que, nunca nos coibiremos de estar isolados numa determinada posição e este é um exemplo claro. Estivemos isolados em alertar para as dificuldades que os presidentes de junta teriam na justificação dos acordos de execução; Aqui está um exemplo. Muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. =====*

=====
Senhor Presidente deixe-me dizer-lhe que, seguramente a Câmara Municipal terá capacidade, como já demonstrou, junto dos responsáveis senhores presidentes de junta, de encontrar as soluções para resolver os problemas. Não esteja tão preocupado com essas situações, porque os senhores presidentes de junta, todos eles, sabem que têm na Câmara Municipal a porta aberta para resolver os problemas. Nem sempre se resolvem no tempo que eles querem. Nem sempre se resolvem no tempo que nós podemos e queremos. Mas somos parceiros todos. Sabe porquê? Queremos todos, um concelho melhor. E felizmente que temos, em Oliveira de Azeméis, Presidentes de Junta altamente responsáveis. Sabe porquê? Porque sofrem todos os dias as vicissitudes do exercício de uma função, de proximidade e de grande disponibilidade sem muito reconhecimento público. E às vezes é bom passar por certas situações. E se passar por certas situações, algumas pessoas, se calhar, fariam muito menos do que aquilo que falam hoje sobre tudo e mais alguma coisa. E portanto, só para dar nota Senhor Presidente: dizer ao Senhor Presidente de Junta Jorge Paiva o seguinte: É verdade que foi equacionado a possibilidade de um funcionário ir para a Junta; E não precisamos de esconder nada a ninguém, a transparência é fundamental na relação entre todas as juntas de freguesia e os senhores presidentes de junta sabem do que é que estou a falar. É verdade que o funcionário que está hoje adstrito à freguesia de Cesar esteve equacionado poder ir para a freguesia de Fajões. E é verdade que tinha havido um compromisso com o Senhor Presidente Jorge Paiva nessa situação. Entendeu a Câmara Municipal que seria melhor esse funcionário continuasse afeto à Junta de Freguesia onde já tinha trabalhado em outros tempos. E que depois interrompeu por falta de pessoal numa altura aflitiva de colocação de barracas e começou a trabalhar no Pinheiro da Bemposta, porque nessa altura quando era para montar as barracas choveu torrencialmente e não se montou mas depois ficou adstrito aos estaleiros e ficou por cá. E depois entendemos que, esse funcionário voltasse, a opção mais correta era onde ele tinha estado. Mas isto não invalida que nós não encontremos outra solução para Fajões. E naturalmente que eu reconheço, e sei também, que tenha existido um espírito solidário entre todos os presidentes de junta, porque efetivamente a Junta de freguesia de Fajões está a passar por um momento muito complicado do ponto de vista daquilo que são as suas receitas. A Câmara Municipal tem contratos assinados com a junta, mas não pode fazer qualquer transferência de recursos financeiros porque, caso os faça, eles são imediatamente penhorados e executados. Porque são processos que estão a decorrer. E nós precisamos rapidamente de ultrapassar a situação para que a própria Junta de Freguesia possa trabalhar que é para isso que o senhor Presidente da Junta foi eleito e é essa a vontade dele e pode, como é evidente, contar, sempre, com a Câmara Municipal para encontrar boas soluções.
 =====

=====
O Senhor Presidente da Assembleia voltou a conceder o uso da palavra ao deputado Bruno Aragão, do PS.
 =====

===== *Senho Presidente, o senhor deu-me um conjunto de conselhos hoje e eu hoje também lhe dou um: Acho que o senhor deve rever a sua postura nestas Assembleias Municipais. Porque de facto esse seu discurso moralista começa a ser um pouco cansativo. Em nenhum momento, - em nenhum momento - volto a dizer, nunca colocamos em causa o esforço que cada um de nós no seu papel e no seu lugar faz pelo concelho de Oliveira de Azeméis. Isso tem que ficar claro. A Câmara está naturalmente para encontrar soluções. A bancada do PS, nesta Assembleia, está, naturalmente, para alertar quando entende que assim não o é. Isso não tem nada a ver com querer mal ao concelho de Oliveira de Azeméis. Esse discurso começa a ser cansativo. Todos nós perdemos muitas horas e investimos horas a estudar dossiers, a ver qual é a nossa posição, o que é que entendemos, a consultar documentos, até a Carta Educativa. Posso discuti-la com o Senhor Vereador, se assim o entender. E portanto, esse discurso de que estamos sempre do contra, porque sim; É cansativo. Tanto é cansativo que, nos acordos de execução voltamos a preparar o dossier, lemos, estudamos, alertamos para um conjunto de coisas que entendíamos que podiam ter sido revistas na altura. Os senhores nem quiseram ouvir. Foi só isso que eu disse, Senhor Presidente. Agora, nós não podemos estar sempre a ser criticados porque estamos do contra. Como se estar do contra fosse, enfim, um modo de estar. E, depois, mais tarde quando as coisas se revelam de facto no sentido em que nós apontávamos; Enfim, passar-se uma esponja pelo assunto: “- Pronto: foram os tipos que estão sempre do contra.” É cansativo, Senhor Presidente.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.* =====

===== *Eu fiz uma referência. Disse que ia reunir com os senhores presidentes de Junta para discutir acordos de execução, para encontrar soluções para melhor aplicar os acordos de execução. Eu não disse que ia rever. Porque, até, se forem revistos, têm que vir à Assembleia Municipal. O senhor deputado é que apressou a ir ali dizer que tinha avisado. Mas, avisou o quê? Nós, ainda, nem sequer, tivemos a reunião com os presidentes de junta. Deixe ter a reunião com os presidentes de junta. E depois, então, se, tiver razão; o senhor volta a pedir a palavra e volta a dizer: “Eu tinha razão.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar as adendas aos acordos de execução celebrados com as Freguesias de Cesar, Macieira de Sarnes e União de Freguesias de Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz.* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Fundação de Serralves – Aprovação;* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
- A Fundação de Serralves é uma instituição de utilidade pública que tem como missão sensibilizar e interessar o público para a arte contemporânea e o ambiente, através do Museu de Arte Contemporânea como centro pluridisciplinar, do Parque como património natural vocacionado para a educação e animação ambientais e do Auditório como centro de reflexão e debate sobre a sociedade contemporânea; - A Biblioteca da Fundação de Serralves é uma biblioteca especializada que tem vindo a coligir fundos bibliográficos próprios, que se encontram à disposição de investigadores, estudantes e do público interessado e cujas temáticas abrangem a Arte Contemporânea, a Arquitetura, Ambiente e Paisagismo, para além de toda a documentação relativa ao património e atividades da Fundação; - Constituem atribuições das A. Locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º2 do art.º 23º do Anexo I, da Lei n.º 75/2014, de 12 de Setembro; - As atribuições no domínio da Educação, Património, Cultura, Tempos Livres e Promoção do desenvolvimento; Propõe-se - A aprovação da minuta do Protocolo a celebrar com a Fundação de Serralves, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, tendo em vista a colaboração institucional, passando assim os leitores da Biblioteca Municipal da Câmara de Oliveira de Azeméis, a aceder a um conjunto de publicações de referência, pela Fundação editadas, nomeadamente, relativas às exposições que o Museu de Arte Contemporânea anualmente promove; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====
 ===== *É um protocolo que nós propomos a fazer com Fundação de Serralves. Não sei se alguém tem alguma questão a colocar e deixava à consideração.* =====

=====
 ===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

=====
 ===== *O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a celebração do protocolo de colaboração com a Fundação de Serralves.* =====

=====
 ===== **Ponto doze:** *Protocolo de colaboração celebrado com a AMA I.P. (Agência para a Modernização Administrativa) – Ratificação e convalidação de todos os atos entretanto praticados;* =====

=====
 ===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*
1) Cabe à AMA, I.P., (Agência para a Modernização Administração), nos termos do disposto

nas alíneas b) e c) do art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 43/2013, de 23 de Fevereiro, "gerir e desenvolver redes de Lojas para os cidadãos e empresas, em sistema de balcões multisserviços, integrados e especializados, articulando com outros canais de distribuição" e "promover a modernização da prestação e distribuição de serviços públicos orientados para a satisfação das necessidades dos cidadãos e das empresas"; 2) A AMA, I.P. e o Município de Oliveira de Azeméis têm interesse em colaborar no lançamento de projetos que, tirando proveito das potencialidades das tecnologias de informação e comunicação, contribuam para a modernização da Administração Pública, em particular na vertente de relacionamento com o cidadão; 3) Os Espaços do Cidadão se integram numa ótica de partilha de recursos, destinada à prestação de diversos tipos de serviço de atendimento ao público, criando sinergias entre a Administração Central e Local no sentido da prossecução de políticas concertadas em prol do interesse público e dos residentes no concelho; 4) O presente protocolo tem por objeto definir as regras para a instalação e funcionamento de Espaços do Cidadão e o seu respetivo funcionamento no concelho de Oliveira de Azeméis, propõe-se: A ratificação do protocolo de colaboração celebrado entre a Agência para a Modernização Administrativa (AMA I.P.) e o Município de Oliveira de Azeméis, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas, ratificando e convalidando os atos entretanto praticados, ao abrigo do art.º 164º do Código do Procedimento Administrativo." =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== A ratificação do protocolo de colaboração com a Agência de Modernização Administrativa foi na questão do Espaço do Cidadão. Portanto nós, com o Governo - Secretaria de Estado da Modernização Administrativa assinamos um protocolo, neste caso com a A.M.A., no sentido de termos Espaço de Cidadão em Oliveira de Azeméis, nomeadamente transformar o nosso balcão multisserviços num Espaço de Cidadão e, abrir, também, a oportunidade de outro espaço físico que está devidamente equipado e apetrechado para poder prestar um conjunto de serviços que os Espaços do Cidadão fazem, neste caso concreto na Loja de Turismo Interativo, na Praça da Cidade. O que ficou também acordado com o Senhor Secretário de Estado, foi que: O Município de Oliveira de Azeméis iria prestar o serviço – Espaço do Cidadão - a todas as freguesias do município de Oliveira de Azeméis aproveitando a descentralização que hoje fazemos do antigo Gabinete de Atendimento ao Munícipe: tem dia certo; tem uma hora certa; está devidamente acertado com os senhores presidente de junta que, no dia x, á hora y. Nós queremos também que esse serviço a ser prestado, de proximidade, em todo o nosso território possa ser o serviço que o espaço do cidadão oferece, ou seja, os serviços que hoje o GAM faz, em cada uma das freguesias, possa ser transformado numa oferta de serviços através do protocolo com a A.M.A. (Agência para a Modernização Administrativa). Portanto, transformar num Espaço do Cidadão - não sei se a palavra correta seja: - itinerante; mas que os serviços

prestados pelo Espaço do Cidadão possam ser prestados em todas as freguesias juntando aos serviços que, já, hoje, são prestados pelos serviços de Atendimento ao Múncipe, - hoje, Loja do Múncipe. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar e ratificar o protocolo de colaboração celebrado com a AMA I.P (Agência para a Modernização Administrativa), bem como convalidar todos os atos entretanto praticados. =====

*===== **Ponto treze:** Combiperformance – Promoção de Eventos, Lda. – Pedido de isenção de pagamentos de taxas “Testes em viatura de rali” – Aprovação; =====*

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1) O regulamento de taxas, licenças e outras receitas municipais, aplica-se em todo o território do Município de Oliveira de Azeméis, e estabelece no seu art.º 2.º n.º 1 que regula as relações jurídico tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas e outras receitas municipais, exceto tarifas (...); 2) O regulamento de taxas, licenças e outras receitas municipais estabelece no seu art.º 6.º e 7.º o regime de isenções totais e parciais; 3) Estão isentas na totalidade as taxas e outras receitas municipais previstas no regulamento e tabela as pessoas coletivas de utilidade pública administrativa ou de mera utilidade pública, às instituições particulares de solidariedade social e entidades a estas equiparadas, aos partidos políticos, aos sindicatos, às associações religiosas, culturais, recreativas, desportivas, profissionais ou outras pessoas coletivas de direito privado sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas, relativamente às pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários, bem como atividades afins, ligadas à prossecução de ações que visem a arrecadação de receita, desde que inseridas na realização e escopo do seu objeto social (art.º 6.º n.º 3 alínea a) do RMTLORM); 4) A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios (art.º 12.º n.º 2 da LFL); 5) Estamos perante a realização de testes de uma viatura de rali, que possui a designação “Azeméis é Vida“, destinada a promover e divulgar o município de Oliveira de Azeméis, propõe-se: 1) A isenção total da taxa prevista para emissão do alvará de corte de trânsito, com o fundamento da promoção e divulgação do Município, assegurado pelo requerente; 2) A remessa da presente proposta para aprovação da assembleia municipal, nos termos e para os efeitos do art.º 12.º n.º 2 da LFL.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto é uma equipa de ralis que tem sede em Cesar e que está a disputar o Campeonato Nacional. E que, conforme é uma modalidade, neste caso, desporto automóvel os treinos não podem ser feitos dentro de um estádio, nem dentro de um pavilhão, portanto os treinos são na estrada ou em caminhos florestais. O que acontece, é que: foram identificadas algumas áreas em zonas do nosso município, nomeadamente na União de freguesias Pinheiro da Bemposta/Palmaz e Travanca, que para além de muitas outras coisas boas que tem, também tem estradas que se adequam perfeitamente as necessidades que esta equipa identificou nos testes que faz. A burocracia obriga-nos a estas coisas. Ou seja: Para que tudo corra dentro da normalidade, para que não haja nenhuma surpresa desagradável, nós entendemos também que devemos isentar do pagamento de taxas esta equipa porque também eles têm o nosso logotipo e o logotipo da freguesia Cesar, apesar de não fazerem os treinos na freguesia de Cesar, mas como são oriundos de Cesar no carro tem publicidade a Cesar e a nossa logomarca “Azeméis é Vida”. Portanto também nos dão uma contrapartida, sem qualquer encargo financeiro para o Município. E portanto é também uma forma que achamos justa de não levar nenhuma taxa. Porque para sermos corretos, sem esta isenção, tínhamos que aplicar uma taxa. Isto também faz a promoção. Desde que não estraguem nada, eles assumem que não estragam nada e tomam conta da promoção do evento. É uma forma também de a gente reparar algumas ruas e estradas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** Prestação de serviços de higiene e limpeza em diversos edifícios municipais – Autorização de assunção de repartição de encargos em mais do que um ano económico. =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: ““Considerando: - Que nos termos do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), carece de parecer prévio vinculativo, por parte do órgão executivo das Autarquias Locais, a celebração de contratos de aquisição de serviços; - Que nos termos da solicitação apresentada na RQI n.º 580, torna-se necessário proceder à contratação de serviços para higiene e limpeza em diversos edifícios municipais, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses; - Que a presente aquisição de serviços não se encontra abrangida pelo previsto no n.º 14, do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), onde é referido que se encontram excecionados do Pedido de Parecer Prévio previsto no n.º 5 do mesmo artigo, a celebração de contratos de prestação de serviços até ao montante de € 5.000,00. - Que se trata da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente e inaplicável o recurso a qualquer modalidade

da relação jurídica de emprego público; - A circular da ANMP (Associação Nacional dos Municípios Portugueses) – CIR. Nº 92/2014-PB de 24 de julho, que divulga a Nota Nº 5/JP/2014 da Secretaria de Estado da Administração Pública, bem como o despacho nº 2556/2014- SEAP de 10/07/2014, proferido sobre a mesma pelo Senhor Secretário Estado da Administração Pública, que corrobora a não aplicabilidade da consulta à Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) para a administração autárquica, bem como a solução interpretativa uniforme da DGAL, no mesmo sentido, homologada pelo Senhor Secretário da Administração Local, a 15 julho de 2014; - Que o valor estimado (preço base apresentado pela unidade orgânica requisitante) para a celebração do referido contrato é de EUR 135.408,00 (cento e trinta e cinco mil, quatrocentos e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. - Que por ser um procedimento com o mesmo objeto de contrato vigente em 2014, está sujeito à aplicação de redução remuneratória no valor de 8%, nos termos do estatuído no n.º 2º e 4º, da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro (LOE 2015), passando o preço base do procedimento apresentado (EUR 135.408,00) a ser de EUR 124.575,36 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; Assim, o valor global do procedimento é de EUR 124.575,36 (cento e vinte e quatro mil, quinhentos e setenta e cinco euros e trinta e seis cêntimos), prevendo-se que a verba seja distribuída do seguinte modo: para o ano de 2015 prevê-se uma verba de EUR 36.334,48 (trinta e seis mil, trezentos e trinta e quatro euros e quarenta e oito cêntimos), para o ano de 2016 prevê-se uma verba de EUR 62.287,68 (sessenta e dois mil, duzentos e oitenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos) e para o ano de 2017 prevê-se uma verba de EUR 25.953,20 (vinte e cinco mil, novecentos e cinquenta e três euros e vinte cêntimos). Aos valores mencionados acresce IVA à taxa legal em vigor; - O valor referente ao ano 2015 encontra-se cabimentado na rubrica 020202, pela Proposta de Cabimento n.º 619, possuindo o Registo de Enquadramento Financeiro n.º 1020; - Que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público sem publicidade internacional. Submete-se ao Órgão Executivo o presente pedido de parecer prévio para que o mesmo obtenha deliberação favorável para abertura de procedimento de aquisição de serviços de “higiene e limpeza em diversos edifícios municipais”. Por tratar-se de um compromisso plurianual, propõe-se ainda que Órgão Executivo nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 6.º, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e posteriores alterações, submeta à autorização do Órgão Deliberativo o referido compromisso plurianual de acordo com os valores acima indicados.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto foi também assunto já discutido com alguma profundidade em reunião de Executivo. Uma das questões que teve que vir à Assembleia Municipal é pela repartição de encargos em diversos anos. Portanto, nós estamos a falar de serviços de higiene e limpeza em diversos edifícios municipais. Como sabem, o Município de Oliveira de Azeméis, naquilo que diz respeito ao mapa de pessoal não temos aumentado o número de pessoas. Aliás, elas têm diminuído, fruto da saída para a reforma e da não entrada de funcionários. Portanto, há uma necessidade e há também aqui alguma especificidade de alguns trabalhos, há necessidade de contratar estes serviços no mercado. E é o que estamos aqui a pedir autorização à Assembleia Municipal que nos aprove este parecer prévio e autorização da repartição dos encargos neste procedimento de limpeza de diversos edifícios da Câmara Municipal. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a assunção de repartição de encargos em mais do que um ano económico para a prestação serviços de higiene e limpeza em diversos edifícios municipais. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos senhores Manuel Oliveira Pinho e Leonel Martins. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Manuel Oliveira Pinho, residente na freguesia da Vila de Cucujães. =====

===== Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados, amigos e amigas. Venho aqui em nome e em representação, dos moradores da Rua Domingos José Soares da Silva e da Rua do Imigrante. Portanto, falou-se aqui muito de Cucujães e deste sítio de Cucujães. Falou-se coisas boas e de coisas más de Cucujães e eu fico contente por algumas e fico triste por outras. E este lugar que pertence ao Município de Oliveira de Azeméis fica lá num cantinho, se bem lembram, de Cucujães, que provavelmente estará um pouco esquecido. Em representação, dos moradores da Rua Domingos José Soares da Silva e da Rua do Imigrante, vimos apresentar a presente intervenção solicitando a expansão da rede de saneamento básico para esta zona do concelho, pois deve haver um tratamento de igualdade de todos os municípios e não discriminação, pagamos os nossos impostos no concelho, contribuímos ativamente para o desenvolvimento e zelamos pela imagem da nossa terra, logo merecemos ser tratados de igual modo. A rede primária de saneamento básico deve constituir uma prioridade para o município, o que não se

tem vindo a verificar, pois basta atestar o que se passa nesta zona do concelho, freguesia de Cucujães para perceber que é urgente uma solução para colmatar este impacto ambiental, tratando-se de um verdadeiro problema de saúde pública. Há dias em que não se pode circular nesta rua, nem ter janelas abertas devido ao mau cheiro provocado pelas águas residuais e dejetos oriundos dos esgotos das casas, que são livremente encaminhados pela valeta, originando um autêntico esgoto a céu aberto. Do mesmo modo, solicitamos a rede de águas potável pois como sabem através de análises já realizadas por alguns moradores, a água dos poços nesta zona é imprópria para consumo. Sabemos nós que o ideal era resolver tudo ao mesmo tempo mas na impossibilidade de o fazer consideramos mais prioritário a rede de saneamento. As reivindicações destes moradores já se arrastam há mais de 15 anos, desde o ano 2000 que têm colocado este problema quer aos sucessivos executivos da Câmara Municipal, sem nunca terem uma resposta concreta. Sendo que, se trata de um direito fundamental dos cidadãos a Autarquia em colaboração com a Junta de Freguesia de Cucujães têm a obrigação de proporcionar aos seus Municípios e Freguesias o mínimo relativamente aos serviços básicos de saneamento, trata-se de órgãos do poder político local eleitos pelo povo para estarem ao serviço do povo, devendo estar atentos às necessidades básicas do Concelho, sem discriminação. Solicitamos a V.^a Exas. que estejam a tentos às necessidades dos munícipes daquela zona do concelho, que parecem estar esquecidos. A falta de saneamento básico pode levar á contaminação dos moradores daquela zona, sendo um foco de várias doenças, como hepatite, leptospirose, doenças de pele, diarreia, tifo, febre-amarela, viroses, entre outras, revelando assim um forte impacto na saúde pública. O saneamento básico constitui um dos mais importantes meios de prevenção de doenças, de entre todas as atividades de saúde pública. Inclui várias definições, sendo que devemos sempre levar em consideração aquela fixada pela OMS (Organização Mundial de Saúde), segundo a qual “saneamento é o controlo de todos os fatores do meio físico do homem que exercem ou podem exercer efeito nocivo sobre o seu bem-estar físico, mental ou social”. O seu maior objetivo é a promoção da saúde do homem, pois muitas doenças podem proliferar devido a carência de medidas de saneamento. Assim sendo, chamamos á a tenção para as centenas de moradores sem saneamento nesta zona da Vila de Cucujães, sendo inadmissível que em pleno século XXI haja ainda ruas inteiras do nosso concelho e em plena Vila de Cucujães sem rede pública de saneamento básico, alertando para o facto de esta falta de cobertura se arrastar há mais de uma década é qualquer coisa de impensável, do terceiro mundo. Junto seguem as assinaturas dos moradores que já foram recolhidas na rua Domingo José Soares da Silva e Rua do Imigrante. Temos aqui o dossier completo de tudo aquilo de que estamos realmente afetados e sensibilizados por não termos sido ouvidos em determinadas situações. Há aqui casos que foram expostos. E aqui não se trata realmente de clubismos nenhum. Portanto, nós somos simples cidadãos e, não temos aqui o partido a ou o partido b, simplesmente temos o nosso clube que é a nossa zona, o nosso lugar que merece realmente um alívio desta situação para que possamos viver mais contentes, mais

satisfeitos, mais alegres. Chamo à atenção de todas Vossas Senhorias, Vossas Excelências para esta situação e que descubram uma forma de resolver as nossas satisfações. Muito obrigado. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao senhor Leonel Martins, residente em Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa noite, a todos os presentes. Recentemente foram comemorados 41 anos do 25 de Abril. Uma data que marca o fim de um regime político que se identificava com uma ideologia, que é a ideologia fascista, que é um regime ditatorial de direita e que foi implementado um regime que é a chamada – Democracia. A democracia para além de outros pormenores, trouxe às pessoas um direito que é chamado direito à liberdade. E a liberdade caracteriza-se em todos os pormenores por dois pormenores: Um primeiro é o direito à liberdade de pensamento: nós podemos ter as nossas próprias ideias, podemos interpretar, fazer os comentários que quisermos com base em critérios pessoais: - É a liberdade de pensamento. E o segundo que é a liberdade de expressão: Nós temos o direito a liberdade de exprimirmos livremente o que pensamos em relação às coisas; Doa a quem doer; Agrade ou não agrade às pessoas. E sempre que alguém, invocando a), ou b), o Regimento ou um Artigo, corta a liberdade de expressão às pessoas: Desculpem lá - mas isso é um atentado à liberdade, é um atentado à democracia. Isso é característico de outro tipo de democracia – as chamadas democracias populares que era uma variante do comunismo e que acabou. Era característico da Europa Central e da Europa Oriental (Europa do Leste). A democracia não é criação de Portugal. A democracia é um regime político que já vem do século V a.C., portanto, já tem 2500 anos. Surgiu numa cidade na Grécia, cidade de Atenas, fruto de uma evolução, também teve regime ditatorial, teve a monarquia, teve a aristocracia e atingiu a democracia. E na democracia eram reconhecidos às pessoas três direitos: Direito à Isocracia: - direito da liberdade das pessoas participarem ativamente na política; Direito à Isonomia: - igualdade perante a lei, igualdade nos direitos e nas obrigações; Direito Isegoria: - a liberdade, o direito à expressão e todos tinham o direito de falar e ninguém lhe poderia cortar a palavra. Posto isto, e acho que: o barrete serve a quem tem que servir. Senhor Presidente veio no “correio de Azeméis” uma fotografia que revela uma realidade que se está a espalhar em Azeméis. Aquilo não grafitis, porque normalmente os grafitis têm uma qualidade estética, são as borradas, é o prazer puro e simples de sujar a propriedade pública e privada. Eu não sei até que ponto o Executivo e esta Assembleia têm legitimidade para fazer uma postura onde fosse proibido, em princípio é proibido, mas o Município podia tomar uma posição de proibir e punir quem faz esses atos de vandalismo. Se não se acaba à nascença com o problema, daqui a mais é geral. Outro pormenor, Senhor Presidente: Ultimamente em Oliveira de Azeméis têm surgido buracos por todo o lado: É buracos nas estradas; É buracos nos passeios; É da companhia de Gás, ou é as Águas, ou é a “Vodafone”, ou é a “NOS”. E, depois, o que é que acontece? Continuam locais sem ter sido repostos o piso ou o passeio, ou noutros locais é “meia bola e força”. A minha

questão é: Se, o Executivo não tem legitimidade de exigir a quem fez essas borradas (desculpem o termo) de fazer uma reposição em condições, daquilo que estragou? Nomeadamente há pisos que foram asfaltados muito recentemente, que o Executivo gastou dinheiro, e agora não está em condições porque não foi repostado em condições o piso. Outra questão: Eu já falei com o Senhor Presidente, e o senhor Presidente mostrou abertura, e eu vou reforçar novamente esta questão porque entretanto falei com a Direção da Escola Soares de Basto. É um problema da Soares de Basto que eu já expus ao Senhor Presidente da Câmara: A Soares de Basto, neste momento tem apenas uma entrada e todo o pessoal em termos de professores e pessoal auxiliar entram por ali e torna-se difícil arranjar estacionamento. E, depois, é engraçado que, em frente à escola há muito estacionamento. Há muitos estacionamentos, mas são a pagar. E há colegas que vêm de Aveiro e vêm de manhã até ao fim do dia e não podem estar a pagar o estacionamento. E eu pedi ao Senhor Presidente e a Diretora da Escola pediu-me para reforçar este pedido: Era para ver se seria possível arranjar, pelo menos, enquanto não pensam numa solução a médio prazo, se até ao final do ano letivo se arranjar uma solução de forma a se poder ocupar aquele espaço e minimizar as dificuldades que há relativamente ao estacionamento. Por outro lado, também, a Senhora Diretora pediu-me para eu reforçar aquele pedido que fiz: Aqui, no canto de cima, naquela saliência, na parte superior da biblioteca tem uma saliência; Portanto foi uma questão estética de que desenhou a Biblioteca Municipal, tem uma saliência, as pessoas passam lá e sabem que ela está lá; Mas, basta distrair e está a mandar com a cabeça; E, nomeadamente houve uma colega aqui na Soares de Basto e teve de levar 4 pontos (na face), por causa disso. Para além de que há a questão, depois, dos invisuais. O Senhor Presidente também já se mostrou recetivo em encontrar uma solução. Se faz favor agradecia essa questão. E para finalizar: Tem a ver com a concessão da limpeza em Azeméis. Já uma vez trouxe aqui esta questão. Falei que: - por vezes o barato não é sinonimo de qualidade. E relativamente á empresa que faz a limpeza pública em Azeméis. Eu bem sei que os senhores não se apercebem porque, no Centro está sempre um brilho, no centro têm o cuidado limpar junto à Câmara. Mas, - eu posso dizer que -, há ruas que estão semanas sem passar lá um único funcionário; milhentas ruas. Eu já tive oportunidade de falar com funcionários – pediram apenas para não dizer quem eram eles. Eles têm falta de pessoal e andam a prometer há mais de um ano que metem mais pessoal. Não têm metido mais ninguém. Têm uma máquina de limpar as bermas, está avariada ali numas bombas de gasolina, estacionada, que está avariada e não funciona. Têm uma grande que não trazem porque, dizem, que não têm espaço para a movimentar. Aquela questão que eu abordei e que sugeri, de darem a possibilidade de falarem às pessoas no início: Aqueles senhores que estão lá ao fundo estão aqui desde as cinco horas. Muito boa noite. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== *Bom fim de semana a todos. Muito obrigado.* =====

===== *E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 23 horas, da qual para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa.*=====